

stpal
tura



VILA E CONCELHO
DE
ESPOSENDE



NO IV CENTENÁRIO

1572-1972

VILA E CONCELHO DE ESPOSENDE



NO IV CENTENÁRIO
1572-1972

COMISSÃO DE HONRA

- Ministro de Estado Adjunto do Presidente do Conselho, Dr. João Mota Pereira de Campos;
- Ministro do Interior, Dr. António Manuel Gonçalves Rapazote;
- Ministro da Marinha, Contra-Almirante Manuel Pereira Crespo;
- Ministro da Justiça, Dr. Mário Júlio Brito de Almeida Costa;
- Ministro da Educação Nacional, Dr. José Veiga Simão;
- Ministro das Obras Públicas e Comunicações, Eng.º Rui Alves da Silva Sanches;
- Ministro das Corporações e Saúde, Dr. Baltazar Rebelo de Sousa;
- Secretário de Estado de Informação e Turismo, Dr. César Moreira Baptista;
- Secretário de Estado do Trabalho e Previdência, Dr. Joaquim Dias da Silva Pinto;
- Secretário de Estado de Comunicações e Transportes, Eng.º João Maria Oliveira Martins;
- Arcebispo Primaz, D. Francisco Maria da Silva;
- Governador Civil do Distrito, Dr. Francisco Carlos Leite Dourado;
- Presidente da Fundação Calouste Gulbenkian, Dr. Azeredo Perdigão;
- Presidente da Junta Distrital, Dr. Teotónio Rebelo de Andrade e Castro;
- Presidente da Comissão Distrital da A. N. P., Dr. José Mário Machado Ruivo;
- Carlos de Oliveira Martins, Presidente da Câmara Municipal de Esposende;
- Dr. Juiz da Comarca de Esposende, Francisco José Galvão S. Chichorro Rodrigues

COMISSÃO EXECUTIVA

- Carlos de Oliveira Martins, Presidente da Câmara Municipal de Esposende;
- Dr. Manuel Sobral Torres, Vice-Presidente da Câmara Municipal do Porto;
- Manuel Pinheiro Borda, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Esposende;
- Padre Manuel Baptista de Sousa, Arcipreste de Esposende;
- António José da Costa Leme, Presidente da Comissão de Viticultura da Região dos Vinhos Verdes;
- Dr. Alexandre Alberto Cardoso de Miranda, Delegado de Saúde;
- José Joaquim da Silva, Delegado Marítimo de Esposende;
- Eng.º Reinaldo Gouveia Saraiva de Castilho;
- Dr. Agostinho da Rua Reis;
- Prof. Joaquim Gonçalves Regado, Vereador Municipal;
- João Alberto Terra de Sá, Vereador Municipal;
- Cândido Pereira Dias Vinha, Vereador Municipal;
- Manuel Cardoso e Silva, Vereador Municipal;
- Manuel Joaquim de Boaventura, Escritor
- Francisco Lopes Rodrigues Ferreira de Areia, Presidente do Grémio do Comércio de Esposende;
- Francisco José de Campos Evangelista;
- Ernesto da Rocha Gonçalves Brochado;
- Prof. Agostinho Pinto Teixeira;
- António Lopes da Silva Miranda



Saudação a **ESPOSENDE**

Nas comemorações do quarto centenário do seu foral dado pelo Rei D. Sebastião, associo-me jubilosamente ao orgulho dos esposendenses que não esquecem tantos anos de vida própria e independente na defesa e para o progresso da sua terra e dos seus.

Vila marinheira, com o privilégio de ser a única do Distrito de Braga amorosamente beijada pelo mar tão português, cantada por enamorados poetas, onde trabalham em feliz simbiose lavradores e pescadores, descanso, recreio e saúde para todos, merece bem a mais rendida homenagem e sentida saudação. Com ela, faço confiadamente os melhores votos para que seja sempre luminoso reflexo da História, das Virtudes, das Belezas de Portugal inteiro, sendo como é e como cada vez será mais tão desejada e procurada por gentes de todo o Mundo que, conhecendo-a nos poderão compreender e amar.

Braga, 5 de Agosto de 1972.

O GOVERNADOR CIVIL,
Francisco Carlos Leite Dourado



Pelo Prof. Carlos de Oliveira Martins
Dig.^{mo} Presidente da Câmara Municipal

ESPOSENDE e o seu tempo

DECORRE neste ano de 1972 o quarto centenário da Carta Régia que concedeu a Esposende e ao seu concelho as prerrogativas de administração autónoma e de edilidade representativa do governo do seu povo, orientadora do seu desenvolvimento.

A efeméride responsabiliza-nos a todos de comemorar dignamente o acontecimento na sua maior solenidade.

Concedeu-nos Deus o privilégio de presidir aos destinos de Esposende quando se comemoram quatrocentos anos da sua existência.

Meditando no caminho de quatro séculos e ponderando as razões que validaram junto do Rei D. Sebastião os argumentos dos nossos maiores, concluímos que o rumo seguido assentou numa séria justificação que viria a concretizar-se no tempo, pois que, no presente, a terra Esposendense se impõe como Concelho e Zona de Turismo de merecido relevo no Norte do País.

No passado fomos homens de mar que ao mar nos entregamos em variados caminhos, ora em direcção à Índia, depois para o Brasil, onde sempre ficaram muitos da primeira jornada que, oferecendo-se à grandeza da Pátria, morreram pela sua expansão e integridade no mundo. E depois, quantos vieram, de geração em geração, de coração fervoroso, apaixonados pelo trabalho e desejo do crescimento da sua terra.

Ao festejar o quarto centenário não deixamos no esquecimento os nossos ancestrais que se deram inteiramente numa franca e aberta unidade de bairrismo, que foi vida e amor, a contagiar as gerações numa afirmação constante de que o caminho pisado estava presente no pensamento que gerou o seu nascimento.

Tivemos uma frota marítima que, há cem anos, era riqueza de todos, mas a mudança dos tempos ultrapassou esta actividade e puxou-os de novo à terra para que lhe dessem mais cuidado, promovendo as suas belezas que a viriam a transformar numa zona de apetecido e alto nível turístico.

Esposende dos nossos dias corresponde orgulhosa ao sonho dos seus maiores e, do mar à terra, da terra até ao Governo da Nação, sempre os seus filhos a dignificaram e honraram, oferecendo com nobreza e verticalidade os seus invulgares e valiosos talentos.

Não pretendemos agora fazer o sumário da sua história, mas, apenas, determinar a sensibilidade e a devoção com que nestes quatrocentos anos muitos se entregaram pelo bem das suas gentes que serviram com exemplar aprumo e que são honra e glória nossa.

Cantaram-na os seus poetas, alargaram-na os seus políticos, foi berço e viu crescer amorosamente filhos ilustres que são lembrados como grandes vultos nacionais. Quantas vezes, na meditação de um gabinete, o pensamento da sua vida e do seu sacrifício é corrente de novas energias e mais abertas vontades para vencer as dificuldades do presente e suportar a dureza na caminhada para o futuro.

São muitas as circunstâncias, no desempenho das actividades municipais, em que nos ligamos às recordações dos nossos maiores para não desvirtuarmos a beleza e a confiança que nos deixaram ao receber o governo dos destinos da sua administração.

Ao revermos atentamente as actas das sessões desta Câmara Municipal, realizadas no mês de Agosto de 1872, então presidida pelo bacharel Filipe de Azevedo Araújo e tendo como Vice-Presidente e Vereadores, respectivamente, Delfino de Miranda Sampaio, Teodósio Joaquim Gonçalves e José Xavier de Sousa, não pudemos deixar de avaliar com profunda emoção como estes defendiam cuidadosamente e numa impressionante unidade o progresso da nossa terra.

Embora não se verifique qualquer nota das comemorações do terceiro centenário, encontra-se porém, um facto curioso, que liga a passagem de dois centenários. Em 1872 e, no mês de Agosto, os habitantes de Fão solicitavam então ao Município a construção de um «poço no sítio das Rodas para comodidade do público». Precisamente, perto do mesmo lugar, foi aberto um novo poço com estação elevatória para satisfação dos mesmos anseios, porém, agora, para uma Zona de Turismo largamente evoluída.

Havemos de assinalar, no actual melhoramente, o que há já um século era pretensão desejada. O facto nada teria de transcendente se não fôra a coincidência do mesmo desejo e a afirmação de que, embora a tão longo prazo, o melhoramento anotado não se perdera no passar dos tempos ou fôra relegado a um imperdoável esquecimento. Com este pormenor apontamos somente que muitos dos melhoramentos acumulados nos tempos constituíram um plano de acção das administrações do Município que foi continuado para benefício de todos. Há vontades de consciência, legadas por aqueles a quem sucedemos, que têm de ser respeitadas.

Assim, neste quarto centenário pode-se afirmar, abertamente, que a actividade municipal não se desorientou nem se perdeu, projectando melhoramentos que não tivessem o seu curso. Todo o trabalho foi orientado numa valorização económico-social, enriquecendo e melhorando o nível de vida de seus munícipes, pois que os outros não nos acusem de trair a sua vontade da primeira hora, antes os presentes sejam a certeza da sua continuidade.

Passam os homens, fica o êxito de toda a sua acção e, necessariamente, só podem enobrecer-se aqueles que tiverem dado oferta da sua vida pelo bem comum e que, seguindo os ensinamentos dos seus maiores, vão aperfeiçoando e desenvolvendo para que venham a concorrer a uma maior felicidade no seu futuro.

CARTA RÉGIA

que elevou Esposende a Vila



DOM SEBASTIÃO por Graça de Deus Rei de Portugal e dos Algarves d'aquém e d'além Mar, em Africa, Senhor de Guiné e da conquista, Navegação, comércio da Eteópia, Arábia, Pérsia e da Índia. Faço saber aos que esta carta virem que os moradores do lugar de Esposende, termo da vila de Barcelos me fizeram a petição de que o traslado é o seguinte: — Dizem os moradores do lugar de Esposende termo da vila de Barcelos terras e jurisdição do Duque de Bragança que no dito lugar há trezentos e setenta para quatrocentos visinhos juntos e arruados, e muito nobre de casarias, gente rica, e abastada e a maior parte dela do serviço de Vossa Alteza, por seu porto de Mar, em que há setenta para oitenta navios grandes, e muitos pilotos e homens do Mar que de continuo com eles servem a Vossa Alteza em o qual lugar por ser tão nobre tem vossa alteza alfândega, e oficiais dela e sendo tal não há nela escrivão nem tabelião, nem outro oficial de justiça para a haver de fazer aos moradores dele, salvo os da dita vila de Barcelos, que é duas léguas muito grandes do dito lugar; em cujo termo há passante de vinte mil fogos a que comodamente se não pode dar despacho por razão de todos estarem debaixo de uma só judicatura, e por eles suplicantes serem homens do mar, e terem suas navegações, não podem ir à dita vila requerer suas justiças antes muitas vezes a deixarão perder, pelas quais já vosso avô que está em glória, foi informado deste lugar em tempo que não era tão nobre como agora nem estava tanto a perigo de ser saqueado como ora está por os muitos corsários do mar que facilmente o podem fazer sem contradição alguma por falta de justiça que nela reside para haver de constringer a gente com a presteza e penas que para tal caso é necessário ocorrer a outros muitos dezaguisados que cada dia no dito lugar sucedem lhes tinha feito mercê de os fazer vila, e sendo despachada a petição para se fazer a provisão, morreu o procurador do dito lugar, e perdeu-se a dita petição e por que também vossa alteza informado do dito lugar ser tão grande e nobre, lhe fez mercê de o apartar sobre si nas repartições das cizas da dita vila de Barcelos; e assim lhe fez mercê da imposição para a igreja do dito lugar. — Pedem a vossa alteza que havendo respeito a tudo acima dito haja por bem fazer-lhe mercê de os fazer vila dando-lhes termo conveniente com que se possam socorrer e governar, por que desta maneira vossa alteza será melhor servido, e o povo menos vexado e oprimido e receberá mercê. — E visto seu requerimento antes de outro despacho, mandei ao Provedor da comarca e Procuradoria da vila de Viana Foz do Lima, que se informasse do conteúdo na dita petição e soubesse quantos visinhos no dito lugar havia, e a qualidade deles e quantos navios tinha e a distância que havia do dito lugar à dita vila de Barcelos, e que fizesse dar vista da dita petição ao procurador do Duque de Bragança, meu muito amado e presado sobrinho, cujo é o dito lugar, e que ouvisse acerca disto os oficiais da câmara da dita vila de Barcelos, e que de tudo o que olhasse e houvesse e outros dissessem; fizesse fazer autos, e me enviasse o traslado deles, autêntico e me escrevesse seu parecer acerca do que os moradores do dito lugar de Esposende pediam, ao que foi pelo dito Provedor satisfeito e me enviou os ditos autos e eu os mandei ver pelos desembargadores do Paço, que dele me darão

informações e consta pelos ditos autos haver duas léguas grandes do dito lugar de Esposende à dita vila de Barcelos e haver nele trezentos e setenta vizinhos mariantes, e terem setenta e quatro navios de alto bordo, a que chamam Caravelas, e se mostra mais pelos ditos autos serem ouvidos sobre este caso os oficiais da câmara da dita vila de Barcelos, e requerem ao dito Procurador, que tomasse informação dos moradores do lugar de Fão e das freguesias conjuntas a Esposende, por que delas era o prejuizo fazer o dito lugar vila e que seria grande diminuição de Barcelos apartar-se, isentar-se dela Esposende e que no dito lugar havia muito poucas causas e negócios, e lhe bastava o juiz que tem com a justiça da dita vila e que não havia gente para se governar por andar sempre sobre o mar e que fazendo-se vila era necessário fazerem-se despesas para as quais o povo ao presente não era poderoso e assim viu a carta e informação do dito Provedor em que diz: «Que seu parecer é, que o dito lugar se deve fazer vila por a muita vexação que os moradores dele recebem em irem requerer seus negócios de justiça à dita vila de Barcelos e onde as causas e demandas do termo eram tantas, que se não compadeciam por passar de dezoito mil vizinhos a que cômodamente se não podia dar aviamento e que para mais justificação se devia tomar o parecer de Dom Pedro da Cunha do meu concelho e presidente da alçada que lá andava ao qual mandei mostrar os ditos autos, e a carta do dito Procurador e por seu assinado declarou, que pelo que tinha visto do dito lugar de Esposende, onde estivera com a alçada, lhe parecia por muitas razões, que eu lhe devia conceder mercê que me pedia, e o devia fazer vila e com tudo mandei que o Procurador que o Duque tem em minha corte houvesse vista da petição que os moradores do dito lugar sobre este caso me fizeram, e respondeu por sua parte o que fazia a bem de sua justiça o que tudo visto, havendo respeito as causas e razões alegadas e de legitimas sobre este caso visto hei por bem e me apraz de fazer vila o dito lugar de Esposende, e quero que daqui em diante para sempre se possa chamar e chame vila de Esposende, e a tiro e aparto de qualquer sujeição e superioridade, que a dita vila de Barcelos nele tem sem embargo de quaisquer privilégios e posse que em contrário haja por quanto por os ditos respeitos e por lhe fazer mercê o hei assim por bem, e lhe dou por termo distância de meia légua em circuito—7—de Esposende para a parte do norte até S. Bartolomeu do Mar, e daí direito a Vila-Chã, S. Cláudio e Gemezes, e daí até o rio Cávado, no qual limite de meia légua há seis freguezias que tem setecentos vizinhos, e esta mercê que assim faço a dita vila de Esposende não prejudicará em coisa alguma as doações do Duque nem ao Alcaide Mór da Vila de Barcelos, e o dito alcaide mór terá na dita vila de Esposende os direitos que até agora tem. E mando aos meus desembargadores, corregedor, juizes, justiças, oficiais e pessoas a que o conhecimento disto pertencer que em tudo cumpram e guardem esta carta, como se nela contém a qual se registará no livro da chancelaria da comarca da vila de Viana Foz do Lima e no livro da câmara da dita vila de Barcelos e da dita vila de Esposende, e esta própria se terá no cartório dela em boa guarda a qual por firmeza disso lhe mandei passar por mim assinada e selada do meu selo de chumbo. Baltazar Ferraz a fez em Lisboa a dezanove dias do mês de Agosto. Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil quinhentos setenta e dois. Fernão da Costa o fez escrever. El-Rei—Carta porque vossa alteza fez vila o lugar de Esposende. Miguel de Câmara—Lugar do selo de chumbo—Pagou seis mil réis em Lisboa 26 de Agosto de 1572. Lançou-se a conta a fls. 61. João Fernandes. Registado no livro a fls. 33. António Caomar. Pagou conta a Simão Gonçalves Pinto.—Cumpra-se e registre-se. Manuel Martins.—Registada no livro dos registos das Provedorias da comarca de Viana Foz do Lima e chancelaria da dita comarca e onde fora declarada. Viana Foz do Lima 15 do mês de Novembro de 1572 anos. João de Sá Guimarães.



DOCUMENTO DE EL-REI D. SEBASTIÃO

Dom sebastiam per gracia de ds Rey de portugual e dos allguarues daquem e daallem mar em affriqua Snõr de Gce ¹ e da conquista naveguacam comercio dethiopia arabia persya e da India etc.

Faço saber aos que esta carta vyrem ² que os Juizes vreadores e procurador da villa desposende me enviaram dizer per sua peticam que pera a dita villa ser ³ melhor Regida e guovernada era necesario que os allmotacês que em ella ouverem de servir em cada hum Anõ servirem ⁴ mais tempo Do que era detreminado pela ordenaçam do 1º primeiro titolo Dos allmotacês e ysto por que na dita villa ⁵ nam avia tamtos homês pera que delles se podesem elleger vimte e quatro pessoas pera o dito officio em cada hum ⁶ Anõ e visto o que asy Dizem e por me parecer mais proveito Do pouo ey por bem e me praz que os allmotacês que ⁷ na dita villa ouverem De seruir siruam Daquy em Diante tres meses do Anno posto que por bem da dita ordenacam ouue ⁸ sem de servir hum mes somente E porquamto a dita ordenaçam da certa fforma de como seyam de fazer os ⁹ ditos allmotacês em cada hum

Anõ ey por bem que daquy em Diante na dita villa acerqua do eleger delles se ¹⁰ tenha a maneira seguinte:

Nos primeiros tres meses do Anõ serviram os juizes que fforam o Anõ pasado ¹¹ e os outros tres meses os Vreadores do dito Anõ E pera os seis meses Seguintes se elegeram tres pesoas que sirvão ¹² dallmotacês — N — hunã como procurador do concelho do dito Anõ pasado E as outras duas os deRadeiros tres ¹³ meses do Anõ de maneira que sirvão duas pesoas cada tres meses e alleiçam das ditas pesoas se fara segumdo ¹⁴ fforma da ordenaçam E ysto emquanto o Eu asy ouuer por bem e nam mamdar o comtr^o sem embargo da Dita ¹⁵ ordenaçã que o comtr^o despoem — E portanto mando aos Juizes vreadores procurador e officiaês Da cam^{ra} ¹⁶ da dita villa desposende que ora sam e ao diamte forem que asy o cumprão e guardem e ffaçam cumprir e guar ¹⁷ dar por que asy o ey por bem e meu seruiço e esta carta se treladarã no L^o da camara da dita villa e estara ¹⁸ no cartorjo Della em boa guarda Dada na villa Dallmeiry a trimta dias do mes De marco elRey noso ¹⁹ Snõr o mandou pellos Doutores Amtonjo Vaz Castelo e guaspar de figdo ambos do seu concelho e seus ²⁰ desembargadores Do paço Balltesar fferaz a fez Anõ do nacimiento De noso Snõr Jhuũ Xpõ de mil ²¹ e quinhentos setemta e quatro Annõs pagou de feitio desta carta cemto e sesemta reis e Dasynar nada ²² ffernã da costa a fez srprever ts — por (?) se achar ausente o Doutor guaspar De figdo pasou pelo (?) Doutor paullaffomso outro sy Do conselho do dito Snõr e seu Desembargador De paço

(Assinatura:) Paulo Afõso

(Sêlo, fraccionado, de cera vermelha, preso por nastro vermelho e branco).

Nota — Este documento é um precioso pergaminho, em bom estado de conservação, na posse da Câmara Municipal de Esposende.

A respectiva leitura, que muito agradecemos, deve-se ao Rev.^o Senhor Cónego Arlindo Ribeiro da Cunha.

Subsídios para a HISTÓRIA de ESPOSENDE

pelo Dr. Manoel Sobral Torres

EM tempos escrevi algures que «só um trabalho paciente e demorado de investigação permite determinar com segurança a origem, o passado e a evolução histórica das povoações. Os monumentos da sua ancianidade, o testemunho das velhas crónicas e memórias — tantas vezes obscuros e escassos — são os primeiros elementos que os persistentes elaboradores de monografias encontram para realizarem os seus louváveis objectivos».

O investigador das tradições e da vestutez das pequenas povoações portuguesas, olhando para as trevas do passado longínquo desanima, por vezes. Mas, ele precisa de ser perseverante, rebuscando — aqui e ali — com paciência e devoção, notícias dispersas, confundidas ou espalhadas acidentalmente, nas narrativas dos cronistas ou dos historiadores

de fôlego, e que permitirão lançar as bases do edifício histórico que porventura se propõe erguer.

Para a história de Esposende e do seu concelho, nada mais há do que isoladas tentativas de investigação histórica que deviam constituir um dever para todos os filhos desta linda região que o pudessem fazer.

É o que tenho procurado, devotadamente e desde muito novo, por amor à minha terra natal — a esta linda e feiticeira «Princesa do Cávado», que agora comemora jubilosamente o seu IV centenário!

I

ORIGEM ETIMOLÓGICA DE ESPOSENDE

A origem ou proveniência dos topónimos mais antigos é muito variada e variável, levantando frequentemente forte controvérsia etimológica.

Esposende não fugiu à regra, mas quase todas as opiniões idóneas são concordes num ponto da questão: a origem germânica do nome «Esposende». Só em certos pormenores há divergências que, por assim dizer, estabelecem as diferentes opiniões.

O Padre A. Gomes Pereira, defendendo a origem romano-gótica de Esposende, fala-nos um pouco vagamente num «Spanosendus», de cujo genitivo — «Spanosendi» — teria derivado o actual nome da vila.

O Dr. Figueiredo da Guerra, com o testemunho do sábio Filólogo Alemão Mayer Lobke, apresenta a forma «Spanuzindos», de cujo genitivo — «Spanuzindi» — teria derivado a actual forma, a qual por sua vez derivava de «sendos» ou «sindos», correspondendo à forma gótica «sivinds» (fonte). De facto, aparece-nos uma forma muito parecida com esta num documento inserto nos «PORTUGALLIA MONUMENTA HISTORICA», mas trata-se

dum documento respeitante ao Mosteiro de Arouca, assinado por um tal «Spanuzindo».

Porém, só nas Inquirições de 1258, surge uma referência à povoação «*Esposendi*» e que é a primeira citação documental que encontramos sobre Esposende, como mais adiante se verá.

Diz Leite de Vasconcelos, que «a forma «*Esposende*» deve ser erro do escriba e não erro tipográfico, pois assim consta do original da Torre do Tombo, porque só os antigos explicariam bem a forma contemporânea».

Recentemente, o Sr. Dr. J. Piel parece esclarecer definitivamente a questão, ao afirmar que «*Sachs 90* interpretou bem este nome fazendo-o derivar de *Spanusindus*, *Spanusindo* n. h. 952. O -o- é o representante do ditongo *au* (ao) que se formou devido à queda regular do n. O elemento *Sende* é nitidamente germânico: *sende* > *sinths* = «caminho», «expedição» (militar), muito frequente na toponímia».

Diz ainda o Prof. Piel que há mais duas povoações chamadas «*Esposende*», na província de Orense (Espanha). Porém, no «*Dicionário Geográfico*», de A. Costa, aparecem mais duas povoações com este nome: *Esposende* — lugar da Freguesia da Balança, no Concelho de Terras de Bouro; e *Esposende* — povoação da Freguesia de Sousa, Concelho de Gondomar. Quanto a esta, depois de averiguações que fiz, parece não existir, mas sim a conhecida *Esposade*, cuja referência no citado Dicionário é absolutamente idêntica.

Deixamos propositadamente para o fim as afirmações do Dr. J. Piel, não só obedecendo à ordem cronológica das investigações, mas também porque é, a nosso ver, a opinião mais fundamentada e segura. De facto, as suas conclusões assentam num conjunto de factos evidentes acerca dos vestígios germânicos na Península Ibérica, afirmando: «Da sua língua salvaram-se duas ou três dúzias de vocábulos, sem étimos documentados, mas reconstruídos. Em face disto, é de surpreender o enorme papel que desempenham os elementos germânicos na toponímia Peninsular, principalmente portuguesa».

Termina por fazer duas *observações fundamentais*:

1.^a — Os nomes germânicos da Península encontram-se quase que exclusivamente na Galiza e *Norte de Portugal* (Reino Suevo).

2.^a — Quase todos os topónimos são *nomes de pessoas* e quase todos formados por *dois elementos*.

Ora, atentando nestes factos, apontados pelo Prof. Piel, podemos concluir que «*Esposende*» é um nome de origem germânica, certamente referente ao donatário duma «*villa*» romano-gótica existente onde hoje se ergue a linda e progressiva Vila de Esposende.

Posta a questão neste pé, não interessa propriamente o pormenor a que cada historiador procura recorrer para tornar mais completa

a sua opinião, dizendo uns que se trata do nome dum general ou chefe militar germânico; outros, do nome do donatário daquelas terras que formavam uma «*quinta*» e mais tarde uma povoação; ou ainda, do nome de qualquer expedição militar que o seu dono quisesse perpetuar.

Convém acentuar também que — no actual concelho de Esposende — subsistem muitos nomes de origem germânica na designação de várias freguesias. Tais são, por exemplo, o de Gemezes, Belinho, Forjais, Goios, etc., etc.

E para terminar esta despretenciosa conversa sobre a origem etimológica de Esposende vou a título de curiosidade, citar aqui algumas fantasias bordadas pela imaginação popular ou pela tradição. O Padre P. Augusto Ferreira diz que Esposende deriva — tal como Esposade — do latim *Sposanduz*... mas não justifica tal afirmação. («*Tentativa Etimológico-Toponímica*», Vol. III).

Outros, fizeram com que o vulgo acreditasse que Esposende provinha de *E-pos-vende* (!), porque antigamente se venderia a areia preta — «*Pós*» — que aparecia nas margens do rio Cávado, contendo ouro e pedras preciosas... Outra versão diz que derivaria de Esposende, ou seja, *areia preta* do «*Zende*», que significaria rio e que seria até o primitivo nome do Cávado, tanto mais que perto de Terras do Bouro (Braga), há a povoação do *Valdosende*... O rio — o *Zende* — teria primitivamente outro leito, que cortaria para o sul, perto da Barca do Lago, tal como indicam os vestígios do leito dum curso de água, existentes naquele sítio, indo até uma povoação interior conhecida pelo nome de *Barqueiros*. Ora, por conveniências económicas ou doutra ordem, os antigos habitantes da margem do rio teriam *cavado* um novo leito para o rio — o actual — e daí mais tarde o nome de *Cávado*!... — Enfim, se outra virtude não tem estas interpretações populares, servem para demonstrar a exuberância do espírito imaginativo do nosso povo.

II

PRIMEIROS DOCUMENTOS ESCRITOS

Não restando dúvidas, hoje, sobre a antiguidade da povoação de Esposende esta, no entanto e quanto se sabe, só tarde aparece nomeada em documentos escritos.

De facto, as Inquirições de 1220, ordenadas por D. Afonso II, não fazem referência a Esposende.

E só nas Inquirições de 1258, ordenadas por D. Afonso III, se faz alusão — ainda que indirecta — a esta povoação: «*Item, in Esposendi ha uno casal de Sancta Ovaya de Rio Covo, et lavram no os de Palmeira et non queren dar renda al Rey*».

É interessante notar que, nestas Inquiri-



ções, eram convidados a depor o Juiz da Terra, o Abade e os habitantes de cada Freguesia.

É o primeiro documento histórico — que se conhece — em que Esposende aparece nomeado, como um lugar do «Reguengo de Gontimir», na freguesia de «São Michaelis de Zopaes» (S. Miguel de Cepães), no Julgado de Neiva.

Baptista de Lima, diz com certa razão que há males que vêm por bem, pois que se não houvesse um casal refratário ao pagamento da renda a El-Rei D. Afonso III, certamente que o nome de Esposende não viria citado, ainda, nessas Inquirições!...

Em 1290, D. Dinis mandou fazer terceiras «Inquirições», mas no Livro de Além-Douro nada consta sobre Esposende.

Assim, a data, ainda que aproximada, da fundação de Esposende, está por descobrir e a discussão continuou e continua, mas nem sempre com acerto e bases seguras.

De qualquer modo, na «Nova Carta Corográfica de Portugal» há erro evidente quando defende que a fundação de Esposende não vai além do século XV, em que várias famílias de S. Miguel de Cepães, hoje Marinhas, sede da Freguesia, se foram estabelecer nas margens do rio Cávado, junto à foz, para se empregarem na faina da navegação e pescaria...

Ora, no século XV, já Esposende devia ser uma povoação importante e antiga, a ponto de D. Manuel ter deferido uma petição que lhe dirigiu o povo de Esposende, para que esta fosse elevada à categoria de vila: «... já vosso avo (D. Manoel) que esta em gl'oria foy informado deste lugar em tempo.... e lhes tinha feyto merce de os fazer villa e sendo despachada a pitição para se fazer a provisão morreo o procurador do dito lugar e perdeose a dita pitição...» (segundo revela a Carta Régia de D. Sebastião, de 19 de Agosto de 1572).

Por isso mesmo, talvez, é que na «Memória dos Forais», de Franklin, não figura o nome desta povoação.

Por sua vez, no *Censo da População de 1527*, mandado fazer por D. João III, a 17 de Julho de esse mesmo ano, na região de entre Douro e Minho e sob o título da «villa de Barcellos e seu termo», diz-se:

«Item, tem mais as povoações d'Esposende e Faao peguadas na foz do rio cabado e no mar juntas duas l'goas da v'illa hua de hun cavo do rio e outra do outro vyvem nelas juntos 272 moradores».

Mais tarde, a *Corografia de Barros, de 1549*, dá-nos também a noção da crescente importância de Esposende, quando diz que na foz do rio Cávado, onde este entra no mar, estão os logares de Fão e Esposende que são *bons portos de mar*, acrescentando que no Minho há 12 vilas boas, entre elas «Fão e Spozende» onde se faziam muitas naus e navios com madeira da terra.

Ora, o emprego do termo *vila*, naquele tempo já com um significado muito diferente

do primitivo, embora inexacto, queria significar indubitavelmente a importância da povoação, fruto de um desenvolvimento já antigo.

E tanto assim era, sem dúvida, que *El-Rei* D. Sebastião, muito justa e oportunamente, houve por bem conferir a Esposende o título de vila e delimitar o seu concelho, em 19 de Agosto de 1572, por sua Carta Régia (e não em 15 ou 17 do mesmo mês e ano, como inexactamente por vezes se tem pretendido).

III

D. PEDRO DA CUNHA E O FORAL DE ESPOSENDE

Quando os moradores do lugar de Esposende pediram a D. Sebastião para «fazer-lhes merce de os fazer villa», invocaram a seu favor os seguintes factos: — Que no lugar de Esposende havia «trezentos e setenta para quatrocentos vizinhos juntos e arruados e muyto nobre de casarias»;

— Que era «gente Ryca e abastada»;

— Que era Esposende «porto de mar e que ha setenta pera oytenta naujos grandes e muytos pillotos e homens do mar» ao serviço de D. Sebastião;

— Que, por isso, este monarca tinha ali «allfandega e officiais della»;

— Que já o próprio D. Sebastião «informado do dito lugar ser tão grande e nobre lhes fez merce de o apartar sobre si nas repartições das cisas da dita villa de Barcellos e asi lhe fez merce da imposição pera a Igreja do dito lugar» (Esposende);

Que, por não ser vila, Esposende não tinha «escrijvao nem taballjão nem outro allguum official de justiça» tendo que recorrer à Justiça de Barcelos, onde havia muitos moradores, além de ficar muito longe, e por isto, tornava incómodo, dispendioso e muito demorado, recorrer à Justiça de Barcelos;

Que, portanto, era impossível resolver certas ocorrências e «muytos desagujsados que cada dia no dito logar (Esposende) socedem», etc., etc.

E mais: lembravam o facto — já por nós atrás apontado — de o avô de D. Sebastião (D. Manuel) ter reconhecido a razão que lhes assistia, «em tempo que não era tam nobre (o logar), nem estava tanto a Risiko de ser saqueado» pelos corsários que não tinham que temer a acção da justiça, por a mais próxima ser em Barcelos, distante «duas legoas muito grandes».

Terminavam por lembrar que «dando-lhes merce de villa» D. Sebastião seria «milhor servjdo e o pouo (povo) menos avexado e oprimido.»

Pelos vistos Esposende não mantinha boas relações com Barcelos, como adiante veremos mais vincadamente, quando D. Sebastião pe-



diu informes de Esposende às «justiças barcelenses».

Baptista de Lima, admite até que tais relações não deviam ter sido estranhas ao malogro das tentativas feitas pelo povo de Esposende, no tempo de D. Manuel, para se emancipar da judicatura Barcelense...

Mas, D. Sebastião deu seguimento, felizmente, à petição, mandando proceder a diversas averiguações.

Ordenou, então, ao provedor da comarca e provedoria da «villa de viana e foz de lyma», que se informasse da legitimidade e verdade da petição, e que desse conhecimento dela «ao procurador do duque de bragança (sobrinho de D. Sebastião) cujo he o dito lugar e que ouvise» a *Camara de Barcelos* informando-o depois do seu parecer. Barcelos informa *desfavoravelmente*, porque não lhe convinha a perda de tão importante lugar e, para reforçar a sua opinião, requiere que sejam consultados os moradores do lugar de Fão e freguesias vizinhas porque «dellas era o prejuizo fazer-se o dito lugar villa», etc., etc.

Porém, o provedor de Viana, que pelos vistos estava ao lado de Esposende, deu parecer favorável à petição dos Esposendenses, propondo que «*se devja tomar o parecer de dom pedro da cunha.... presidente dallçada que la andara*» (em Esposende).

D. Pedro da Cunha deu também parecer favorável, declarando que «pello que tinha visto do dito lugar desposende lhe parecia por muytas Rezois», que D. Sebastião o devia fazer vila.

Finalmente, depois do procurador do Duque de Bragança ter reconhecido igualmente a justiça da referida petição, D. Sebastião houve por bem fazer vila o lugar de Esposende, deliberando que «daquj em diante pera sempre se posa chamar e chame villa desposende» ficando livre «de qualquer sogeição e superioridade que a dita villa de barcellos nelle tem sem embargo de quaisquer priuilegios e posse que em contrario aja por quanto por os ditos Respejtos...», continuando o alcaide mór de Barcelos a gosar dos direitos que tinha até àquela ocasião e sem prejudicar «em cousa allguma as doações do duque» (de Bragança). Fundou-se, assim, por deliberação régia de 19 de Agosto de 1572, a vila de Esposende, cujos limites concelhios D. Sebastião fixou, dando-lhe... «termo desta maneira de mea legoa em circuyto a saber desposende pera a parte do norte ate são bertollomeu do mar e daly direito a villa chaã e sam croy (S. Cláudio?) e gemeses e daly ate o Rio cavado, no qual limite de mea legoa a seis freguesias que tem setecentos vizinhos...».

Da leitura atenta deste curioso e elucidativo documento — o mais importante, até hoje, para a História de Esposende —, fica-se com a forte convicção de que D. Pedro da Cunha teve influência decisiva na resolução de El-

-Rei D. Sebastião de elevar a antiga «Espoesendi» à categoria de Vila e de Concelho.

D. Pedro da Cunha pertencia à Família da Fidalga Casa de Belinho. Era nobre da Corte e membro do Conselho do Reino, gozando portanto de grande prestígio junto de El-Rei, sendo natural que se interessasse pela petição dos seis combativos vizinhos esposendenses...

Não seria este o momento mais próprio e significativo de consagrar numa das artérias da Vila — em reconhecimento público e solene — o nome deste nosso antepassado e, afinal, o primeiro grande protector de Esposende?

Aqui fica a sugestão!

IV

A PESTE DE 1564

E, agora, um último apontamento sobre essa época distante da História de Esposende no século XVI.

Nesse ano de 1564 — diz-nos Fr. Francisco de Sant'Iago — graçou fortemente a peste em Esposende, causando muitas vítimas. Uma delas foi o virtuoso franciscano Frei António da Guarda que «do Convento do Monte da Franqueira, sahio delle no anno de 1564 a administrar os Sacramentos aos apestados» de Esposende, mas «ferido do dito mal acabou em o Senhor, e jaz sepultado junto à Igreja principal daquela villa» (a actual Igreja Matriz).

A peste deve ter sido trazida pelos marinheiros das expedições contra os mouros, mandadas por D. Sebastião e, numa das quais este desventurado Rei desapareceu para sempre.

De facto — continua a descrever-nos Fr. F. de Sant'Iago — «era grande o commercio, e trato, que os nossos tinham com os Mouros avindos, e tributários, e desta comunicação tão contínua, e frequente, nascia pegarse aos nossos o *contagio da terra*, e delles se derivaria ao Reino... a peste já quasi perenne e sucessiva.»

A Frei António da Guarda ficaram certamente muitos Esposendenses a dever, então, as próprias vidas, morrendo Frei António por amor de Deus e dos seus semelhantes.

E — quem sabe? — se o seu sacrificio não terá contribuido para que a população de Esposende mantivesse a vitalidade e o progresso indispensáveis à luta e ao direito de obter para esta póvoa marítima, oito anos após (1572), o título honroso e merecido de Vila!



Memória de Esposende

DO mestre licenciado André de Resende proponho estas palavras: «Tão antigo costume é estimar a memória antiga, que quase por um consentimento em todas as idades houve esta opinião — ter-se muitas coisas em apreço, não pela bondade delas, mas pela antiguidade...»

D. João III estimava Resende pelo saber e virtude. Ele era pessoa contente e satisfeita com seus estudos e repouso literário, e dizia que «os homens dados às letras, com letras servem». Daí o ter ensinado latim ao velho Carlos V. Se lhe valeu de alguma coisa contra Soliman, rei dos turcos, esse latim declinado de Salamanca a Lovaina, e sancionado pela Universidade de Paris, nós não o sabemos. André de Resende é autor duma saudação a D. Sebastião, quando da entrada do príncipe em Évora. «Rei, filho das lágrimas de todo o vosso povo... Esperança do reino em que para vos servir nascemos, dado a nós por Deus, pedido a Deus por nós.» E um transido quebranto nos comove. Cantemos os lugares merecidos pelos homens, mas dos homens afloremos só o mérito tão diverso!

Esposende tinha duas almas: a do sul, que era piscatória, e a do norte, que era banhista. Uma era feita de gente natural e misteriosa, com dramas e alegrias rápidas, como se um vento cínico e audaz, vindo de muito longe, talhasse a sua história. A alma do sul já existia quando o reizinho D. Sebastião jogava às laranjas com os seus cortesãos — e as comia. Porque o príncipe era guloso; em apetites de mesa e arrancadas de estribo perdeu a vida, e nós a independência e a lei dela. O que lá vai lá vai!

Quando eu fui pela primeira vez a Esposende, achei que sucedia alguma coisa de solene; como um rito. Era em Julho. Nas noites em que o calor abraçava, vinha do rio um hálito de vasa. Como se o princípio do mundo rompesse o cristal das areias e borbulhasse uma vida espessa e cega, no lodo. A motora do peixe descia pela corrente, os homens iam calados. Via-se o casco na linha da água, como uma faca abrindo a pele da noite. Os cães ladravam. A alma do sul estava acordada. Desde tempos muito antigos ela tinha aquele pacto com o mar, sobrevivia nos seus flancos, paciente, lentamente, ajustada

à magra colheita de peixe e de sargaço.

A alma do norte floresceu um dia, construiu nos pinhais um chalé branco, pôs-lhe um azulejo azul, botou patamar e alpendre à moda de mestre Raul Lino. Plantaram-se tamarizes na avenida; alguma dama no seu mirante aprendia piano com uma senhora do Porto, e tinha um chapéu com cerejas maduras. Distinguia-se: a sua gola de valencianas ficava cheia de grãos de areia quando ela saía à rua.

Os banhistas eram gente de Braga e de Barcelos, de gostos moderados, clericais, fechados. E as peixeiras, arrastando o corpulento saiote, vinham pousar no muro a canastra e deitavam em volta os olhos coruscantes, prontas ao debate. Era como a barra do tribunal esse mostrador de pedra onde caía o sangue do congro e a água viscosa da sardinha. Diziam-se clamores e juras, chamava-se o Pai do Céu para testemunha; para juiz a Virgem, que era mais de confiança das mulheres. A fruteira, com o seu carrinho onde coravam os pêssegos tocados por uma dedada de auscultação, oferecia «bananas do Douro». E uma ameixa verdinha e açucarada dizia muito dos pomares selváticos, entre o quinteiro e a eira, com figueiras em que rebentava o preto figo debicado pelos pardais.

A alma do norte era assim. Vinculada às cidades, às vilas espessas onde um cheiro de esgoto rompia dos quintais regados à tardinha. O banhista vinha com quatro filhos e a criada, mais duas crianças que eram como família, uma tia vestida de preto e que se queixava do vento, da sereia do farol, e que bebia litros de chá, para esquecer. Quando caía a tarde, uma paz imensa subia do mar, estendia-se sobre os campos. Os mocinhos do leite, com as bilhas de alumínio, vinham, seguidos por um cão de pêlo açafroado. A luta tinha um halo; um certo segredo de meteorologia pairava entre estrela e estrela. Curavam-se as queimaduras do primeiro banho de sol; e caía, na cana do nariz, uma pele seca como papel, com a sua memória de inverno no vinco dos óculos. Na farmácia aviava-se a manteiga de cacau, os linimentos. O dono tinha um dito de humor para toda a freguesia, um pouco de tristeza andava nesse riso. Gostava de bichos; nunca vi homem que estimasse os animais, que não fosse melancólico. Vê neles lealdades que as pessoas não conseguem cumprir.

A alma do sul despertava com as primeiras roçadoras de caruma, tingidas de nevoeiro. Vinham em passo trotado, entravam nas bouças, e a geada quebrava sob os seus pés. Eram furtivas mas tranquilas; tinham olhos habituados ao escuro dos pinhais e que brilhavam na fimbria do lenço em que a poeira fizera traços claros. Depois, as padeiras apareciam, com rosto de noviças, apressadas, matinais de discrição, confabulando com o costume de cada morador, o lugar onde deixar o pão, o molete tostado, o bijou mais branco, o jornal, ainda um pouco humedecido de tinta. Ouvia-se o grito dos pavões da casa em frente. Era um grito gélido e angustiado, como se precedesse uma cena de Hitchcock. E os pinhais coroavam-se de sol, abria-se o dia.

O verão é de todos. É uma festa fácil. Passa o comboio-brinquedo na avenida, com o seu toldo vitoriano; e quase se aplaude de pé nos passeios, olhando. Mas o inverno dessa vila cujo foral se celebra e lhe foi concedido há quatrocentos anos — diga-se com digna beatitude — é um tempo de mais profundo apego à natureza marítima das coisas e das pessoas. Um entendimento entre o mar e a gente, entre o silêncio e a gente. A praia é como nova, sem pégadas. Dorme o maçarico já sem ninho, os juncos dormem. E, até Viana, há aquele campo de areia onde brilham molhados os godos, onde uma sandália amarela, com uma flor de plástico, desponta. E o sargaço. Verde e negro, como brasão de fadigas centenárias; recortado, com desenho de cacto do oceano, ele anda na onda baixa, estende as fitas no lombo do mar como xairéis e gualdrapas franjadas.

Não me consta que D. Sebastião fosse um dia a Esposende. Entre correios casamenteiros passou a vida breve. Dizia ele que a soberana de Portugal tinha que ser bela; isto para poder recusar muitas noivas e desdenhar de todas. Que desgostos trazia, que a morte lhe pareceu afável e desejada? Quando o povo o esperava, vindo do nevoeiro, é porque recordava qualquer coisa de invulnerável que ele tinha por virtude própria. Era como Sir Lancelote, a quem o amor poupava e por isso também o respeitava a morte. Fruto verde e perdido, menino sem mãe nem pai! De Esposende se avista, se quisermos, o seu barco negro, que espera subir o rio como um bergantim funerário, um dia. Em certas tardes paradas de inverno, além das dunas de Fão, uma vela corre, e, se cuidamos ir retomá-la na barra — não a vemos mais. O mugido da sereia cobre o estalido da água. Chuva forte, chuva leve, o abrigo dos pescadores fechou. Andam soltos os cães das quintas. Chuva leve e certinha; as andorinhas de barro na parede duma casa são como peixes voadores, brilham.

A alma do sul, no inverno tem uma doçura particular. O café e o fumo espalham um cheiro mais forte. A igreja parece mais visitada pelos fiéis, ou nela demoram mais tempo. A formosa madona está mais resplandecente no seu canto escuro; porque o frio embeleza a sua pele escurinha. É Beatriz de Dante, na casta sonolência do Paraíso.

E vem o vento das tempestades, o trovão de Maio, o sol de todo o ano. As dalias abrem nos jardins; a alface com elas. Nascem criancinhas nos

seus presépios, as mães sorriem, os moços vão para África, os estucadores emigram, os velhos vão ficando mais calados. Cumprem-se quatro séculos sobre o foral da vila. Foi ontem. Ainda há quem se lembre. Veio um meirinho, um cura, um escriba espanhol, dois arautos, um mancebo que fazia versos e que comeu três muges tardeados que o levaram a cantar as ninfas do Cávado. Não sabemos quando a poesia passa pelo osso sub-orbital denticulado da boca do muge. Os autores da Grécia e de Roma falaram do muge. São peixes indefesos, a quem só a habilidade extraordinária faz escapar aos seus inimigos. Lineu fez grande confusão com os muges; mas os poetas não.

A alma do norte é nómada; só no pleno verão ela apresenta um carácter. Nas varandas sentam-se os banhistas, o pôr-do-sol ensina-lhes salmos, enquanto o vinho esfria no gelo. Param os carros de frente do hotel, e as toalhas do banho secam, pesadas de salitre. Os pequenos caminhos abrem-se com o seu antigo e absurdo peso de viagens que ali começaram. Aonde chegam? Ao monte do Faro? A Santiago? A Roma? Quantos lugares do alto de S. Lourenço se avistam! É Gandra e é Belinho. As Marinhas, com os moinhos sintéticos à beira da estrada. S. Bartolomeu, do mar curandeiro. Fão, terra de salineiros e matelotes, Barca do Lago, pouso de velhas viagens. Grande é a comarca e pequeno o mundo. Como novas pedras dum xadrez rural, as vacas alternam com a carrocinha vermelha ou verde que tem uma cruz pintada, como os carros romanos das batalhas. Perdura o símbolo onde a função esqueceu.

A alma do sul é grave, com mulheres de preto, meninos que aprendem a cortar o nispo e a rilada, ou a talhar um colete. No chão do bairro dos pescadores compõem-se as redes; velhas de olhos acesos como lumes e saiotes em cuja dobra guardam os trocos, sentam-se no pó. São mulheres acordadas para o rito da vida e que sabem prever a hora dum parto só com olhar a prenhada de relance. Não há muita diferença entre o médico e o curandeiro — a ambos pode lograr o doente. Deita-se de lado e morre, se lhe apetece, haja receita de antibiótico ou defumadoiro. As mulheres do sul eram especiais. Como tanagras, sequinhas do vento, consoladas do passado, celtas de corpo e alma. Viviam do peixe, da caruma, do sargaço; e algumas aburguesavam-se, faziam colchas. Punham nas cómodas uns vasilhos de barro pintados a cores, ou bailarinas de mármore, ou uma taça com duas pombas. Mas eu preferia quando, sentadas nos litreiros, falavam dos vizinhos, com aquele sotaque interrogador, cantando. «Nina, nossa menina?» — diziam elas. Era-se pertença da comunidade, bafejada da bênção do lugar, mimo do tempo em que o coração de todos batia uns pelos outros — e se ouvia.

A alma do norte, onde eu morava, era optimista. Mas não valia a pena, porque tinha o futuro garantido, fazia bons negócios, dispunha de relações, mandava nisto e naquilo. Mas não no vento e na chuva. Por isso se queixava do tempo, melindrada de que ele lhe tomasse a mão. Agosto era ríspido, Setembro ameno; em Julho, três dias de canícula, ou seis, ou nove. E quando dava em ventar e cair água as

moscas entravam dentro de casa como peregrinos surpreendidos, zumbiam e ensarilhavam as asas. Pegavam-se ao pêlo dos cães, causavam-lhes neuroses e histerias, como agora se diz.

Tenho pena de não ter sido criança em Esposende. Lembrava-me com mais intensidade das horas, dos lugares; teria conhecido quem se vestia de anjinho na Senhora da Saúde, e até imaginava o rei D. Sebastião com melhor parecer, de negro e prata, como seu tio Filipe de Espanha. Mas a gente perde o engenho ao tomar a arte por madrinha. Ao ler os códices, esquece o espírito. Ao saber de importâncias comarcãs, deixa-se de corridas no paraíso, que é o mesmo que dizer as praias brancas, com refegos de areia movida pelo vento, com praças e castelos, como eu gostava de acreditar quando era pequena.

Tem feltio de proa a chegada a Esposende. O cemitério, onde os túmulos de granito espreitam como coroas de reis visigóticos sem olhos e sem perfil, fica diante do rio. Tem árvores japonesas, não sei que são. Representam um desgrenhado signo de viúvas do mar. É do sul que eu falo; mais secreto, mais resistente, dura há quatrocentos anos com privilégio. E, sem ele, muito mais. Era terra de armadores, faziam-se os barcos, como ainda os fazem desde Vila do Conde à Gafanha, com um olho pintado como os barcos em que se sepultavam os fení-

cios. Ele varava, com as ondas, o destino. A alma do sul, na morte e na vida, sabia para onde ia.

O pinheiro manso da avenida do hospital contemporizava e dava sombra. Sentavam-se debaixo os viajantes que iam para o Porto na carreira da uma e dez. Ia gente de Anha e de Forjães, negociantes de marisco, a recém-casada que tinha consulta na médica, o vereador, o homem do minério antigo e que perdeu o pio. Os padres já não iam. A cozinheira da pensão que ia ver a filha nas órfãs; as freirinhas vendedoras de bordados, o namorado pobre que veio fazer uma surpresa à noiva — e ela achou-o pálido e acanhado. O pinheiro manso do hospital dava abrigo a tudo isto. Era como asas, indiferentes mas seguras. A professorinha e o tasqueiro; o canteiro e o estudante do Instituto — a pasta, o guarda-chuva, a cesta condessa, o frango vivo, o garrafão e a trouxa, a bicicleta com o guia-dor virado, o colchão de arame para o hóspede, o ramo de enterro e de casamento, tudo vinha e ia, tudo ia e vinha. Norte e sul — tudo se regozijava e pedia notícias, e mandava recados, e às vezes até andava perto de desesperar, mas não chegava a isso. Esposende, território de escuro coração, com sangue pisado dentro! Beleza formidável, verso na nudez do vento!

10-6-1972.

AGUSTINA BESSA-LUÍS

MOTOCICLO ESPOSENDENSE

DE

ANTÓNIO DA COSTA TERRA

Oficina de reparações para todas as motorizadas, Scooters, Motos, Motores de Rega e Bicicletas a Pedal.

*Agente das motorizadas: E. F. S.
- K. T. M. - Casal com motores
Zundap - Sachs e Casal.
E das motos:
Java e Suzuki.*

REPRESENTANTE DOS ÓLEOS CASTROL

Rua 1.º de Dezembro — Telefone 89103

ESPOSENDE



TELEFONE 89176

*Uma Indústria Regional há 40 anos ao Serviço
do Concelho de Esposende*

OFIRTEX

Indústrias Têxteis de Fão, S.A.R.L.

FÃO — Esposende

Tele { fone
gramas «OFIRTEX»

PASSEIO TURÍSTICO

por Boanerges Cunha

O que a Natureza dá, não se inventa. Quem quer que me leia, e, sobretudo, conheça os escaninhos de Esposende, dirá que não falseio a verdade afirmando que esta encantadora vila do Minho-litoral se encontra maravilhosamente emoldurada por miríficas paisagens de aspectos montanhoso, campestre e marinho. Como não podia deixar de ser, e graças ao astro-rei, que tem primazia no efeito, os belos panoramas de Esposende são cunhados de matizes vários, o que, na realidade, os torna agradavelmente surpreendentes.

A nascente, por exemplo, — fazendo lembrar vigilantes sentinelas velando, a rogo da mãe-natura, a filha querida que se espreguiça a seus pés: Esposende —, os montes do Faro e seu vizinho S. Lourenço, como que ciosos de tutelar missão, não regateiam austeridade toponímica a naturais ou turistas que apreciem grandezas em proporções de granito... Além disso, ao sorrir alegre do nascer do sol ou ao entristecer do sol-poente, é realmente admirável e fascinante o colorido verde-negro das camarinheiras, urzes, outras espécies de ericáceas e pinheiros bravos, que, sem permissão de ninguém, medram em tais aleijões da terra. Mas, em Esposende e além do mais, os montes do Faro e de S. Lourenço têm ainda outra particularidade figurativa: São perenes apreciadores e testemunhas eternas dos ondulantes afagos com que as águas mansas do inspirador e decantado Rio Cávado beijam, dia e noite, sem parar, as margens arenosas e poéticas do seu leito granuloso. Em cada uma das freguesias do indiscutivelmente aprazível, digamos, pitoresco concelho de Esposende, existe um lugar de excelência, uma sala de estar ornamentada pela Natureza em moldes artísticos, enfim, um motivo de atracção visual para ser admirado, descrito ou pintado. Percorrendo o caixilho que aos altos e baixos limita o progressivo concelho de Rodrigues Sampaio, não faltam, graças ao incomparável engenho da Natureza, motivos sobejantes para grandes inspirações artísticas. Mas, meu caro leitor, se não for enfadonho para ti, como creio, o melhor será iniciarmos um passeio turístico. Vamos dar uma volta pelo concelho? (...) Pois bem. Mas para que a nossa digressão se não torne realmente fastidiosa, pois ainda são bastantes os lugares bonitos, com interesse turístico, visitaremos somente os de mais nomeada. Vamos lá então. Começemos por S. Paio de Antas:

— Cá estamos nós. Eis a ponte. Este é o poético Rio Neiva. Na margem de lá começa o distrito de Viana do Castelo. Atrás de nós, o concelho de Esposende. Vamos agora ver o rio noutro sítio. Corte aqui

à direita e siga a estrada até que eu mande parar. Pare. Corte novamente à direita. A uns cem metros encontraremos um pequeno largo, uma capelinha, novamente o rio, um açude, a «casa dos ingleses» e, do lado de lá, um velho moinho que a água do rio faz mover. Repare, leitor atento, como é lindo este conjunto bucólico! É um pequeno encanto. Agora, daqui, vamos à Foz do Neiva. Quando chegar à estrada corte de novo à direita e siga até onde o carro puder andar. Chegámos. Repare neste aglomerado de casas de praia e de campo. A maioria pertence a pessoas de fora do concelho que aqui vêm passar os fins de semana ou gozar férias. Estas casinhas, digamos, são o reduto das canseiras e fadigas que os seus donos incorporam durante a semana. São ninhos de repouso. Prossigamos, porém. Vamos agora ver a Foz do Neiva, tão ouvida na boca dos pescadores desportivos. Eis-nos chegados. Que mansidão de rio! Nas marés cheias as águas do mar, e com elas várias espécies de peixes, entram por este caneiro e sobem até ao açude há pouco referido. Veja a limpeza deste areal. A elegância das dunas. Sigamos agora em direcção a Belinho. Corte à esquerda e suba a estrada. Agora à direita. Pare. Aqui é a quinta e o solar onde viveu três quartos da sua vida o Poeta António Correia de Oliveira. No interior daquela casa, leitor e companheiro, jamais deixará de respirar-se poesia... Ali, naquela capelinha, a nascente, está sepultado o corpo do inspirado poeta. Vale a pena visitar a quinta. Os estábulos de bovinos são «um luxo». As vacas leiteiras, tratadas como se fossem «misses» de espécie córnea. Vamos agora direitinhos a S. Bartolomeu do Mar:

— Exactamente. Estamos chegados. (...?) Corte à direita e siga até à praia. Cá está ela! Vamos por aqui até ao alto das dunas. Como vê, a extensão deste areal perde-se ao longe. Após as vazantes, os leixões ficam a descoberto e neles brincam as crianças, de baldinhos nas mãos, colhendo percebes ou mexilhões. Pelas festas que a freguesia faz a S. Bartolomeu, no mês de Agosto, há o tradicional banho santo. Este banho, às vezes caricato devido aos trajes improvisados por inocentes aldeões ou por espíritos irreverentes da mocidade, é uma excelente terapêutica para pessoas nervosas. Há muitos anos que assisto ao banho santo, nesta praia, e todos os anos aparece um caso novo para fazer rir. Este, por exemplo: — Uma raparigona, para perder o medo (razão essencial do banho...), meteu-se na água em camisa de dormir. Uma vaga mais forte rasgou-lhe a veste pelas costas, de alto a baixo. Terminado o banho, a moça, muito senhora de si, entrou no areal resguardando a parte da frente... Nesta freguesia nasceu o príncipe dos jornalistas, Rodrigues de Sampaio, que foi Conselheiro de Estado e várias vezes ministro do Reino. Passemos agora a Vila-Chã:

— É meu dever informá-lo, leitor paciente, de que, segundo opiniões várias, talvez seja este o mais primitivo aldeamento da região. Aqui se encontram ainda vestígios da Citânia de S. Lourenço. O pico da cerca, onde iremos daqui a pouco, é referência da maior altitude do concelho. Verá como é surpreendente a panorâmica que se desfruta do belo morro, supedâneo da capelinha. Ora muito bem. A estrada é íngreme mas cá estamos nós no Monte de S. Lourenço, de frente da ermida. Sentemo-nos aqui na soleira da porta. Agora olhe para o Poente! Que me diz de tudo que vê? Não será verdade que toda esta panorâmica é digna de entrar no rol do que, de melhor, há em Portugal? Repare como é lindo, deslumbrante, o azul do mar distante. Logo aqui no sopé, a freguesia das Marinhas (de Marinhas foi desmembrado Espo-

sende que, em 1258, era um lugar de Zupães, hoje Cepães), com seus moinhos seculares, dispostos pela encosta, embora em desuso. Mais ao Norte, lá está S. Bartolomeu do Mar; à esquerda, a praia das Marinhas, a Foz do Cávado, a praia de Suave Mar, o Rio Cávado que divide o solo entre Fão e Esposende-sede, e, mais além, a praia da Apúlia. Que me diz, companheiro, do sitio onde nos encontramos? Já reparou no irmão gêmeo do Monte de S. Lourenço, ali à esquerda, o Monte do Faro? Contam velhos alfarrábios que em tempos remotos, no pico daquele monte se acendiam fogueiras para guia dos mareantes. Mas continuemos. Vamos agora passar pela freguesia de Curvos, uma das que melhores vistas têm. Consta que D. Sancho I, o Povoador, segundo Rei de Portugal, teve, em Curvos, uma casa onde «pousava ou os seus mordomos recebiam as rendas dos vizindários». Como vê, Esposende tem paisagem, tem lenda e tem história. Voltemos para trás. Vamos agora dar um passeio até Susão. Quero mostrar-lhe, leitor amigo, a casa onde mora o insigne escritor-ancião Manuel de Boaventura. Vai ver que gosta. Ela aqui está. Casa de aspecto solarengo, estilo morgadio, paredes cobertas de eras, vendo-se apenas as portas e janelas — pendentes, flores de trepadeiras. Dentro desta casa tem Manuel de Boaventura escrito os seus maravilhosos livros de contos. Contos que, sem dúvida, hão-de imortalizar o seu nome, já consagrado. Consta que Palmeira, aqui a dois passos, foi albergaria de romeiros que regressavam da Terra Santa ou se dirigiam a Santiago de Compostela. Desçamos agora por esta estrada. Por ela iremos ter à Barca do Lago:

— Pare, companheiro amigo! Pare! Acabamos de entrar numa das mais formosas salas de visitas do concelho! Sentemo-nos aqui neste banco de silex puro e admiremos esta paisagem de sonho. Está a ver como as prateadas tainhas, ali no Joelho do rio, saltam ao lume da água? Neste paraíso de amores platónicos, de fadas e sereias, viveu um poeta do medievalismo que figura nos cancioneiros, chamado Fernando do Lago. Aqui nasceu, em meados do século passado, o médico, escritor e poeta José Maria de Oliveira. Já que lhe indiquei, prezado leitor, a naturalidade de alguns dos homens célebres do concelho, não quero deixar de o informar também que em Gandra, povoação aqui pegada, e igualmente na segunda metade do século passado, nasceu o cientista Dr. Tiago de Almeida, cirurgião e médico afamado, que foi lente da Escola Médica do Porto. Que me diz, leitor como eu apaixonado pelas belezas reais, deste panorama de sonho? Paisagem que dá vida! Autêntico sorriso da onnipotente Natureza! Vamos agora dar um salto à praia da Apúlia:

— Sigamos a estrada Viana-Porto. Atravessemos Fão. Chegando ao cruzamento do posto radiogoniométrico, cortemos à direita. A praia da Apúlia fica a uns dois quilómetros. Ela cá está. Esta é a praia dos sargaceiros. Aproximemo-nos. Repare na vastidão deste areal. Na portuguesíssima beleza desta praia, considerada, para banhos, uma das melhores praias do Norte do país. Tem o leitor conhecimento das primitivas casas que se construíam à beira-mar, às quais chamavam palheiros, embora feitas de madeira? Pode vê-las ainda aqui nesta praia. E-las! Conheci, porém, algumas, em praias que em tempo visitei, que eram verdadeiras obras de arte. Autênticos palácios de gente rica! São poucas, hoje, as praias onde ainda se vêem algumas destas relíquias. Elas são do tempo em que, do interior e em carros de bois ou de cavalos, até às praias desciam as famílias abastadas... Apúlia-praia tem prefe-

rência nas pessoas avessas a exibicionismos. Temos agora uma estrada interior que liga Apúlia a Ofir-praia. É por ela que vamos. O leitor vai ficar surpreendido com os antigos moinhos, construídos sobre areia, ao longo da estrada, e transformados em características mini-habitações. Esta estrada há-de ser, um dia, uma grande avenida. Pouco falta para chegarmos a Ofir. Entretanto, repare nestes pinheirais, nas casinhas que, no meio deles, parecem ter sido semeadas a esmo. Subamos à esplanada de Ofir. Repare. Aqui tem outra praia de banhos igualmente considerada de categoria. Este edifício a nosso lado, foi o primeiro restaurante que a praia teve. Depois, nasceu todo este complexo hoteleiro, de classe internacional, que de ano para ano vai engrossando. Justo é, porém, esclarecer, que tudo isto que o leitor aqui vê, teve começo por iniciativa de um homem que só é pequeno na estatura — Raúl de Sousa Martins. De resto, através das lentes que esse mentor em assuntos de turismo usa, ainda hoje fazem lume os raios de iniciativa que outros têm, aliás, sabido aproveitar. Ofir é hoje visto por turistas nacionais ou estrangeiros, como o Estoril do Norte. Metida na mata, entre o mar e o rio, há uma piscina, com restaurante e outros requisitos apropriados, que é um verdadeiro encanto. Regressemos agora ao ponto de partida: Esposende-sede. Cá temos nós a rotunda da praia. Ali, em cima daquele pequeno morro de areia, um café-restaurante, também denominado abrigo dos pescadores desportivos. Ali, a Foz do Cávado. Além, e em toda aquela extensão, repare, a Avenida Marginal, com uma fileira de lindas moradias a ladearem o original Hotel-Suave-Mar, com piscina própria. Veja a quantidade de barquinhos de recreio que passeiam pelo rio. As motoras que vão para o mar à pesca de mariscos, sardinha e outros peixes. As dunas e as dezenas de banhistas que, entre elas, tomam os terapêuticos banhos de Sol. Ao fundo, as torres da Igreja Matriz. Mais para a direita, a férrea Ponte de Fão. Diga-me, com franqueza, caro leitor e companheiro: é ou não é, tudo isto, um sonho maravilhoso que a Natureza doou a esta linda terra, por mercê de Deus?

E pronto. Acabou aqui a nossa digressão turística. Muitas coisas ficaram por ver. Outras, por dizer. Fui lacónico na medida do possível. Se assim não fosse, as excelsas belezas de Esposende, explanadas em moldes geográficos e em temas paisagísticos, dariam um grosso volume. São sete da tarde. Para remate do nosso passeio, caso o leitor esteja de acordo, poderemos ir jantar à Estalagem Zende, à Confeitaria e Restaurante Nélia ou ao Hotel Suave-Mar. Temos por onde escolher...

ESPOSENDE, 8/7/1972

Resumo Histórico

VILA E CONCELHO

SÓ a partir de 1258, Esposende aparece nas *Inquirições*, mas simplesmente como lugar da freguesia de S. Miguel de Zopais ou Cepães, hoje Marinhas.

Segundo alguns escritores o êxodo de população daquela freguesia de Zopais ou Cepães para as margens do Cávado, junto da foz, a fim de se dedicar à pesca e navegação, deu origem à Vila de Esposende. É uma geografia que abre caminho a uma história.

Foi tal o crescimento desta povoação que a gente esposendense pediu a D. Manuel que lhe desse foral próprio, tendo este despachado favoravelmente a petição para se transformar o lugar em vila. Porém, como o procurador do lugar de Esposende tivesse falecido, a petição perdeu-se e o foral manuelino nunca mais foi dado.

Em 1560, o lugar de Esposende teve a visita pastoral de D. Frei Bartolomeu dos Mártires, arcebispo de Braga, que verificou a necessidade que havia de se criar uma freguesia eclesiástica. Decorridos seis anos já nos aparece como tal e com pároco colado, tendo por orago N. Senhora da Graça.

Aqui prêgou o Beato Inácio de Azevedo na quaresma de 1564, prêgando nas segundas-feiras em Fão, e nas terças-feiras em Esposende.

Em 1807 a 1809 fizeram-se importantes melhoramentos no seu porto, sob a direcção inteligente e incansável do Eng. Custódio José de Vilas-Boas, que paralisaram durante as invasões francesas.

Gradualmente, Esposende foi-se emancipando da administração de Barcelos, até à completa independência na reforma administrativa de 1835. No foral de 1572 o termo da Vila de Esposende incluía as freguesias de Vila, Marinhas, Mar, Vila-Chã, Curvos, Palmeira, Gemeses e Gandra. Na reforma de 1835 foram-lhe acrescentadas as freguesias de Belinho, Antas, Forjães, Fão, Fonte Boa e Rio Tinto, desligadas de Barcelos. Juntou-se ainda a Esposende o antigo Couto de Apúlia.

Ainda hoje no concelho se verificam estas limitações.

Em 27 de Outubro de 1898 criou-se a comarca judicial de Esposende.

Os *Paços do Concelho*, constituem um edificio curioso, embora descaracterizado. Deve caber a princípios do século XVIII, porém de manifesta traça seiscentista. Foram restaurados em 1913.

O *Templo da Misericórdia* sofreu obras em 1892-93 que lhe diminuíram as características, sobretudo as fachadas principal e lateral, nos seus pórticos com colunas de fustes delgados e denticulos de decoração a dar-lhe aspecto de construção funerária, de capela de cemitério.

É natural que a primitiva construção seja de finais do século XVI ou começos de seiscentos.

No interior destaca-se a quinhentista-renascentista *Capela do Senhor dos Mareantes*, cujo tecto, em caixotes, apresenta as figuras, em talha, dos doze profetas messiânicos.

Somos de opinião que toda esta Igreja, com seu recheio e em todas as suas dependências, deveria ser transformada em museu.

O *Pelourinho*, de relevante valor, talvez tenha sido colocado em frente dos Paços do Concelho, donde se deslocou para o sul. Foi reconstruído em 1925.

A *Matriz* é igreja ampla de três naves e quatro tramos sem cruzeiro mas com ábside e absidiolos. Pela sua traça denota-se ser construção quinhentista já da renascença — pelos largos arcos redondos — embora modesta. A capela-mor tem abóbada de caixotes, *artesouada*, e os absidiolos, menos extensos do que a ábside, mostram ter sido construídos posteriormente à principal cabeceira. A capela do lado sul é rica no seu altar de estilo renascença e na sua cor-

nija de pedra, com cachorros e capiteis trabalhados. Talvez tenha sido doutro templo.

As fachadas desta Igreja Matriz, que se encontra isolada, exteriorizam arquitectura do século XVII.

Documentos confirmam que a igreja começou a construir-se no século XVI e só foi terminada no período seguinte. Durante um restauro realizado em 1896 encontrou-se, no supedâneo do altar-mor, uma pedra datada de 1566. Sabe-se que em 1591 as obras de construção ainda duravam.

Será, portanto, quinhentista a capela embrião desta igreja, senão mesmo anterior ao século XVI. Demais sabe-se que por 1583 se faziam nela enterramentos. Desta data é a sepultura de Gaspar Barros da Costa, combatente de Alcácer Quibir, que foi Cavaleiro-fidalgo e almoxarife da Alfândega de Esposende e capitão-mor da Vila.

A talha da capela-mor e dos altares do lado sul é dos séculos XVI e XVII.

A pia baptismal, em estilo renascença, é do século XVI-XVII.

Os azulejos das capelas laterais e da sacristia são do século XVII.

O balcão da sacristia e o altar da Senhora das Dores são do século XVIII.

A *Capela da Senhora da Soledade e da Saúde*, de celebridade votiva, construção barroca, por certo de setecentos. As pessoas mais idosas dizem que a sua construção se deve ao Rev.º Padre Carlos Maria Passos Pereira Maciel.

A *Capela de S. João*, na rua do mesmo nome, de interessante arquitectura e data de 1699. Dentro, no retábulo, há um bellissimo quadro de madeira, que parece ser N.ª Senhora da Assunção, e para ali deve ter sido trasladado doutro templo muito antigo.

Defronte desta capela está um cruzeiro com data de 1660, no lado poente da base, tendo gravado nos restantes lados as três datas dos centenários: 1140, 1640, 1940.

O *Hospital*, denominado «Valentim Ribeiro», sob invocação de S. Manuel, é administrado pela Misericórdia e foi estabelecido em 1866 no seu actual edificio. Data a sua fundação do século XVI.

O projecto do actual Hospital e do Teatro é da autoria do Arq. Ventura Terra.

Para defender a Vila das invasões dos piratas que infestavam os mares, mandou D. Pedro II construir um pequeno castelo (1698-1707) que se encontra hoje em ruínas. É o *Castelo de S. João Baptista* da barra.

Defronte desta fortaleza houve um farolim que, com o decorrer dos anos, deu lugar ao esplêndido farol acústico que hoje possui.

Junto à Igreja Matriz há uma *fonte pública*,

construída em 19 de Agosto de 1859.

O *Cemitério Municipal* foi construído em 1855.

Esposende, na foz do Cávado, é uma encantadora Vila e uma excelente praia de banhos, que com tanto acerto apelidaram de Suave-Mar. É a praia dos que preferem o bucolismo e a tranquilidade das vilas adormecidas à beira-mar.

A Vila de Esposende está a remodelar a sua traça, construindo novos arruamentos e arranjando outras ruas.

Além de um novo Hotel, do novo Bairro Social com cerca de 60 moradias, é um número sempre crescente de casas novas, que a norte e a sul, se erguem donairosas, modernas e asseadas, nos seus três ou quatro pisos. No mais curto prazo, após a venda total dos terrenos da ribeira, o lado nascente da Avenida Eng. Arantes e Oliveira, será uma cadeia ininterrupta de grandes moradias.

Embora lentamente, Esposende cresce, refresca-se, renova-se, num esforço constante de recuperar o seu atraso, pois, são ainda inúmeros e urgentes os melhoramentos que importa realizar.

Da imprensa periódica, que em Esposende ganhou raízes e criou tradição, destacam-se: *O Esposende* (1.º jornal aqui publicado em 1886); o 2.º, com o mesmo título, em 1887; a partir de 1888, semanário *O Combate* (1915); *O Cávado* (1917); *O Espectro* (1918); *O Coiveiro* (humorístico, fundado em 1918); *O Trabalho* (1919); *A Verdade* (1919); *A Brisa* (1886, reaparecido em 1892); *O Progresso* (1889); *O Progressista* (1890); *O Povo Esposendense* (1892).

ENSINO SECUNDÁRIO

O primeiro estabelecimento de ensino secundário, 1.º ciclo liceal, que existiu neste concelho, foi o Colégio Franco-Lusitano, dirigido por D. Renée Maistre Vieira.

Este Colégio, obteve excelentes resultados no Liceu de Viana do Castelo, onde se realizavam os exames, acabou por encerrar por motivos de ordem financeira.

Existiu, também, um Colégio particular que funcionara, com grande êxito, na Casa de Belinho.

Finalmente em 29-7-1941 fundara-se, nesta vila, o *Externato Infante de Sagres*, apenas com o 1.º ciclo liceal, cuja propriedade e direcção pertenceu à Sociedade Carvalhal e Tavarela, L.da.

Em 14-12-1950 a propriedade deste Externato passou para os Srs. Drs. Agostinho da Rua Reis, Luís Fernandes de Figueiredo e José Rodrigues Fernandes.

Em Agosto de 1952 ficou único proprietário o Sr. Dr. Agostinho da Rua Reis, tendo sido criado o 2.º ciclo do ensino liceal.

Em 1964 foi inaugurado o actual edifício deste Externato.

Em 1970 fora criada, neste concelho, a *Escola Preparatória de António Correia de Oliveira*, que

se encontra a funcionar no referido edifício do Externato Infante de Sagres.

No ano lectivo de 1970-71 fora esta Escola Preparatória frequentada por cerca de uma centena de alunos do primeiro ano; no ano lectivo de 1971-72 fora frequentada por mais de duas centenas de alunos, pertencentes ao 1.º e 2.º ano.

Além desta Escola Preparatória ainda temos o Ciclo Preparatório T. V. (Telescola) a funcionar em Forjães, Antas e Apúlia, este oficializado.



AUTO ELECTROCÁVADO

DE

Felismino Filipe Ramos

*Oficina de reparações eléctricas em automóveis, barcos,
bobinagem de motores de todos os tipos, magnetes, etc.*

Auto-Rádios e sua montagem

**COMPLETO SORTIDO EM TODOS
OS MATERIAIS AFINS**

Av. 5 de Outubro — ESPOSENDE

HOTEL SUAVE-MAR

ESPOSENDE

(Portugal)

**VIAGENS PARA TODO O MUNDO
EM QUALQUER MEIO DE TRANSPORTE**

PASSAPORTES — RESERVAS DE HOTEIS — VISTOS
AUTOMÓVEIS DE ALUGUER SEM CONDUTOR

*MAGNÍFICOS AUTOCARROS PARA EXCURSÕES
NO PAÍS E NO ESTRANGEIRO*

BILHETES DE COMBOIO A PREÇOS ESPECIAIS
PARA TRABALHADORES NO ESTRANGEIRO

LIGAÇÕES DE AUTOCARRO PARA PARIS

Agência de Viagens AVIC

RUA 1.º DE DEZEMBRO, N.º 7

TELEFONE, 89250

ESPOSENDE

Sede: Av. Combatentes da Grande Guerra, 206

VIANA DO CASTELO



Em Suave-Mar

DORMINDO A SONO SOLTO,
EM SEU LEITO DE AREIA,
EXPOSTA AO SOL ARDENTE QUE A BEIJAVA,
FORMOSA DAMA AOS OLHOS SE MOSTRAVA
DE QUANTOS A SUPUNHAM SER SEREIA...

DORMIA SÓ!? SONHAVA!?
ERA, POIS, ESTA A IDEIA
QUE QUALQUER DOS MIRONES PROJECTAVA;
É QUE, DE QUANDO EM VEZ,
ELA UM SORRISO DAVA,
COMO QUEM SONHA, E A SONHAR VIVE...
UMA ODISSEIA.

DE SÚBITO, ESTREMUNHADA,
ACORDOU A JOVEM DAMA
ESPREGUIÇANDO O CORPO COMO EM CAMA
DE CETIM, FOFA,
QUE O PRAZER ENTENDE...

ENTÃO, OUSADO, A SÓS,
PERGUNTEI EU COM QUEM SONHAVA...
FITOU-ME, RINDO, E RESPONDEU:
— COM TODOS OS ENCANTOS DE ESPOSENDE!

BOANERGES CUNHA

Casa Braga

JOAQUIM DA SILVA BRAGA

Rua 1.º de Dezembro, 55 — Telefone 89494 — ESPOSENDE

MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

FERRAGENS

TINTAS

VIDROS

LOUÇAS

MATERIAL ELÉCTRICO

MOTORES

E ELECTRO DOMÉSTICOS

Revendedor SHELL-BUTAGAZ

FIBROCIMENTO CIMIANTO

BOSCH

E PONTO AZUL

PROF. DR. MANUEL PEREIRA DE BARROS



NASCEU em Esposende aos 29 de Maio de 1908. Era filho do Dr. João Gonçalves Pereira de Barros e de D. Etelvina de Barros Lima.

Entrou para a Faculdade de Ciências da Universidade do Porto em 1927, concluindo, quatro anos depois, a sua candidatura em Ciências Matemáticas com 17 valores, e, em 1934 o curso de Engenharia Civil com distinção.

Nomeado assistente do 1.º Grupo da Secção de Ciências e Matemáticas em 1934, foi-lhe confiada a regência teórica de várias cadeiras até que, depois de se doutorar em 1957, após brilhante concurso por provas públicas, foi nomeado professor extraordinário, sendo-lhe concedido, em 1960, o título de professor agregado de Mecânica e Astronomia.

Depois de vários estágios em Observatórios Astronómicos da Europa, o Prof. Manuel de Barros — que era dotado duma extrema bondade — passou a dedicar-se inteiramente ao Observatório Astronómico do Monte da Virgem que ele, por assim dizer, fundou. A sua actividade científica não se limitou ao desenvolvimento teórico de alguns domínios da Astronomia. Dotado de excepcional intuição para a concepção de instrumentos astronómicos, projectou a maior parte dos instrumentos que equipam o Observatório do Monte da Virgem e que o tornaram um centro científico de reconhecido interesse internacional. Entre as suas realizações, destaca-se o «*Círculo Meridiano do Espelho*» de concepção inteiramente nova, que tem despertado grande interesse nos centros astronómicos, existindo apenas um outro na Rússia de características análogas, no Observatório de Pulkovo, próximo de Leninegrado.

Com o aparecimento dos satélites artificiais e a possibilidade da sua utilização para trabalhos geodésicos, o Prof. Dr. Manuel de Barros sempre preocupado em criar no Observatório actividades que se integrassem nos domínios mais avançados da sua especialidade, iniciou a construção de duas câmaras fotográficas para o rastreio de satélites e a montagem equatorial para uma delas. O Observatório vai ter assim possibilidade de participar no esquema europeu de triangulação por satélites e em ligações geodésicas intercontinentais.

O Prof. Dr. Manuel de Barros que era vogal da Secção Portuguesa das Uniões Internacionais Astronómicas e Geodésica e Geofísica

e sócio correspondente da Academia das Ciências, tomou parte em todas as Assembleias Gerais da União Astronómica Internacional que se realizaram em Zurique, Roma, Dublin, Berkeley, Hamburgo, Praga e Brighton.

O Prof. Dr. Manuel de Barros foi personalidade notável no país e no estrangeiro. Estagiou em Observatórios Astronómicos da Europa e da América, nomeadamente no Observatório de Greenwich, na Inglaterra e no Observatório de Otava, no Canadá.

A Astrofísica: uma especialidade que não chegou a desenvolver.

Pensava o Prof. Dr. Manuel de Barros iniciar também a *Astrofísica*, no Observatório do Monte da Virgem, a par da astronomia de posição, para o que instalaria ali o maior telescópio da península, cuja parte óptica se encontra já praticamente concluída na Inglaterra. A morte, porém, não permitiu a finalização, por sua própria mão, de mais este notável plano, que tanto enriqueceria, no campo cultural, a cidade do Porto. Mas esta viragem do malgrado cientista para a astrofísica levou-o ainda a organizar no nosso país, em Setembro de 1970, um «Curso de Verão da O. T. A. N.», que teve lugar no Porto e nas terras acolhedoras de Esposende. O grande prestígio internacional daquele astrónomo, com toda a sua vida dedicada ao estudo e à investigação, fez deslocar então a Portugal o Astrónomo Real de Greenwich, muitos cientistas e professores dos países da O.T.A.N. e inúmeros post-graduados de formação universitária.

Foi esta a derradeira actividade do insigne Professor Catedrático da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto e Director do Observatório Astronómico da Serra do Pilar. O Prof. Dr. Manuel de Barros fez, ainda, em termos magistrais, a primeira lição daquele «Curso de Verão da O.T.A.N.», mas já não veria o encerramento do Curso. Vítima de doença maligna, após alguns meses de internamento, aos 31 de Janeiro de 1971, finou-se no Porto, cidade que tanto amou e tanto serviu, numa dádiva total do seu alto espírito e do seu nobilíssimo coração, com absoluto desprezo pelos bens materiais. E como que em regresso eterno, jaz em Esposende, a terra onde trabalhou pela vez derradeira, acompanhado pelos seus pares do mundo das Ciências da Astronomia.

O seu nome e os seus trabalhos sobre instrumentos e observações astronómicas vêm citados em muitos tratados estrangeiros.

E as «Publicações do Observatório Astronómico da Universidade do Porto», até agora, sob a sua orientação, são permutadas em intercâmbio científico, com vários centros internacionais de renome, incluindo a N.A.S.A., nos Estados Unidos da América.

O Prof. Dr. Manuel de Barros, como mestre, sempre exerceu um ensino vivo, removedor, actualizado e fecundante. Procurou criar escola, abrir novos domínios de investigação, dar facilidades a quem quisesse trabalhar consigo.

A sua terra natal dedicava um carinho especial, passando aqui sempre as suas férias e dedicando-se aos desportos náuticos, em especial à navegação à vela.

Fez estudos completos sobre o aproveitamento do Rio Cávado, que ofereceu à Câmara Municipal.

Num primeiro gesto de homenagem, Esposende, vai dar o nome do Prof. Dr. Manuel de Barros, a uma das suas artérias.

DOUTOR TIAGO AUGUSTO DE ALMEIDA

NASCEU nesta vila de Esposende (Santa Maria dos Anjos) aos 11-12-1863 e foi baptizado na freguesia de S. Martinho de Gandra aos 17-12-1863. Era filho de José Bernardino de Almeida e de Ciríaca Alves Vieira. Completou em 1893 o seu curso na Escola Médico-Cirúrgica do Porto, da qual veio a ser lente em 1907. Entre outras cadeiras, regeu a de Clínica Médica. Sócio correspondente da Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa, da Associação Internacional contra a Tuberculose de Berlim, da Academia das Ciências de Lisboa, Professor honorário da Faculdade de Medicina da Baía, fundador e director dos **Arquivos de Clínica Médica**, etc. Jubilou-se em 1931. Faleceu na Cedofeita — Porto, aos 28-7-1936.

Obras principais: **A Terapêutica da tuberculose; A Soroterapia na tuberculose pulmonar; Hemoptises na tuberculose pulmonar; Tratamento moderno da tuberculose nos domicílios; Congresso contra a tuberculose em Viana do Castelo; A febre na tuberculose pulmonar; O diagnóstico precoce da tuberculose e o ensino da Propedêutica; Lições sobre tuberculose pulmonar; Sanatórios em França; VII Congresso Internacional contra a Tuberculose; Tuberculosas pulmonares latentes; O proletário médico — Interesses profissionais; Estenose mitral; Excursões médicas; Lições de Clínica Médica; Sífilis cardiovascular; Síndrome cardiovascular na febre tifóide; As vertigens de Damião de Góis; Dextrocardias congénitas; Endocardite maligna; O Ensaio da Clínica Médica na Escola do Porto desde 1907; Evoluções da Clínica Médica na Escola do Porto de 1905 a 1925; Os Clínicos do Porto e o Meio Social; Médicos da aldeia; etc.**



BANCO FERNANDES MAGALHÃES

P O R T O

SEDE

GERAL

CÂMBIOS

METAIS PRECIOSOS

Rua Sá da Bandeira, 23/41

Telefs. 2 82 41 - 2 82 48

ESTRANGEIRO

Rua Sá da Bandeira, 19

Telefs. 2 82 41 - 2 82 48

DEPENDÊNCIAS

S. BENTO

Rua das Flores, 332

Telefs. 2 18 61 - 3 70 83

BONFIM

Rua Fernandes Tomás, 65

Telef. 5 34 52

L I S B O A

FILIAL (Rossio) — Praça D. Pedro IV, 51/53 — Telefs. 3 57 66 - 7 - 8 - 9

FÃO (S. Paio)

FÃO é povoação muito mais antiga do que Esposende, parece que fundada pelos celtas no ano 984 antes de Cristo.

A palavra Fão vem do latim *Fanum*, i (pela queda das letras n e u, ficando Fam), que significa templo do deus Fano, da antiga mitologia.

Fora uma importante cidade dos romanos — Águas Celenas —, onde se celebrou um Concílio contra os Priscilianistas, no tempo do Papa Leão I, em 402, presidido por D. Turíbio, Arcebispo de Braga. Parte desta cidade foi soterrada pelas areias. Em 1097 ainda era vila, com as suas importantes salinas, situadas na margem direita do Cávado, desde Fão às Marinhas, cujos dízimos, em 1160, revertiram para a construção do Convento de Nossa Senhora da Abadia, em Santa Maria de Bouro.

No ano 66 Fão já era cidade porquanto a 12 de Abril desse ano foram nela martirizados os santos Crispulo e Restituto.

Alguns historiadores referem que na barra de Fão se carregavam navios de oiro para os cartagineses e romanos (e segundo a lenda, até para o rei Salomão) e que no seu porto esteve fundeada uma esquadra comandada por Aníbal, que desembarcou soldados para a conquista de Braga e seu território.

O rio Cávado — antes rio Celos ou Celanus — desaguava junto da Bonança, tendo sido depois cavado um novo leito, mais para norte — daí rio Cávado, de cavado.

Na era dos descobrimentos muitos homens do mar saíram da Foz do Cávado para as naves e frotas que velejaram nas rotas dos mares longínquos.

A actual igreja matriz está situada no local duma igreja antiga e data de 1874. A torre foi construída em 1890.

A Igreja do Senhor Bom Jesus, importante construção com larga cantaria, possui esculturas e talhas de merecimento e é rica de alfaias e paramentos, oferecidos por benfeitores. Fora benfeitor o rei D. Luís I.

Existiu ali uma capela construída por 1600, tendo o templo actual sido edificado desde 1710 a 1724.

O adro, como está, foi feito em 1727 a 1728 e concluído em 1793. São de salientar, a Capela de N.ª Senhora da Lapa construída entre 1700 a 1750, situada na antiga rua Direita; a Capela de Santo António da Fonte construída em 1870; a Capela de N.ª Senhora da Bonança, de construção moderna, nascida da devoção dos mareantes à Estrela do Mar, que os levou a fazer um nicho junto ao farol ou *facho de Fão*. Este *facho* avisava os navegantes das proximidades dos «Cavalos de Fão» e fora construído no tempo de D. João III.

Junto encontram-se as ruínas dum pequeno castelo que alguns dizem ter servido de presidio.

A Igreja da Misericórdia ergue-se ao lado do antigo hospital tendo começado a sua construção em 1600. A torre só foi construída em 1746. Os seus

altares são interessantes trabalhos da talha e escultura.

A irmandade desta igreja parece ser anterior a 1600.

O primeiro Hospital foi junto da Igreja da Misericórdia e já existia em 1706.

De 1849 a 1853 construiu-se novo e mais amplo edifício que tomou o nome de Hospital «Corpus Christi», tendo, em 1855, mudado o nome para Hospital S. João de Deus.

O actual Hospital-Asilo foi inaugurado em 1908.

A ponte metálica que liga Fão a Esposende foi construída em 1891, sob a direcção do engenheiro francês Reynaud, pela Empresa Santo Amaro, de Lisboa.

Em Fão publicaram-se os seguintes jornais: «O Fãosense», «Notícias de Fão», «Ecos de Fão», «Ecos da Beira Mar» e «A Cruzada».

HOMENS ILUSTRES:

- Frei Paulo, falecido no convento de Chaves em 1686, com cheiro de santidade.
- António Leite Ribeiro, professor do Real Colégio Militar, escritor e publicista. Nasceu em 1785 e faleceu em Lisboa, em 1829.
- Manuel da Silva Lopes Cardoso, actor e jornalista, nascido em 1835 e falecido na Baía, em 1887.
- P.e Jerónimo Gonçalves Chaves, conhecido nas letras por «Chaves Coupon», jornalista e grande defensor dos interesses locais, incansável propugnador pela construção dum porto bem apetrechado nos Cavalos de Fão.



Ponte metálica de Fão

NOTAS SOBRE

OFIR E A SUA LENDA

SEGUNDO os textos moisaicos, Salomão — uma vez estabelecida a unidade do povo hebreu — resolveu dar execução ao desejo de seu pai, o rei David: construir o Templo do Senhor, em Jerusalém. Para isso, David já reunira avultadas quantidades de ouro e madeiras do Líbano — o primeiro produto das guerras movidas contra povos mais ricos, e as segundas fornecidas pelo rei Hirão, empório comercial fenício da Antiguidade. Salomão recorreu, tal como seu pai, ao rei fenício, e este cedeu-lhe artífices hábeis nos trabalhos metalúrgicos, experientes construtores de grandes edifícios, homens sabedores da arte de lavrar a pedra. Hirão mandou-lhe, também, grandes carregamentos de madeiras, sobretudo dos famosos cedros do Líbano, e importantes quantidades de ouro. Todavia Salomão, desejava mais ainda. E, então, construiu uma frota, a qual tripulada por marinheiros fenícios, partiu para uma terra denominada Ofir, de onde trouxe carregamentos de ouro, pedras preciosas, etc. As viagens a Ofir sucederam-se. O povo hebreu, ou melhor, o seu soberano, recebiam, de três em três anos, novos contingentes do precioso metal. Essas travessias apenas cessaram, ao serviço de Salomão, quando este morreu e a unidade hebraica teve seu trágico eclipse.

Diz a lenda minhota que o bíblico Ofir existia na foz do Cávado. Seria ali que os navios fenícios, ao serviço do rei israelita, recolhiam suas cargas ma-

gníficas. Os povos indígenas forneceriam aos marinheiros de Tiro o ouro que abundava nas suas colinas do interior e do litoral, tal como as pedrarias que abundavam na região, sobretudo nos rios.

Assim, o nome de «Ofir» e a designação de «Cavalos de Fão» estão ligados a uma velha lenda de uma suposta colonização hebraica da Península. Salomão, tendo recebido muito ouro das terras de Ofir, remeteu, como presente, aos habitantes dessa terra, três navios com alguns formosos corcéis.

Sucedeu, porém, que uma tempestade afundou essas naves, quando elas já se aproximavam da costa de Ofir e os admiráveis corcéis, por obra dos duendes, se converteram nos perpétuos cavalos *petrificados*, que as águas do Oceano ora acariciam, ora batem com espumosa fúria...

As investigações mais recentes sobre Ofir (o da Bíblia, entende-se) conduzem a esta conclusão resumida por René Thenevin: O termo Ofir designaria, de maneira genérica, *todos* os centros abastecedores de ouro, e não um local determinado. Seria um nome sob o qual os fenícios, cautelosos em ocultar suas rotas comerciais à já intensa espionagem, dos concorrentes, escondiam diferentes territórios que explo-

ravam. Assim, não haveria *um único Ofir* mas vários.

A questão, quanto à foz do Cávado, consiste, portanto, em saber, tanto quanto possível, se existem elementos susceptíveis de tornar admissível ou absurda a versão da lenda. Poderiam os fenícios ter ido ali buscar ouro? É lícito afirmar que, longe de haver factores negativos, os factores positivos (e até afirmativos) são, de certo modo, abundantes. O Cávado, o Lima, o Minho, foram rios que, na época do domínio romano, forneceram verdadeiros caudais de ouro e pedrarias. Nas proximidades do Cávado, na actual Lagoa Negra, houve intensa exploração mineira em tempos mui remotos. Nos montes vizinhos, são múltiplos os sinais de igual exploração — tal como abundam em todo o território compreendido entre o Douro e a costa galega. Plínio, Estrabão, Pompónio Mela e outros cronistas da Antiguidade, são unânimes em atribuir a estas zonas da Península fabulosa riqueza de ouro, prata, estanho e pedrarias. E já não escasseiam os vestígios revela-

dores de que os povos nativos conheciam, muito antes da época salomónica, a exploração dos metais.

Assim, não é audacioso (nem infundamentado sequer!) pensar que existe, no fundo da lenda minhota, determinada dose de realidade ou, pelo menos, de verosimilhança. Que os fenícios levaram ouro do litoral minhoto, é certo ou admissível. Se esse ouro também seguiu para Salomão é hipótese que não repugna aceitar, nem é possível repelir totalmente.

«Cávado» 7-11-1970

*Se um anjo um dia viesse
passar férias em Ofir...
Talvez que já não quisesse
ao céu de novo subir!...*

*Ofir é como um segredo
murmurando junto ao mar —
—depois transmitido a medo
pelos búzios ao luar.*



* HOTEL NÉLIA
*
*

TELEF. 89244/89394

TELÉGRAFO «NELIOTEL»

ESPOSENDE PORTUGAL

Álvaro Pinheiro

QUEM recorda este nome?

Há para aí, em esquinas de ruas, topónimos com nomes estranhos de indivíduos que nada fizeram em benefício da terra, nem nunca a calcorrearam. Favores...

Todavia o nome do Poeta Álvaro Pinheiro, que deixou no seu espólio literário sete ou oito volumes de poesia, está por completo esquecido e nada o rememora, nenhum cunhal menciona o seu nome.

A obra do Poeta é um cântico perene à sua terra e à sua gente. Álvaro foi o Discípulo Amado de João de Deus!

Publicou desde 1895 a 1935 *Sonâncias* (três edições) — *Amores Perfeitos* — *Nenúfares* — *Pétalas* (duas edições) — *Longes* — *Sons da Montanha* — *Humorismos*. De *Pétalas* saiu ainda uma 3.^a edição, acrescida de novas composições.

Não chegaram a ser publicados dois poemas — *Íntimo* e *Meus Cuidados*; *Traços* — um livro de prosa, «*Contos e pontos*», igualmente ficou por publicar.

Afigura-se-nos de inteira justiça raspar algumas «placas de cunhal» e numa delas afixar o nome deste esposendense que foi inspirado Poeta e arreigado bairrista.

Esposende deve a este filho dilecto a homenagem a que tem jus.

Para lembrar a Arte deste distinto e admirado Poeta, nado e criado na virgiliana Ribeira — Cávado, acalentado e inspirado pelas Celánides que logo ao nascer o bafejaram de talento, vai esta amostra do seu estro e da sua ternura pela Família:

TRÊS ROSAS

*No meu jardim há três rosas
Cheias de graça e frescor,
Lindas, singelas, mimosas
Cuidadas com todo o amor.*

*Ando sempre a venerá-las,
Com receio de perdê-las,
E horas e horas a olhá-las
Nunca me canso de vê-las.*

*Deus as preserve do mal,
No seu modesto canteiro,
Que as rosas do meu rosal
São filhas do jardineiro.*

Tive sempre pela personalidade de Álvaro Pinheiro veneração e amizade, porque era um cavalheiresco gentil homem e um encorajador dos novos.

Muitas vezes me estimulou dando conselhos, indicando a leitura de bons livros, dando parecer sobre pequenas coisas que eu ia publicando e animando-me a prosseguir.

Recordo que publiquei, em 1914, no «*Esposendense*» uma nota, a noticiar o aparecimento do seu livro «*Longes*» — reportagem poética da sua viagem através da Europa, plena de colorido e frescura — onde se transcreveram alguns dos seus sonoros versos e singelo parecer crítico. O artiguinho era rubricado com o pseudónimo — Gil de Roboredo. Tempos depois encontrei-me com o excelente Álvaro, que me perguntou, «se eu sabia quem era o Crítico — Gil de Roboredo».

Forcejei por armar em pessoa séria, para responder:

— Não sei quem seja!

Soltou estridente gargalhada para me dizer:

— Dê cá um abraço! Só você era capaz de tão amigas palavras.

O seu estilo de bem-dizer denunciou-o...

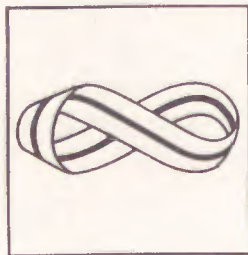
Álvaro Pinheiro foi, até agora, o único poeta lírico do nosso concelho.

Ouvi cantar, a raparigas do Povo, quadras de Álvaro Pinheiro.

— Eis a consagração.

Porque se espera?

MANUEL DE BOAVENTURA



Num mundo novo
o Banco Novo

BANCO TOTTA & AÇORES

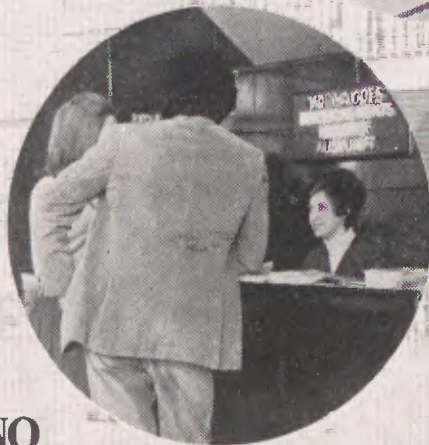
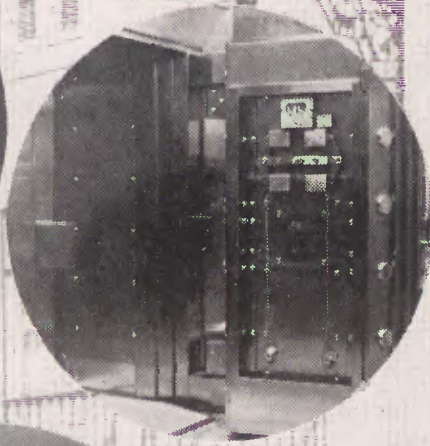
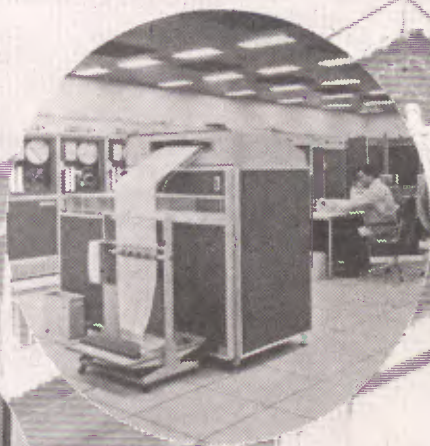
TRANSFORMAMOS A EXPERIÊNCIA EM JUVENTUDE

O BANCO NACIONAL ULTRAMARINO tem uma experiência de 108 anos. Cento e oito anos que se medem em eficiência, em dinamismo, em vasta perspectiva económica completamente actualizada, em conhecimento dos vossos problemas.

O BANCO NACIONAL ULTRAMARINO está voltado para o futuro, para as metas da ciência e da técnica para o progresso do País.

O BANCO NACIONAL ULTRAMARINO tem mais de um século de sólido prestígio: tem a juventude necessária para tornar em realidade os vossos mais jovens e susados projectos. Todas as actividades económicas, na era dos computadores e da gestão de empresas, podem beneficiar da nossa experiência e da nossa actualização.

Transformamos a experiência em juventude.



BANCO NACIONAL ULTRAMARINO
Tradicionalmente Moderno

PROGRAMA DAS FESTAS CENT

- 5 DE AGOSTO** **Sessão de abertura** com a presença de Sua Excelência o Senhor Ministro do Interior. Recepção às 16,30 horas no edifício-sede dos Bombeiros Voluntários de Esposende, seguida de uma sessão solene às 17 horas, em que será conferente o Exmo. Senhor Professor Doutor António Cruz, Director da Faculdade de Letras da cidade do Porto. Fará a apresentação do conferente o Exmo. Sr. Dr. Manuel Sobral Torres.
- 6 DE AGOSTO** **Festa de Nossa Senhora do Lago**, no turístico e pitoresco local denominado «Barca do Lago», de uma beleza e concorrência invulgares. Têm o patrocínio da Comissão M. de Turismo.
- 12 DE AGOSTO** Às 16 horas **Rally Paper**.
Às 22 horas **grande arraial minhoto**, em Esposende, no jardim do palacete Madame e Monsieur Tony Dias, com a participação de duas grandes orquestras.
- 13 DE AGOSTO** Às 16 horas **cortejo de actividades agrícolas** com significativo relevo dos costumes do campo — dia totalmente consagrado à lavoura concelhia.
- 14 DE AGOSTO** **Grande Concurso Pecuário** às 10 horas no L. Rodrigues Sampaio.
- 15 DE AGOSTO** Dia maior das **festas da vila de Esposende** — concertos de bandas de música, solene procissão de Nossa Senhora da Saúde e Soledade, arraial nocturno com fogo preso e do ar, dos melhores pirotécnicos do norte do País.
- 19 DE AGOSTO** **Dia do foral de Esposende**. Visita do Sr. Ministro das Corporações, com a inauguração do Bairro Social e colocação das primeiras pedras para o Palácio da Justiça e Estátua de D. Sebastião, a erigir no Largo da Ribeira, junto à Avenida Eng.º Arantes e Oliveira.
- 24 DE AGOSTO** **Popular festa de S. Bartolomeu do Mar** com o seu típico e tão característico «Banho Santo». Esta romaria é largamente concorrida pelas gentes do norte.
- 25 DE AGOSTO** **Eleição da Misse Praia de Suave-Mar** no Hotel Nélia, em Esposende, às 22 horas.

FEIÇÕES DA VILA DE ESPOSENDE

- 26 DE AGOSTO** **Festival náutico** às 16 horas no estuário do rio Cávado, seguido às 20,30 horas de uma prova de vinhos, com a colaboração da Comissão de Viticultura da Região dos Vinhos Verdes e patrocínio da Comissão Municipal de Turismo.
- 27 DE AGOSTO** Às 15,30 horas concentração dos ranchos folclóricos no L. Dr. Fonseca Lima da vila de Esposende, com desfile em direcção ao Parque de Jogos Padre Manuel Sá Pereira, onde terá lugar um **festival folclórico internacional**.
- 2 DE SETEMBRO** Às 21 horas no parque de Jogos Padre Manuel Sá Pereira, **grande festival da F. N. A. T.**, dedicado ao povo do concelho de Esposende e particularmente à sua classe operária.
- 3 DE SETEMBRO** **Concurso de elegância de automóveis**, organizado pela C. A. M. seguido, às 19 horas, de ceia americana e distribuição de prémios.
- 9 DE SETEMBRO** **Desfolhada minhota** numa característica casa de campo em Rio Tinto, Marachão, onde poderá ser apreciada toda a alegria e policromia do trabalho rural da gente minhota.
- 15 DE SETEMBRO** «**Fim de festa**» num Hotel da zona de Ofir, pela Emissora Nacional, com a presença de Sua Excelência o Senhor Secretário de Estado de Informação e Turismo. Este fim de festa é dedicado a todos os turistas da zona e instalados nos seus hotéis.
- 30 DE SETEMBRO** Às 9 horas, prova automobilística da **rampa de S. Lourenço**, seguida, às 13 horas, de um regional almoço junto da Capela.
- 10 DE OUTUBRO** Partida de todos os concorrentes do **rally TAP** com concentração no dia anterior, em Ofir, e com um festival regional no qual estará presente Sua Excelência o Senhor Secretário de Estado de Comunicações e Transportes.
- 18 DE NOVEMBRO** Às 16 horas **rally do Estrela Vigorosa** inter-sócios, seguido de um fim de festa em Suave-Mar, com distribuição de prémios.
- 17 DE DEZEMBRO** **Encerramento** das comemorações centenárias no Salão Nobre dos Paços do concelho com a presença das entidades oficiais.

um banco no dia a dia



EM

LISBOA
PORTO
COIMBRA

ALENQUER
AMADORA
ARRUDA DOS VINHOS
AVEIRO
CARTAXO
FUNDÃO
GUARDA
LOUSA
MATOSINHOS
NAZARÉ
OLHÃO
PAREDE
PERO PINHEIRO
PONTINHA
REDONDO
SANTA COMBA DÃO
SANTAREM
SESIMBRA
SETUBAL
VILA VERDE



FONSECAS
& BURNAY



o banco para toda a gente

Hino de Sampaio

POR ocasião do centenário de Rodrigues Sampaio — 1906 — João de Freitas — um temperamento Artístico multímado — escritor, aguarelista, pintor e musicógrafo — compôs um entusiástico Hino a Sampaio, com letra de outro intelectual esposense — Álvaro Pinheiro — que as senhoras executavam ao piano e a mocidade cantava no trabalho. Era de admirar o entusiasmo!

Alguém se recordará ainda das melodiosas arcadas do violino de João de Freitas, na estreia do seu Hino a Sampaio? Foi um triunfo!

*Como da lenda os heróis,
Com fé lutou e vontade,
Sem ver surgir os dois sois
Ao Direito e Liberdade.*

E logo o coro:

*Astro brilhante da Imprensa,
Ressurge com teu clarão!
Vem aspergir luz intensa
Sobre a nossa escuridão.*

*Se na luta forte e audaz
Colheste ódio e desprazer
Na glória houveste a paz
De quem cumpriu o dever.*

*Pelo Direito — o Teu Norte —
Teu valor deste, fecundo,
Combateste até à morte
Achaste pequeno o mundo.*

*Já Jesus Cristo na terra
A Liberdade espalhava
E de morte fez-se guerra
Ao Homem que a pregava!*

1906 — ALVARO PINHEIRO

A pauta musical do Hino Centenaral, e a respectiva letra, foram publicados no livro de homenagem a Rodrigues Sampaio, publicado em Julho de 1906 com a colaboração de categorizados intelectuais, como Rodrigo Veloso, Bulhão Pato, Brito Aranha, Sousa Viterbo, Alberto Pimentel, Trindade Coelho, Afonso Lopes Vieira, Alfredo da Cunha, Júlio de Lemos e ainda outros, cujos nomes não ocorrem, no momento.

É número raro da bibliografia nacional, ainda hoje muito procurado. Vai por meia dúzia de anos, um alfarrabista pedia pelas 25 páginas — 150\$00...

MANUEL DE BOAVENTURA

BANCO PINTO & SOTTO MAYOR



Todas as operações bancárias

AGÊNCIAS E DEPENDÊNCIAS NO
CONTINENTE E NO ULTRAMAR

CORRESPONDENTES EM TODO O MUNDO

ANTAS (S. Paio)

ESTA freguesia tem a peculiaridade de ser a fronteira Norte do concelho e ter o virgiliano Rio Neiva, o airoso Distrito de Viana e o piramidal monte do Castelo por seus vizinhos.

O seu nome resultou do facto de haver na sua área monumentos megalíticos de relevo — mântoas, dólmens, antas e a defrontar o mar, o Monte das Aras — local onde as divindades pagãs seriam adoradas pelos aborígenes dos castros da periferia.

Nos últimos anos do século passado, a igreja paroquial foi reconstruída e aformoseada, graças às benemerências do Barão de Maracanã — rico capitalista local e da colaboração da heráldica Casa de Belinho, sempre pronta para auxiliar o progresso da terra.

Nas proximidades da Igreja, por 1939, no local da Agra de Antas, foi descoberta uma necrópole, que os distintos arqueólogos, Carlos Teixeira e Alfredo Ataíde, minuciosamente descreveram, numa comunicação apresentada no *I Congresso do Mundo Português*, sob o título «*A Necrópole e o Esqueleto de S. Paio de Antas*» — 1940.

É parecer dos ilustres arqueólogos, que esta necrópole será dos tempos eneolíticos. Foram postas a descoberto doze sepulturas, contendo, algumas, esqueletos completos, que foram devidamente estudados.

O Barão de Maracanã — Manuel Gonçalves Pereira, nascido em 1806, foi aos 13 anos para o Brasil e regressou em 1861, feito milionário. Foi, para a sua terra natal, uma *sorte grande!*

Além das obras da Igreja, do adro e cemitério, mandou construir um edifício escolar, que foi o início de outras construções escolares em Esposende, Fão e Forjães.

Na Casa de Belinho, viveu, a maior parte da sua vida, o grande Poeta Nacionalista — António Correia de Oliveira e aqui escreveu quase toda a sua Obra, que é de grande tomo. Aqui viveu, igualmente, o dramaturgo João Correia de Oliveira, autor dos «Lobos», e irmão do Poeta. O primeiro casado com D. Maria Adelaide Sotomaior, senhora de exemplares virtudes, já falecida; e o segundo consorciado com D. Maria Cândida Correia de Oliveira, felizmente ainda viva e adorada relíquia da nobre Família.

É hoje senhor da fidalga Casa de Belinho,

o filho do grande Poeta, Dr. José Gonçalo Correia de Oliveira, que singrou na Política e foi Ministro da Economia.

É tradição ter Nuno Álvares acampado as suas hostes na margem direita do Neiva, em guilheta, quando veio tomar o Castelo de



Casa de lavoura em Vila Chã

Neiva, sobranceiro ao rio, que um partidário de Castela dirigia, como supremo senhor.

S. Paio é uma das mais importantes freguesias do concelho e aqui se iniciou o fabrico de manteiga, que veio a ser origem da importante Fábrica de Laticínios, instalada nas Marinhas.

Em S. Paio de Cima, a sul da Igreja paroquial, tem assento uma vetusta Quinta, cuja frontaria ameada, voltada ao mar, dá ideia de grandezas do passado. Dela se ocupou já a literatura regional em livro que rapidamente se esgotou.

Manuel Boaventura

A freguesia de Antas aparece nas *Inquirições* de 1220, com a designação «de Sancto Pelagio de Antis», em terra de Nevia; e nas de 1258, 1.^a Alçada, se diz: «In parrochia Sancti Pelagii d'Antas».

A primitiva Igreja Paroquial parece ter estado no lugar dos Cotos, na Agra do Relógio, e que parte dela, segundo uma tradição local, foi aproveitada para a construção do mosteiro dos templários. Após a extinção desta Ordem, passou o cenóbio a ser propriedade dos Maias e, mais tarde, dos marqueses de Fontes.

Ainda hoje existe um lugar conhecido pelo nome de Trás do Mosteiro.

Nesta freguesia têm sido encontrados inúmeros vestígios de povoação muito antiga.

Radiola

alegra a vida

50
ANOS
de experiência
em electrónica



AGENTE EM ESPOSENDE

António Marques Henriques

Assistência Técnica
Telefone 89197



CONFETARIA

Pã-Pã

DIAS FERREIRA & C.^A L.DA



Telefone 89319

FÃO

APÚLIA (S. Miguel)

APÚLIA é a freguesia mais meridional do concelho. Dá-se com Apúlia uma curiosa coincidência, no seu limite sul, onde delimitam duas províncias: Minho e Douro; dois distritos: Braga e Porto; dois concelhos: Esposende e Póvoa; duas freguesias: Apúlia e Estela; dois lugares: Criás e Contriz ...

A sua praia tem grande nomeada pelas terras do interior. Barcelos chama-lhe a sua Praia e Braga e Porto dá grande contingente de banhistas.

É terra fértil, sobretudo em produtos hortícolas e cereais.

Os apulianos lavram a terra e... o mar, que lhes dá o melhor dos adubos para as suas hortaliças, batatas, cenouras, etc.

Os sargaceiros são conhecidos em todo o país, graças ao seu afamado grupo folclórico e em especial a indumentária que usam no trabalho e que envergam pelas festas e romarias, tantos os homens como as mulheres.

O topónimo «Apúlia» é de origem romana. Há, de facto, no sul de Itália uma província com este nome e foram, por certo, soldados romanos, dali naturais, que deram à terra ocupada na Ibéria designação igual à da terra natal.

A branqueta, cortada em radingota, dá ideia do saio usado pelos guerreiros do Lácio.

A indumenta do sargaceiro é o *ex-libris* da Apúlia, que a torna conhecida em todo o país.

No limite sul, no encontro com a Estela teve assento a medieval *Vila Menendiz*, fundada pelos frades de Tibães, onde repousavam nos meses quentes de verão.

Parece não restar dúvidas de que esta vila de veraneio se ergueu sobre as ruínas da soterrada Apúlia romana, que as areias destruíram.

A Estação Rádio Naval, à margem da estrada internacional Porto-Valença, ocupa grande área de terrenos e as várias e bonitas construções e aparelhagem dão ao local um grande ar de urbanismo e de progresso.

MANUEL BOAVENTURA

A Apúlia era uma reitoria da apresentação do arcebispo de Braga, mas no livro das Visitações de 1683, já figura como priorado.

O couto de Apúlia era governado por um Juiz Ordinário, que simultaneamente era também dos Órfãos e dois Vereadores, Procurador, Escrivão e Meirinho, de eleição trienal do povo. A esta eleição vinha presidir o Ouvidor do Prelado.

No lugar da Igreja, ainda há vestígios da Câmara, do Tribunal e da Cadeia, bem como do *Paço* do Ouvidor do Arcebispo. Defronte destas casas ficava o Pelourinho e, um pouco mais a Nascente, erguia-se a forca.

A primitiva Igreja Paroquial, porque ameaçasse ruína, foi, em 1696, substituída por uma outra; e, no mesmo sítio, foi construída a actual, em 1945.

Segundo a tradição, era daqui oriundo S. Félix que se venera na sua capela no alto dum monte, sito em Laundos.

A freguesia tem as seguintes capelas: S. Bento, de 1665; Nossa Senhora do Amparo, do séc. XVIII; Senhora da Caridade, de 1881; Senhora da Boa Viagem, de 1889; Senhora da Guia, e Senhora de Lurdes.

CASA SILVA

DE

JOSÉ RODRIGUES DA SILVA

MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO - FERRAGENS - TINTAS - DROGAS - RÁDIOS - TELEVISORES - ELECTRODOMÉSTICOS.

Agente do Gás Mobil, das Tintas «INOP» e do Cimento Liz

Telefone 89361

Rua 1.º de Dezembro, 22

ESPOSENDE

BELINHO (S. Pedro Fins)

A palavra Belinho vem do genitivo Belini, do nome próprio Belinus. Tudo isto nos leva a supor que os romanos do Lácio tenham povoado estes sítios.

A Igreja Paroquial foi construída em 1897, mas em 1922 e 1925 sofreu diversas obras.

Da antiguidade de Belinho falam documentos a partir de 1135, data em que D. Afonso Henriques doou, ao arcebispo de Braga, D. Paio Mendes, a Igreja de S. Félix de *Belinio*, com todos os direitos que lhe pertenciam.

As *Inquirições* de 1220 mencionam Belinho como «freguesia de Sanfins de Belio»; as de 1320, como «Ecclesia Sancti Felicis de Belin», no território do arcediagado de Neiva. Em 1400 aparece como «San Fiiz de Belinho», e em 1528 como «S. Finz de Velinho anexa ao Cabido de Braga». Em 1749 aparece já com o orago e a designação actuais: S. Pedro Fins de Belinho.

Eis porque o primitivo orago da freguesia parece ter sido S. Félix, nome que mais tarde, por corrupção, passou a denominar-se S. Fins e depois S. Pedro Fins.

O vigário era da apresentação da Sé de Braga e tinha de cõgrua 1800 réis o que, com os restantes rendimentos paroquiais, perfazia anualmente o total de 150 000 réis.

Em Belinho temos as capelas de: *Nossa Senhora da Guia*, *Santo Amaro* e *São João*.

No conhecido monte Castro, vêem-se interessantes penedos com perfurações, cavidades, nichos e grutas, o que permite supor que aqui habitaram antigos povos. Este monte inóspito parece ter sido o miradouro de uma obscura povoação pré-histórica (a *citânia* de Belinho, descoberta nos princípios deste século pelo poeta Correia de Oliveira). Do alto desse picoto ou cerro, de acesso áspero, revela-se uma encantadora panorâmica sobre a amplidão do Oceano. Aí se encontram ruínas das moradias circulares e vagos vestígios da cerca defensiva da povoação castreja.

Em Belinho viveu grande parte da sua vida e escreveu muito da sua obra o poeta Correia de Oliveira.

Estalagem Parque do Rio

Um lugar tranquilo no OFIR

24 Quartos 6 Suites com varanda privativa

Bar — Restaurante — Snack-Bar

Piscina — Parque Infantil — Ténis

Praia Fluvial — Barco — Ski

Tel. 89406/7 OFIR — PORTUGAL

CASA RORIZ

Rendas - Camisaria

Miudezas

Gravatas - Malhas

Lanifícios - Lãs

Largo Dr. Fonseca Lima

Telefone 89484

ESPOSENDE

FÁBRICA DE MOAGEM

DE

Joaquim Ferreira dos Santos

*FARINHAS, CEREAIS E SEUS DERIVADOS,
PRODUTOS CONCENTRADOS PARA
AVES, E PARA QUALQUER ESPÉCIE DE
ANIMAIS*

Telefone 89485

Igreja

APÚLIA — Esposende

SANTO AMARO

E O «CAÇADOR» DE BELINHO

(Lenda medieval a perder-se na memória)

Recolha de MANUEL DE BOAVENTURA

NOS primeiros anos deste século — 903-904 — encontraram-se nas cumieiras da montanha de S. Lourenço, nos montes das Aras e da Guia, os afamados caçadores de Vilachã, com os não menos afamados caçadores da Beira-Mar.

Tudo gente bem acompanhada e amiga na confraria de S.to Huberto.

Os da Beira-Mar, rapazes que rompiam os fundilhos pelas bancadas de Coimbra, eram guiados pelo tio — o Padre João — ornamento da Casa Grande da Paia e mestre consagrado na Arte Cinética.

Padre João da Paia era uma biblioteca viva e, no dizer dos seus contemporâneos — «até sabia o que tinha esquecido ao diabo mau!»

Estávamos no alto da Guia, fronteiro a Belinho, a ouvir, com prazer as anedotas do padre, que as sabia aplicar na ocasião oportuna, quando, apontando-me uma madrigueira de penedia, ali à beira, me disse:

— Vês aquele penedo, que parece um pião, de ferrão p'ró ar? E vês lá em baixo, no meio das casas, aquela capelinha a branquejar?

Há uma curiosa lenda ao redor da musganheira e da capela.

— Conte lá isso, ó Padre João!

— Vou contar.

CONTOU:

Noutros tempos, na era dos afonsinos, vivia aí, em baixo, em Belinho, um famoso caçador, que tinha sido noviço no convento de S. Romão, ao de riba do Neiva, que, além de abater lambareiras raposas, lobos, texugos, tourões e martas, conseguia frechar nédios porcos bravios, coelhos e lebres...

Ninguém lhe sabe o nome porque, dada a sua grande habilidade no manejo do arco e da seta, só ficou a ser conhecido por «Caçador de Belinho».

Ora em certo ano, as madrigueiras e musganheiras inçaram este monte de bichos bravos, que ata-

cavam, lá em baixo, os galinheiros e poleiros da criação. E as pobres donas de casa alarmadas, pediam ao célebre «Caçador», que as livrasse daquela pieira, de lobos e raposas, que infestavam o monte.

E o bom homem, que era bemfazejo e tinha o prazer da caça, como seu maior divertimento, tomou o arco e o saco das afiadas flechas e, a socairar, botou pelo monte arriba ali até àquela madrigueira, que, ainda hoje, é madre de raposas e raposões.

A primeira que saiu, que devia ser raposão finório, atravessou-a com tão afiada seta, que a pregou ao chão. Preparou o arco para a que deveria sair pela porta do poente e saltou para riba daquele penedo traiçoeiro, que parece um pião. Mas inesperado repiôlo de vento desequilibrou o pobre «Caçador» e arrebolou-o ao fundo do figão, à profundidade de três ou quatro braças. Coitado do pobre!

Não morreu mas partiu as duas pernas!

Gritava, pedia socorro, mas quem o havia de ouvir naquele deserto de penedal? Só as raposas das musganheiras, os coelhos que retouçavam por entre os penedos, ou os encovados nas luras...

O silêncio morava aqui...

Fatigado, rouco de pedir socorro em altos gritos, a garganta seca, a vós já perdida, recorria em silencioso pensamento, ao bom Deus Misericordioso, por intermédio do Santo Abade Amaro, a quem tantas vezes, no Convento de S. Romão, venerava e adornara o seu altar, que o salvasse daquela aflição, que lhe desse pernas com que pudesse caminhar, ou que o levasse para si, para o libertar das atrozes dores que o consumiam.

Chamava no deserto: ninguém o ouviria?

A Providência Divina está em toda a parte!

Lentamente o mísero «Caçador» entrou em modorra e bemfazeja sonolência, a amortiçar-lhe os sofrimentos, e adormeceu.

Dormia? Sonhava que dormia? Durante horas? Minutos? Ou simples segundos?

O subconsciente nada lhe dizia: nada sabia...

Subitamente, o suave toque da asa leve duma andorinha rasquejou sobre a face e acordou-o.

Sobressaltado abriu os olhos.

Quem o acordava do deleitoso sono?

Viu junto de si, em atitudes de prestar auxílio, translúcida Sombra de humano aspecto: — um frade que envergava cogula de S. Bento, com braços e mãos de divina alvura, a incitá-lo a erguer-se:

«Ergue-te! Levanta-te! Caminha!»

Não sentia dores, mas estava semi-inconsciente. Fitou a Sombra amiga: o rosto inspirador de simpatia não lhe era desconhecido — mas de quem? — De quem eram aqueles olhos de suave meiguice e aqueles lábios em perene sorriso? Só podiam ser de mensageiro enviado do Céu!

Sem consciência da tremenda mutilação que o prendia entre os penhascos, viu-se de pé, ao tempo que a bemfazeja Sombra se ia esvaindo em vaporosa e branca nuvem, a caminho do Céu.

Levou as mãos às pernas e verificou, louco de alegria, que o boinho Santo Amaro o presenteara com as «pernas novas», que, em aflições e ânsias lhe pedira.

— Bendito sejas tu ó Milagroso Santinho!

Possuído de transbordante alegria aproximou-se da orla avarandada do penedal e a vista em lonjanas paragens, fixava o poente lá baixo sobre o mar, para onde se sumira a Sombra benfeitora.

Que bonito! O sol — perulário criador das tintas nobres, o pródigo realizador dos mais risinhos coloridos, antes de se atufar, na sua cama da noite, enchia a mágica paleta com a gama dos ocres, desde os ouscentes aos alaranjados, avivava os encarnados e vermelhins, tenteava os laivos de violetas e purpúrias, e localizava debruns verdelinhos e cinzentos! Tudo adrede preparado, o genial pintor dos maravilhosos poentes prestes movimentava os mágicos pincéis no fantasmagórico pano de fundo — opulenta capa de asperges e rica dalmática para se agasalhar na nocturnália, que se aproximava.

O jubiloso «Caçador» perante a maravilha do anoitecer, sentia-se poeta, pela primeira vez na vida e cantava louvores a Deus e aos santos da sua devoção, a par e passo que ia descendo as andurrinhas do pendor, a socairar por entre fragosos penhascos.

Levava no pensamento, uma ideia a fervilhar: ir, na manhã seguinte, ao Convento de S. Romão ouvir missa, em acção de graças, e agradecer, com sentidas orações as «suas pernas novas» ao bem aventurado Santo Amaro — grande advogado e espiritual cirurgião das pernas e braços da humanidade...

Ao dealbar da madrugada seguinte, calcorreou os três quartos de légua, que o separavam do Convento de S. Romão, onde fizera noviciado, para ouvir missa e ajoelhar-se ante a imagem do Santo Abade, pela alta graça que lhe concedera.

Já o sol por detrás dos montes fragosanos, começava a beijar as ressequidas carcassas dos montes e ia dourando as tenras verduras das campinas. Sem se fazer rogado entrou pelas janelas da airosa igreja e banhou de chapa a bonita imagem do virtuoso Abade Amaro.

O milagroso «Caçador» ergueu os olhos, para fixar as feições da escultura: eram tal qual as da sombra amiga que, junto dele, estivera nos ásperos pedregais da madrigueira:

— Bendito sejas, ó Santo Abade! Grande e generoso Amigo fostes, ó Santinho milagroso, ó Salvador do pobre pecador que eu sou! É infinita a Misericórdia de Deus que te deu tão altos poderes! Louvado seja o Santo dos Santos!...

Ergueu-se, beijou a peanha do Santo e correu até Belinho, a experimentar as «pernas novas» e com o fito de contratar com o mestre canteiro, a capelinha que oferecia ao generoso Santo.

Meses depois, o D. Abade de S. Romão benzia a capela e entronizava nela a própria imagem do Convento, que com prazer oferecia ao antigo noviço e imérito «Caçador» de perniciosas feras.

Era crença, entre caçadores e o povo da região, que no sítio onde o «Caçador» visionara a sombra salvadora, as flores montesinas e as ervinhas rasteiras, nunca secam e estão sempre floridas e verdelinhas.

O desastre na madrigueira das raposas, aconteceu no dia 15 de Janeiro de remotas eras — dia consagrado ao Abade Santo Amaro.

Comentário do narrador, padre João da Paia:

— O finório de Belinho — que foi aprendiz de frade — escolheu o dia próprio para partir as pernas!

Aqui fica a sùmula pensamental do excelente padre João da Paia, emérito conversador e narrador de histórias, desaparecido vai por meio século.

MANUEL DE BOAVENTURA
In Jornal «O Cávado» 16-1-71

IN DOMINO CONFIDO

(Cávado — Barca do Lago)

*Vai a lua subindo: poalha de ouro
Espalha sobre as águas de cristal;
Das avezinhas o mimoso côro
Entoa a liturgia vesperal.*

*Este é o Cávado, o sem par tesouro
Precioso Dom do nobre Portugal.
Ó Lago, comparável sem desdouro
Ao escossês onde viveu Fiugal!*

*Depois o inverno vem; então o Rio
Rugirá num tremendo desafio
Hervinhas absorvendo e terra e flor...*

*Isso que importa?! A paz serena e calma
Valerá como a guerra p'ra minha alma.
Na guerra que paz — Confio no Senhor*

(Constantino Coelho)

CURVOS (S. Cláudio)

ESTA remotíssima povoação fica situada num vale e o seu nome provém da grande curvatura em que assenta.

Segundo as *Inquirições* de 1220 tinha a designação «De Sancto Croio de Curvos, de Terras de Neiva»; e nas de 1258 se diz: «in parochia Sancto Croio de Curvos».

Esta freguesia foi antigo couto pertencente a D. Maria Pais «de Ribeira», e a seu marido, D. João Fernandes «de Límia».

Houve em Curvos umas casas onde o rei pousava quando por ali passava.

Uma tradição popular diz que entre esta freguesia e a de Palmeira do Faro existiu uma outra, denominada de Santa Eufémia, que era

composta pelos lugares de Vilar e de Sousã, e que desaparecera antes de 1220.

A Igreja Paroquial data de 1874, sofrendo sucessivas reconstruções ou reparações em 1886, 1895 e 1904.

Na freguesia há as seguintes capelas: *Senhor dos Passos*, que data de 1904; *S. Torcato* e *S. Miguel*; e a do *Senhor dos Aflitos*.

Nesta freguesia existem ainda algumas casas nobres como as das famílias Azevedos, Fonecas Limas, a do Souto e a do Rosendo.

É filho de Curvos o Dr. João Caetano da Fonseca Lima, advogado, que fora Conservador do Registo Predial em Esposende e depois Governador Civil de Braga.

CAFÉ-RESTAURANTE SOLAR DA PRAIA

DE

MANUEL DO VALE ENES

ONDE SÃO SERVIDAS AS MELHORES REFEIÇÕES

E OS MELHORES JANTARES DE CASAMENTO

OS MELHORES VINHOS DA REGIÃO

AS MELHORES BEBIDAS NACIONAIS E ESTRANGEIRAS

Telefone 89165

APÚLIA

CASA LAI LAI

Aviário de Fão

Mercearia e Louças — Reprodução

Telef. 89341

Telef. 89365

DE

António Gomes de Baixo

Rua Azevedo Coutinho, 25

Telefone 89341

FÃO

António de Sá Pereira

Construtor Civil Diplomado

8

Agente de «A Pátria»

Companhia Alentejana de Seguros

Rua do Adro, 2-5

FÃO

Rua Narciso Ferreira, 57

ESPOSENDE

Fábrica de Chocolates

COROA REAL



LARGO MARQUÊS DE POMBAL

Telef. 89157

ESPOSENDE

Pensão-Café Guimarães

e

Pastelaria Fãozense

DE

Maria da Conceição Peixoto Mendes

PRÊMIO DA R.T.P. EM 5 DE MARÇO - 1961

Especialidade em:

PASTÉIS DE FÃO, CAVACAS E DOCE
COBERTO

Rua Azevedo Coutinho, 24

Telefone 89239

F ã O

FORTE BOA (S. Salvador)

JÁ em 1059 denominada Fonte Má, assim continuou a ser designada pelas Inquirições de 1220, 1258, 1290, 1320 e 1371, em virtude da fraca água que nela havia (De Sancto Salvatore de Fonte Mala).

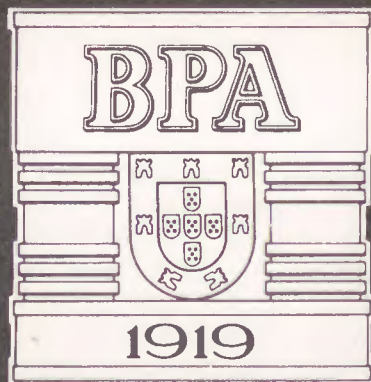
Alguns escritores dizem que a denominação de Fonte Má deve atribuir-se à má pronúncia da palavra *Mar* e não à qualidade das águas.

No Tombo de 1549 era designada por Fonte Má e em 1589 por Fonte Boa, pelo facto de as águas terem melhorado. Quando da visita pastoral de D. Frei Bartolomeu dos Mártires, este prelado mudou-lhe o nome para Fonte Boa.

A esta freguesia estiveram anexadas a de Lapela (Santa Maria), também denominada Alapela, que D. Frei Bartolomeu dos Mártires juntou à de Fonte Boa em 1542, e a de Barqueiros (S. João Baptista), que foi desanexada em 1834.

No sítio dos Picutos encontraram-se, há anos, algumas sepulturas, tijolos, vasos de barro e várias moedas, sendo uma delas do tempo do imperador Maxêncio, o que é indício de terem estado aqui os romanos.

Entre os seus abades mais célebres contam-se Pêro Gomes Madeira, capelão de D. João III; Domingos de Meira Carrilho (1690-1714), a quem, em parte, se ficou devendo a construção da actual igreja (1701), pela antiga estar muito arruinada; Dr. Manuel Malheiro Marinho, antigo comissário do Santo Ofício, e vigário-geral de Vila Real; Gonçalo Malheiro Reimão (1742-1761); D. Inácio de Jesus Maria Azevedo Ferreira (Cónego Regrante de Santo Agostinho); D. Jerónimo José da Costa Rebelo (deputado às Constituintes em 1820 e 1836, vigário capitular do bispado de Lamego, e bispo do Porto em 1840).



BANCO PORTUGUÊS DO ATLÂNTICO

**AGÊNCIAS
EM TODO O PAÍS
CORRESPONDENTES
EM TODO O MUNDO**

FORJÃES (Santa Marinha)

PROVOAÇÃO muito antiga, data de 1059 o primeiro documento conhecido relativo a esta freguesia.

Sobre a etimologia da palavra Forjães, diz o P.º António Gomes Pereira que tanto pode derivar de *forja*, com o sufixo *ães*, como denotar o colectivo, sítio de forjas, ou ainda poderá vir de Vila Forjanis, significando quinta do Sr. Forja ou Furja, nome próprio gótico.

Figueiredo da Guerra, dá-lhe por origem a *villa* (rural) *Froiani*.

Alguns escritores dizem que a medieva *Vila Forjanis* devia ter sido no lugar denominado Aldeia, visto ainda hoje haver ali um sítio conhecido por Fim de Vila e onde, primitivamente, esteve a igreja paroquial.

Nas Inquirições de 1220, aparece com a designação de «De Sancta Marina de Frogiaes»; nas de 1258 aparece, pela primeira vez, como «Parrochia» e nas de 1320 como «Freguisia».

A actual igreja paroquial é um grandioso templo de três naves, do século XVIII.

Existem na freguesia diversas capelas, algumas antigas: a *Nossa Senhora da Graça* (1673); *S. Roque* (1600, reconstruída em 1872); a *Nossa Senhora da Boa Morte* (1919); do *Senhor dos Passos* (1958) e a de *Nossa Senhora da Abadia*, pequena, mas toda em cantaria.

PROLAR

FÁBRICA DE

MÓVEIS PARA COZINHA - MOBÍLIAS - ESTOFOS

Lopes & Terra, L.da

OUTEIRO — MARINHAS

ESPOSENDE

Companhia de Seguros Douro



P O R T O

AGÊNCIAS E DELEGAÇÕES EM TODO O PAÍS

OURIVESARIA E RELOJOARIA

QUINTA

Largo Rodrigues Sampaio — **ESPOSENDE**

Telefone 89357

- **SECÇÃO DE ÓPTICA**
- **OURO**
- **PRATA**
- **JÓIAS**
- **FILIGRANAS**
- **TAÇAS DESPORTIVAS**
- **RELÓGIOS DAS MAIS
CONCEITUADAS MARCAS**
- **CONCERTOS GARANTIDOS**



GANDRA S. (Martinho)

É povoação muito antiga. O 1.º documento que se conserva data de 1108. As Inquirições de 1220 referem-na como «De Sancto Martino de Gandra», nas Terras de Neiva, e nas de 1258 figura como «parrochia de Sancto Martine de Gandra». Depois, nas Inquirições de 1290, aparece pela primeira vez como «freguisia». Em 1528, «S. Martinho da Guandara» (estava) anexo a S. Miguel das Marinhas, no arcediagado de Neiva.

A igreja, de cantaria, em estilo românico (talvez do séc. XVI), possui interessantes altares em talha renascença, com várias esculturas. Tem sido algum tanto modificada no decorrer dos tempos.

Em escavações feitas apareceram construções antigas, ossadas humanas, e, sobretudo dois machados enoelíticos, que indicam habitação nos primitivos períodos da humanidade, 2.500 anos antes de Cristo, tendo vivido por aqui povos muito mais antigos que os celtas e romanos.

Nesta freguesia se levantava a *forca* de Esposende.

Gandra tem apenas uma capela sob a invocação de Nossa Senhora de Guadalupe.

Pela sua alta produção de cereais, vinho, batata, alhos, cebolas, hortaliças sobretudo nabos, contradiz o significado literal da palavra Gandra, que significa planície estéril e inculta.

RESTAURANTE E CAFÉ

FRANGO REAL

DE

JOSÉ LOPES DE LIMA

*Ótimo serviço de Restaurante
Mariscos
Especialidades caseiras
Doces regionais*

Rua Conde de Castro, 1

Telefone 89442

FÃO

(Junto à Farmácia)



Albino Gageiro Cardoso Torres

Fornece orçamentos para todos os trabalhos
de Carpintaria e Construção Civil

M A R C E N A R I A

Soalhos aparelhados e madeiras para construção
Fábrica: Rua de S. José, 4 — Telefone 89304

F ã O

Residência: MAR — Esposende

ANTÓNIO DA CONCEIÇÃO

MERCEARIA E VINHOS

PROPRIETÁRIO DOS TRANSPORTES

Estrela Vilaverde, L.da



AREIA — APÚLIA

Telefone 89479

GEMESSES (S. Miguel, Arcanjo)

A antiga freguesia, que foi uma abadia da apresentação alternada do Ordinário, do reitor de Banho e de Vilar de Frades, já vem mencionada nas Inquirições de 1220, nas Terras de Neiva, com a designação «De Sancto Michaelis de Gemecios» e nas de 1258 vem como «Parrochia Sancti Michaelis de Julmeses»; nas de 1290 vem, pela primeira vez, como «Freguesia de Sam Miguel de Jumece».

Segundo opinião do P.^o Gomes Pereira a palavra Gemeses significa Vila *Germinenses*, quinta da Vila dos Gémeos.

A primeira pedra da actual igreja paroquial fora benzida em 5 de Julho de 1736.

Além da capela de Nossa Senhora do Lago há a de *Nossa Senhora da Conceição*, construída em 1798.

É nesta freguesia que fica a *Barca do Lago*, praia fluvial afamada e muito frequentada na época de verão, lugar encantador, de repousantes horizontes próximos, num harmonioso meandro do rio cingido por orlas verdes escuras de arvoredos e salpicado de manchas brancas de casario.

O local era muito conhecido dos forasteiros que se serviam da *estrada velha* de Viana ao Porto, passando o rio numa pesada barca (misto de batelão e de jangada).

Aqui passou Egas Moniz a caminho de Leão a fim de cumprir a promessa feita ao rei daquele país por D. Afonso Henriques. Mais recentemente, o destronado rei Carlos Alberto, de Piemonte, vindo da Galiza, em 1864, a caminho do seu escolhido lugar de asilo, pernoitou numa estalagem ao lado e passou por essa barca com a sua discreta comitiva. Porque o rei vinha *incógnito* alguém o julgou ser o Zé do Telhado.

Quando os franceses ocuparam esta freguesia, estabeleceram na capela de Nossa Senhora do Lago um matadouro.

NOSSA SENHORA DA BARCA DO LAGO

OS princípios e origem do aparecimento desta milagrosa imagem da Mãe de Deus, se referem em um livro antigo, manuscrito (ainda hoje se conserva), que foi assinado e rubricado por um Pedro de Couros Carneiro, e pelos juizes do quadro das freguesias de São Miguel de Gemeses, de S. Martinho de Gandra e S.ta Eulália de Palmeira. No citado livro se conta que no tempo em que o corpo do Padroeiro das Espanhas, e Apóstolo Sant'Iago,

passou pelo mar de Matosinhos, onde se verificou aquele célebre milagre das vieiras e conchinhas, e d'onde foi aportar na mesma barca em que o levavam os seus discípulos, ao lugar e sítio da vila do Padrão, no reino de Galiza, e se começavam logo a mover os cristãos que habitavam terras de Portugal em irem visitar o Santo Apóstolo. As terras destas sobreditas freguesias eram muito montanhosas e estéreis, naqueles tempos. O rio Cávado era muito

perigoso para a passagem dos muitos romeiros. Por isso, resolveram os moradores destas freguesias, juntamente com o piedoso cavalheiro Pedro de Couros Carneiro, que era o Senhor da freguesia e lugar de Palmeira, construir uma **barca** para que nela pudessem passar, gratuitamente, todos os passageiros e peregrinos, a toda a hora, tanto de noite como de dia, ricos e pobres, pelo amor de Deus Nosso Senhor. Esta é a barca que chamam de **Por Deus**, ou do **Amor de Deus**.

Vendo estes devotos instituidores de tão caritativa obra, que o concurso de peregrinos e pobres era muito grande, muito mais sobressaiu neles a caridade, porque edificaram um hospital, naquela mesma passagem, para nele recolherem e agasalharem os pobres passageiros e peregrinos. Assim se foi continuando neste santo e piedoso uso pelo espaço de muitos anos, e cada vez se viam mais frequentadas aquelas estradas. Neste tempo a misericordiosa Mãe dos pecadores, sem dúvida não só louvando tão piedosa obra, mas movida da sua piedade se quis manifestar naquele sitio, para também, com a sua presença, por meio de uma imagem sua, assistir e favorecer uns e outros. O lugar onde a Senhora apareceu (maravilha da sua piedade) foi um grande e espaçoso lago ou pêgo profundíssimo, por onde a barca costuma passar, no mesmo rio Cávado.

A forma do seu aparecimento, pessoas a quem, ou o modo como apareceu, já hoje se não sabe. Podia ser que fosse a alguns pescadores, que lançando as suas redes ao rio, colheram nelas a soberana Rainha dos Mares. Não seria esta a primeira vez que esta grande Senhora para pescar aos pecadores quis ser presa nas redes e sair do profundo do mar para os livrar do profundo mar das culpas e porque este rio, naquele lugar, devia ser muito profundo (por isso lhe dariam o nome de rio Cávado). (O aparecer a Senhora e ser pescada no mar o vimos na maravilhosa invenção da imagem de N. Sr.^a da Graça, do seu convento de Lisboa, que, presa em uma rede, a tiraram uns pescadores de Cascais).

Esta soberana imagem da Mãe de Deus, de escultura de madeira, tem quatro palmos de estatura e tem em seus braços o Menino Deus. Não podia deixar de trazer consigo aquele misericordioso Senhor para lhe rogar continuamente pelos alívios e remédios dos pecadores, a uns para que os livrasse dos perigos e a outros para que lhes remunerasse o grande trabalho e caridade com que tratavam dos pobres peregrinos.

Descoberta e manifesta esta preciosa pérola naquele rio e achada na concha daquele pêgo ou lago, lhe impuseram os moradores daquele lugar (por não saberem a própria invocação) o título de Nossa Senhora do Lago, ou da Barca do Lago, como fazendo-a principal piloto daquela Barca, para que assim ficassem muito seguras as suas viagens e livres de perigos os que nela embarcassem. Sem dúvida a mesma Senhora lhes inspiraria este título, porque, como Ela é a Senhora dos mares e dos rios, quis santificar aquele rio, a fim de que, com a sua manifestação, cessassem de todo os antigos perigos que havia naquele profundo lago e ficasse, da-

quele dia para sempre, lago da Mãe de Deus, lago feliz e santificado.

Contentes todos os moradores com tão soberana dita, trataram logo de lhe edificar uma ermida, sobre umas penhas junto ao rio e ao mesmo lago, onde começou logo a ser visitada e buscada, com grande devoção, por todos aqueles povos visinhos, e também pelos mais distantes, porque correu logo a fama e noticia do milagroso aparecimento e com ela a das muitas maravilhas que logo começou a obrar, e assim começaram a ser também muito numerosos os concursos dos romeiros. Como a Senhora tinha levantado na sua casa uma piscina de saúde, todos os que padeciam de doenças e enfermidades iam para se aproveitar dela. Vendo aqueles devotos e pios moradores os grandes concursos de gente ainda requintaram mais o seu fervoroso zelo e para que a barca fosse melhor assistida consignaram-lhe um estipêndio (até aqui não havia emolumentos) ou renda perpétua, desta forma: dispuseram que se elegessem quatro homens, eleitos por votos, para que servissem cada ano de barqueiro, e se lhes dotasse tais e tais propriedades (vêm nomeadas num livro próprio), e, além disso lhes desse, cada um dos lavradores das referidas freguesias, o seguinte: os de S. Miguel de Gemeses meia rasa de milho e dois molhos de centeio; os de S. Martinho de Gandra meia rasa de milho, um molho de centeio e outro de trigo; os de Palmeira do Faro outra meia rasa de milho.

A este gesto de generosidade respondeu a Senhora com inúmeros milagres e maravilhas, que se espalharam pelas freguesias mais remotas. Assim, os moradores da freguesia de S. Tiago do Castelo do Neiva prometeram, para esta devoção e para os barqueiros, um molho de trigo cada um. A estes se seguiram os moradores de S. Paio de Antas, que prometeram um molho de centeio cada um; os de S. Fins de Belinho prometeram outro molho de centeio; os de S. Bartolomeu do Mar prometeram um molho de centeio e outro de milho; os de S. Miguel das Marinhas prometeram um molho de centeio e um de trigo, e os da vila de Esposende, que lavrassem terras, prometeram um molho de trigo cada um.

Da parte sul os moradores de Fonte Boa prometeram um molho de trigo e outro de centeio, cada um; os de S. João de Barqueiros prometeram dois molhos de centeio; os da Aldeia de Bassar prometeram dois molhos de centeio; os de Rio Tinto outros dois molhos de centeio; os de S. Miguel d'Apúlia prometeram um molho de centeio e outro de trigo; os de S. Paio de Fão, que lavrassem, prometeram um molho de trigo e outro de centeio (o juiz do subsino, em nome dos que não lavram, prometeu oitenta reis). Os pescadores e mestres de lanchas prometeram, para o concerto da Barca, meia canada de azelte de peixe.

Foi crescendo tanto a devoção para com a milagrosa Senhora da Barca do Lago, à vista das suas grandes maravilhas, que os moradores da sua freguesia e lugar de Gemeses, Gandra e Palmeira do Faro, primeiros autores desta obra, assentaram entre si, que no primeiro domingo depois do dia de todos os Santos, cada morador com sua mulher, fos-

sem ao monte onde está situada a casa da Senhora e que naquele lugar fizessem a sua mesa e jantassem ali, para que dos sobejos favorecessem os pobres. Além disto traria cada um uma boroa de pão de meio alqueire, os quais se ajuntariam e repartiriam aos pobres, em louvor da Senhora da Barca do Lago. Tudo isto se observa ainda hoje (ano de 1712 em que foi escrito o original deste livro, intitulado «Santuário Mariano») sem que o tempo, consumidor das coisas boas, tenha alterado, nem acabado, esta tão grande devoção. Antes se aumentou, de sorte que se instituiu uma irmandade de leigos para a qual concorreu muita gente de todas as partes vizinhas e prometeram muitos votos dos quais se instituíram duas missas sabatinas, i. é, duas missas em cada sábado, uma pelos vivos outra pelos defuntos. E também um aniversário geral no oitavário dos Santos e duas missas cantadas na segunda oitava do Natal (uma por vivos, outra por defuntos), e outras duas no dia da festividade da Senhora, com sermão, que é na segunda oitava da Páscoa.

É esta milagrosa imagem toda devoção dos mariantes, dos da villa de Esposende e lugar de Fão, os quais quando fabricam alguma embarcação nova que possa navegar naquele rio, vão os mestres delas com os marinheiros na embarcação até defronte da Senhora. Diante da porta travessa param. Dali oferecem à Senhora o pataxo, caravela ou barcos, que vão todos embandeirados. Dali saltam para terra com um sacerdote, que levam já preparado para lhes dizer missa naquela sua romaria e para que lhes benza a embarcação. Com esta devoção, muita fé e grande zelo, foram continuando até ao presente, sem se faltar a nada do que fica referido. Apesar da grande pobreza sempre aumentou esta devoção.

Assim vai aumentando a casa da Senhora que tem, além da Capela-mor, duas colaterais; a fábrica se faz das esmolas que dão os fléis e entram na caixa; as ofertas são do Abade de Gemeses. Pelos anos de 1688, pouco mais ou menos, mudaram para a Casa da Senhora os clérigos, a sua Irmandade de S. Pedro, e também eles servem a Senhora com muita devoção.

Quanto aos milagres são tantos, que por muitos, nunca houve quem se atrevesse a escrevê-los. Mas muitos serão lembrados por notáveis e estupendos.

A festa fez-se, em tempos, em 25 de Março. Mais tarde, para ser fora da quaresma, passou a realizar-se na segunda oitava da Páscoa e só depois é que passou a realizar-se no primeiro domingo de Agosto, por causa da festa do Senhor de Fão.

Tudo isto foi copiado dum livro chamado «Santuário Mariano», título 60, pág. 211, impresso em Lisboa no ano de 1712, Tomo IV, autor Frei Agostinho de S.ta Maria.

Da Senhora do Lago faz menção a *Corografia Portuguesa* no seu Tomo I, pág. 305.

N. B. — Num livro do Arquivo Paroquial de Gemeses, referindo-se a uma solenidade, no ano de

1736, na Capela da Barca, diz: «na Capela de Nossa Senhora d'Anunciação da Barca do Lago». Estes apontamentos não dizem ser Nossa Senhora venerada na referida capela sob o título de Nossa Senhora da Anunciação. O referido livro di-lo. Qual a razão do silêncio dum e da expressão d'outro?

SENHORA DA BARCA DO LAGO

Entraí...

— *Senhora do Lago*

*Sois da casa: Em boa hora,
Dai a Bênção aos que chegam,
Mais a quem se fôr embora.*

(António Correia de Oliveira)

BARCA DO LAGO

*Paisagem sem igual que Deus criou
No nosso Minho cheio de beleza...
Aqui, por um capricho, Ele juntou
As maravilhas vãs da Natureza.*

*Fez um luar mais claro, um vento calmo,
Mandou ao Rio uma maior brandura,
Nas margens semeou, a palmo e palmo,
Um pinhal de estranha formosura.*

*Daqui o mundo vê-se mais perfeito
E a gente sente cá dentro do peito
Uma paz que dissipa as mágoas...*

*E a Senhora do Lago, da pequena
Ermida branca, como uma açucena,
Desce o Olhar piedoso sobre as águas*

Barca do Lago, Agosto de 1946
(Xico d'Almeida)

NOSSA SENHORA DO LAGO

*Apareceu Nossa Senhora
Neste modesto lugar...
E nunca se foi embora
— Pois dele fez o seu Lar!...*

*E com toda a devoção
Sua gente pobrezinha
Lhe ergueu, em oração,
Uma linda Capelinha.*

*Tudo isto aconteceu
Em eras já muito distantes...
E parece que se deu
Há bem pouco, há instantes...*

*Tal a Fé que ela inspirou
Com Sua Graça infinita.
— Pois sempre às almas votou
Doce amparo na... desdita...*

Barca do Lago, Setembro de 46
(Depro)

Escola de Condução

A IDEAL

DE

SANTOS & C.A L.DA

Direcção Técnica de: JOAQUIM FERNANDO PEREIRA DOS SANTOS

HABILITE-SE RÁPIDAMENTE

**PARA NÃO CONDUZIR MAL
FREQUENTE A «IDEAL»**

Rua 1.º de Dezembro, 57

ESPOSENDE

Salão

Alberto

HELENA E ALBERTO

Cabeleireiros

Rua 1.º de Dezembro, 25-27-29

ESPOSENDE

CASA

HAVANEZA

Café

Depósito de Tabacos

Praça do Município, 2 — Telefone 89420

ESPOSENDE

MAR (S. Bartolomeu)

NAS Inquirições de 1220 figura esta freguesia com a designação «De Sancto Bartolomeu de Villa d'Atam», nas de 1258 se diz «in parochia Sancti Bartolomei de Vila d'Aton» e no Censo da População de 1527 é designada por São Bartolomeu das Marinhas e, mais tarde, de São Bartolomeu do Mar.

Há várias opiniões divergentes quanto à designação da palavra *Mar*, porém, é mais de

admitir que provenha da sua situação junto ao mar.

Houve aqui um mosteiro de monges beneditinos que em 1550 se uniu ao convento de Palme, da mesma Ordem.

A actual igreja paroquial foi construída entre os anos de 1909-1912.

No dia 24 de Agosto realiza-se aqui uma importante e mais concorrida romaria do concelho, sendo costume os romeiros virem à praia banhar as crianças. A este banho, ao qual o povo chama «banho santo» e diz valer por sete, são atribuídas entre outras virtudes as das *crianças perderem o medo, de não ficarem gagas ou epilépticas, de se tornarem mais inteligentes, mais alegres e sadias.*

Esta romaria é precedida de uma feira.

HOMENS ILUSTRES:

— Cônego Manuel Martins Cêpa, foi pároco de Alvarães e arcepreste de Viana do Castelo. É autor das monografias de Alvarães e de S. Bartolomeu do Mar.

— António Rodrigues Sampaio, nascido a 25 de Julho de 1806, jornalista, deputado, ministro e presidente do Conselho, que muito se evidenciou nas campanhas liberais de 1832 a 1834.

No dia 1-11-1828, durante a missa, surgiu nesta freguesia uma força sob o comando de um oficial, e, entrando na Igreja, prendeu o padre e o seu ajudante, António Rodrigues Sampaio, por ambos terem manifestado as suas ideias liberais.

A tão alta figura da política e das letras que foi Rodrigues Sampaio, autor clandestino e combativo dos «Espectros», designado, por vezes, nos meados do século passado, o «príncipe dos jornalistas», ergueu a Vila, no largo fronteiriço à Igreja Matriz, um monumento (Busto) inaugurado em 1907, projecto do Esposendense Manuel Gonçalves Viana.



RODRIGUES SAMPAIO

SNACK - BAR RESTAURANTE

Tio Pepe

FÃO

MARISCOS SEMPRE FRESCOS
PRATOS REGIONAIS

SALA DE JANTAR
PRÓPRIA PARA CASAMENTOS

Aberto até às 2 horas da manhã

Francisco L. Rodrigues Ferreira de Areia

MERCEARIA FINA

(Junto e a retalho)



AGENTE DE REFRIGERANTES E VINHOS

CORRESPONDENTE BANCÁRIO

Telef. 89242 — ESPOSENDE

EXPORTAÇÃO

CASA

Miranda

Confecções «OFIR»

Telefone 89203
ESPOSENDE



UM BOM RELÓGIO A GOVERNAR O TEMPO
ECONOMIA - DISTINÇÃO
PRECISÃO - GARANTIA

Agência oficial

Ourivesaria e Relojoaria Assunção

Ofir — FÃO

MARINHAS (S. Miguel)

NOS tempos primitivos esta freguesia chamava-se S. Sebastião de Zopaes.

Nas *Inquirições* de 1220, figura com a designação «De Sancto Michaeli de Zopães»; nas de 1258 se diz: «in parrochia Sancti Michaelis de Zopaes», e no Censo da População de 1527 vem com o nome de «Sam Miguel de Marinhas».

Esta última designação foi-lhe dada em razão de suas marinhas de sal, pois eram importantes as suas salinas.

O Pe. Gomes Pereira diz que Marinhas é um substantivo comum que, significando *bei-*

ra-mar, costa do mar, salinas, etc., se transformou depois em substantivo próprio.

São de salientar os característicos moinhos de vento, na Abelheira, e o surto de progresso por toda a freguesia. Como indústria sobressai a de laticínios.

Na freguesia há as seguintes capelas: *S. Bento*, que data do século XVII; *S. Roque*, também do século XVII; *Coração de Maria*, do século XIX; *S. Sebastião*; *S. João*; *Senhora das Neves*, possuidora de 3 altares estilo renascença e cuja data é do século XVI, e *Senhora da Saúde*, construída em 1849, ampliada e reedificada em 1889.

Júlio Azevedo Felgueiras

Industrial de:

PICHELARIA - ELECTRICIDADE - ELECTRODOMÉSTICOS - BICICLETAS - MOTORIZADAS - AGENTE DO SONAPGÁS E DO GÁS FLAGA - MOTORES ELÉCTRICOS E A EXPLOSAO - REPARAÇÕES.



Residência:

GANDRA — ESPOSENDE

Estabelecimentos:

Av. Dr. Manuel Pais — FÃO

LUGAR D'AREIA — APÚLIA

Estabelecimentos Mandita

DE

MARIA ARMANDA CORREIA REBELO

FAZENDAS — TECIDOS — MALHAS — CAMISARIA — CONFECCOES — NOVIDADES E UTILIDADES DIVERSAS

AGENTE DE SEGUROS

Por intermédio de seu marido

FRANCISCO AZEVEDO CARIDADE
DAS COMPANHIAS

**MUTUAL
SOBERANA
MUNDIAL
ROYAL INSURANCE
COMPANY LIMITED**

The Liverpool & London & Globe Ins. Co. Ltd.
PRAIA DE APÚLIA

APÚLIA

ESPOSENDE

Telef. p. f. 89488

Café - Restaurante 1.º de Maio

PRAIA DE APÚLIA

ALMOÇOS — JANTARES

Esmerado serviço de casamentos e baptizados

SNACK-BAR

Telefone 89488

APÚLIA — Esposende

FARMÁCIA DE APÚLIA

PRODUTOS FARMACÊUTICOS

PRODUTOS DE BELEZA

COSMÉTICOS

PRODUTOS BRONZEADOR

TODOS ARTIGOS CONGÉNERES

à venda numa Farmácia

Telefone 89141

APÚLIA

ALFAIATARIA GIL

DE

Moisés da Conceição Gil

TÉCNICO DIPLOMADO

FAZENDAS, MALHAS, CAMISARIA E MIUDEZAS CONGÉNERES, A VENDA NUMA ALFAIATARIA

Telefone 89165 (P. F.)

PRAIA DE APÚLIA

ESPOSENDE

PALMEIRA DO FARO (Santa Eulália)

O monte do Faro nasce aqui, quase abruptamente, formando pirâmide de penedias de fortaleza telúrica. No cimo, a 184 m, como águia a contemplar os longes, branqueja o marco geodésico, a que o povo chama — *a gorita*.

A freguesia distende-se de norte a sul por cerca de seis quilómetros.

Susão, como o nome indica, é o lugar mais alto; a jusão, isto é, ao sul, ficam: Eiradana, Torre e Barral, em campeira e fértil planura. O airoso Terroso, limita a freguesia em Vila Cova. Para os lados do poente, como asa direita de Susão, fica Santa Baia, ou Três Bicas, e a seguir o lugar da Igreja, com meia dúzia de casinhas novas e três quintas em mãos de estranhos à terra.

Ainda ao abrigo do Monte fica o lugarejo das Raízes, o lugar do Faro e a Capela de Santo António, na planura, a fazer pendão

com o altaneiro Faro, a 184 m, que parece querer furar o Azul...

Dizia-se, noutros tempos em Esposende, que esta freguesia era a Sintra da região. Aqui tinham os maioraes da Vila as suas quintas e o vinho da terra passa, ainda hoje, por ser o melhor do concelho.

SANTA EUFÉMIA

Há em Palmeira o topónimo — «sítio de S.ta Eufémia», ou, mais propriamente, Bouças de S.ta Eufémia, pequeno Outeiro a duzentos metros do casaredo de Susão, que lhe fica a norte, no vértice do vale que se alonga para sul até ao Cávado.

Existem ainda restos dos alicerces do que seria adro dessa hipotética Capela, a que o povo dá honras de Igreja. Nesses alicerces razantes foi encontrada, aí por 906 ou 907, uma



Fonte de Susão — Palmeira

mó luso-romana, que ainda existe em Susão. No alcarial encontram-se fragmentos de cerâmica e telha de rebordo. Presume-se que ali existiu, em remotas eras, um santuário castrejo dedicado a qualquer dos numerosos deuses lusitano-romanos.

Com o advento do cristianismo deve ter desaparecido o culto pagão e o imóvel transformado em templo cristão, que perduraria até ao século XIV ou XV.

É corrente a lenda de que o lugar de Suzão-Palmeira, com o de Vilar-Curvos, constituíram outrora uma freguesia independente e que só desapareceu quando a capela, por velhice, se desmoronou, voltando o lugar de Vilar para Curvos.

Encasquetada na memória do povo outra curiosa lenda circula: A imagem da padroeira Santa Eufémia, que ainda existe na Igreja Paroquial, era de uma cor demasiado morena e foi enviada ao imaginário de Braga, para repintar, que a pôs a brilhar de brancura. Mas uma vez posta no altar voltou à cor primitiva e continuou a ser Santa Eufémia moreninha...

Manuel Boaventura

Palmeira do Faro vem nas *Inquirições*, de 1220, com a designação «De Sancta Eolalia de Palmeira», nas terras de Neiva.

Foi um couto e Honra muito antigo, pois assim figura no ano de 1258. Tanto o couto como a Honra passaram para as freiras do Convento de Santa Clara, de Vila do Conde, por estas os terem emprazado à família Gajo ou Gayo.

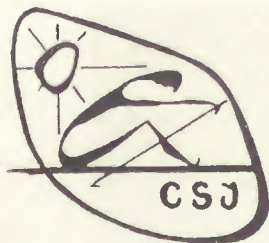
Era vigairaria da apresentação do Arcebispo de Braga e Comenda da Ordem de Cristo.

Dizem que a etimologia da palavra Palmeira provém dos ramos de palmeira que os peregrinos (palmeiros) traziam da Terra Santa. Faro deriva de *farol* ou *facho* que era costume acender-se no cume dos montes, perto da costa, para orientar as embarcações.

Defronte da porta principal da Igreja Paroquial, está uma sepultura que tem a inscrição seguinte: «Aqui jaz Pedro, um grande pecador; pede pelo amor de Deus uma Avé-Maria».

Refere-se a Pedro Felgueiras Gajo, que o povo alcunhou de D. Sapo, que era boa pessoa, nobre, piedoso, crente, esmoler e benemérito.

Tem as seguintes capelas: *Santo António do Monte*, defronte do qual se vê um interessante cruzeiro que pertenceu ao convento do Banho; *Casa da Torre*, que nos seus princípios foi pertença dos Viscondes da Ferrença; *Senhor dos Desamparados* e *Nossa Senhora de Lurdes*.



Confecções CÁVADO

DE

CAMPOS & SILVA JUNIOR, L.DA

MARCA REGISTADA N.ºs 128543 e 128166

ALTA QUALIDADE EM PRONTO-A-VESTIR
DE SENHORA E CRIANÇA:

**Casacos - Calças - Saias
TAILLEURS - PLISSADOS**

Largo Dr. Fonseca Lima, 19 — Telefone 89211

ESPOSENDE — PORTUGAL

RIO TINTO (Santa Marinha)

NAS *Inquirições* de 1220 figura com a designação «De Sancto Martino de Rio Tinto», nas Terras de Faria.

O nome da freguesia provém do ribeiro com o mesmo nome: Rio Tinto.

Acima da Barca do Lago, se vêem as ruínas de um castelo a que ainda hoje chamam o Castro, que se presume ser dos Romanos e chega ao rio onde chamam o poço da Batalha, que é um pêgo profundíssimo onde os cristãos deram aos mouros uma grande batalha. Estes iam-se retirando e os cristãos no seu alcance, e, já muito distante donde principiou o choque, os acabaram de vencer onde corre um pequeno rio que se vai meter no Cávado (ribeiro de Zarague, que nasce em Vilar de Figos), cujas águas cresceram e se tingiram com o sangue dos mortos. Por isso lhe ficou o nome de Rio Tinto.

A Igreja Paroquial data de 1713.

O cruzeiro da freguesia, em estilo gótico, é uma obra de grande valor artístico.

Só há uma capela da Casa dos Azevedos, sob a invocação de Nossa Senhora da Alegria.

Aqui fica situado o aprazível e encantador lugar do Marachão.

FILHO ILUSTRE:

Monsenhor Adelino Maria Lopes Pedrosa, nasceu nesta freguesia aos 12 de Dezembro de 1881. Era filho de José Lopes Balazeiro e de Teresa de Jesus Pedrosa.

Depois de frequentar os Seminários Arquidiocesanos fora ordenado sacerdote aos 19 de Dezembro de 1904.

Após ter servido como coadjutor na paróquia de Cristelo — Barcelos, trabalhou, com profundo mérito e reconhecido proveito, como professor e prefeito no Colégio de S. Tomás de Aquino, em Braga.

Em 19-8-1917 era nomeado pároco da Vila de Esposende e em 22-11-1918 arcepreste.

Além de sacerdote zeloso, culto e piedoso, fora orador eloquente que em mais de 5.000 sermões levou a Palavra do Senhor e o influxo do seu exemplo aos mais variados meios e terras do país.

Como homenagem e justo prémio das suas excelsas virtudes e relevantes serviços prestados à Santa Igreja fora nomeado Prelado Doméstico por documento pontifício de 11-12-1964.

Faleceu no dia 16-3-1970.

Café
Snack-Bar

Canadá

DE

FIRMINO DIAS

ENGLISH SPOKEN

APÚLIA — Esposende

Padaria

Apuliense

DE

JOÃO ILÍDIO MIRANDA BARBOSA

Fabrico esmerado de Pão de Milho e Trigo

Telefone 89112

APÚLIA — Esposende

Café - Restaurante

Zé Maria

DE

JOSÉ MARIA PEREIRA DA SILVA

*ALMOÇOS E JANTARES
MERCEARIA E VINHOS
CASA ESPECIALIZADA EM MARISCOS*

Agente do GÁS MOBIL

Telefone 89146

Praia de Apúlia — Esposende

A Sargaceira

DE

Carlos Rodrigues Carvalho

**MERCEARIA E VINHOS
MARISCOS E UTILIDADES**

•
**MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO
CONCENTRADO EM ALGAS-MARINHAS
AGENTE DO ESSO-GÁS**

•
A casa mais sortida da Praia de Apúlia

Telefone 89480

Praia de Apúlia — Esposende

VILA CHÃ (S. João Baptista)

FIGURA nas *Inquirições* de 1220 com a designação «De Sancto Johanne de Villar Plano»; e nas de 1258 se diz: «in parochia Sancto Johannes de Vilar Chão».

A primitiva Igreja Paroquial esteve no lugar das Cortinhas, mas como ameaçasse ruína resolveu a freguesia edificar a actual, que fica situada no centro da Chã.

A freguesia tem apenas uma capela no cimo do monte de S. Lourenço, sob invocação deste santo.

O monte de S. Lourenço é o mais agradável e amplo miradoiro do concelho de Esposende. No cimo existia uma interessante ermida românica que foi demolida, há anos, e substituída pela actual. Nesse lugar se julga ter existido o *fanum* romano, erguido porventura no lugar do primitivo ladário luso-celta. Em 1954 foi aí achada uma interessante ara votiva epigráfica, dedicada à ninfa ou deusa *Dafa*, nome que não se encontrava no rol das divindades da Península pré-cristã.

Por aqui se têm encontrado moedas romanas de ouro e cobre, restos de parede de um *castro* romano, fragmentos de ânforas, telha de rebordo, tijolos, etc.

Entre os povos destas imediações circulam várias lendas.

V

*Vila Chã! Vila Chã! o rude estoiro
dos Zé P'reiras tremendos de alegria,
e a bíblica tarefa lavradia
de achar o berço para o milho loiro;*

*um altar de promessas e um tesoiro
em cada peito a arfar que a gente via,
cruzes, sinais de nome de Maria,
medalhas, corações, dilúvios de ouro!*

*Aquele humano órgão donde soam,
em gargantas de prata, fina e rara,
aves-canções que pairam e que voam,*

*e ainda aquele olhar, meigo e amigo,
dos bois que doiram a paisagem clara
como esculturas de um presépio antigo.*



Foz do Cávado

A Primorosa

MERCEARIA E VINHOS — ALGODÕES

Especialidade: *Vinhos Verdes*

ANTÓNIO G. FERREIRA DA SILVA



Largo do Pelourinho, 6 — Telef. 89271

ESPOSENDE

Café Belmar

DE

Ilda & Isabel Pilar, L.da

Lugar da Igreja — Telef. 89221

MARINHAS

ALMOÇOS E JANTARES

CASA ESPECIALIZADA
EM COZINHA À PORTUGUESA
MERCEARIA E VINHOS
FUTEBOL DE SALÃO

S. GIBAS e S. ZIDES

(Lenda explicativa da toponímia de Vila Chã)

(Condensado da lenda do mesmo nome, narrada por Manuel de Boaventura na obra «Ansia de Perfeição e Contos Imperfeitos»).

RECEBIDA a ordem do Mestre, os Apóstolos espalharam-se pelos quatro cantos do Mundo, sujeitos às mais duras provações, mas sempre heróicos.

Nesses recuados tempos de florescente Cristianismo, viviam no planalto onde hoje se situa Vila Chã os irmãos Gibas e Zides, ora pastoreando os rebanhos, ora cultivando a terra.

São Tiago, empenhado na evangelização da Península, descera àquele local em busca de albergaria. Debalde batera à porta da Casa Grande do senhor da terra: fora tomado por qualquer espião bárbaro, das hordas que ameaçavam a região.

Suplicando a misericórdia de Deus para tão descortês e impiedosa negação, o Santo embrenhou-se na floresta, evitando o dardejar inclemente dos raios dum sol intenso que, numa lentidão teimosa, se aproximava do mar.

Um rebanho passa. Os cães abandonam a vigilância e vão lambem os pés de Tiago. O pastor saúda o estrangeiro e este abençoa-o em nome de Jesus Cristo:

— Pax tecum!

Gibas, o pastor, oferecera o pouco conforto da sua humilde cabana e o Santo aceitara com agrado.

Preparava Gibas a ceia quando Zides chegou do cultivo das sementeiras. Reverenciou o hóspede com a felicidade de quem, por caridade quase instintiva, proporciona a um semelhante desprotegido um pouco de bem-estar.

O Apóstolo sentiu o latejar da inspiração divina e a necessidade de cumprir a missão que lhe fora confiada, e logo ali falou de Jesus. Conta os milagres mais persuasivos que vira operar, enquanto os dois irmãos lhe dedicavam uma interessada e intrigadíssima atenção. Zides architectou a relação daqueles fac-

tos com o poder imaginado do objecto da sua crença:

— É então esse o filho do Sol?

Tiago explica-lhe: o sol era já uma criação de Deus; o sol e tudo o que em redor se via.

Comeram e dormiram. O ar cálido do ambiente, o piscar incessante das estrelas, o cantar suave dos rouxinóis, o murmúrio da água corrente num arroio próximo, o monocórdico sibilo da trisa quente por entre a folhagem, fizeram despertar no Apóstolo a ideia de catequizar o pequeno burgo.

Na manhã seguinte, Tiago continuou a sua prelecção destinada a converter aquelas almas boas. Zides, porém, mais desconfiado, ia expondo ao Santo as razões do seu descrédito:

— Será justo adorar como Deus, outro homem tão mortal e tão sujeito às fraquezas humanas como eu?

Rapidamente se propalou a noticia de que um estrangeiro se albergara ali. Outra gente, pobres servos, escravos, pastores, miseráveis sujeitos à opressão do Senhor da Casa Grande, se acercaram do Apóstolo a ouvir pregar a igualdade dos homens. Até o senhor da terra era igual ao último dos seus servos!

Aquilo fazia confusão a uns, aquecia o coração de outros. E um dos ouvintes, que abanava a cabeça por descrença, falou:

— Se esse de quem falas tudo pode, porque não ressuscita At'air o pai, porque não dá a vista a Fear, porque não ordena a Mug que mova as suas pernas?

O ajuntamento desfez-se curtindo dúvidas.

Veio outra manhã. Então realizava-se o cerimonial fúnebre de At'air, que jazia sob a frondosa copa da Árvore Sagrada. Gibas e Zides informaram o Apóstolo e convidaram-no a assistir.

Presidia ao macabro acto um velho que vestia uma longa toga branca como a sua longa barba. Na mesa do sacrificio ardia uma grande fogueira consumindo um nédio vitelo.

Em louvor de Sal's — o Sol — entoavam-se cânticos. Quando as chamas se extinguíram errava no ar um odor acre proveniente da rez tostada. Cortaram a vítima e o presidente depôs junto da cabeça do morto um pedaço fumegante, ao mesmo tempo que, pronunciando impropérios, o convidava a comer. Todos então se levantaram, sopraram com força nas buzinas, tentando acordar o cadáver. As mulheres untavam o corpo frio de At'air com óleos e essências. Depois, cada um se serviu da carne do sacrifício.

Tiago julga chegado o momento. Abeirou-se dos circunstantes, Gibas e Zides apresentaram-no a An'main, o velho, como enviado de Sal's. Mas o Apóstolo apressa-se a desfazer a bem intencionada mentira. Que era, sim, o companheiro do filho de Deus! Centenas de pessoas voltaram o olhar para a cena. Lá estava também Mug, o paralítico, e Fear, o cego.

O Santo ora, pedindo a Deus o milagre. Toca com o seu bordão as pernas flácidas de Mug e ordena-lhe que caminhe, acaricia as órbitas de Fear incitando-as a encherem-se de luz. O paralítico larga os ganos de árvore em que se amparava e corre; o cego olha todos com espanto, abrindo desmedidamente os olhos na ânsia de tudo ver numa só vez! E das bocas rudes daquelas almas saem espantadas exclamações...

Tiago revive o episódio de Lázaro. Toma de novo o bordão, ergue-o sobre o cadáver, traça sobre este uma ampla cruz e cita as palavras divinas:

— Surge et ambula!

No meio daquela gente a maravilha e o terror emudece quantas bocas se abriram para gritar espantos. At'air ergue-se, sustém-se cambaleante e cai nos braços do Apóstolo.

Todos abraçaram a religião de Cristo!

Viveu aquele povo durante muitos dias aquela alegria. Mas Lucifer, vencido, jurara vingá-lo. Dizem que, comandando as hordas bárbaras, surpreendeu Gibas na cabana e friamente o assassinou, depositando o seu corpo num charco. Igual sorte teve Zides, enquanto pastoreava o rebanho no monte. Sepultaram-no entre as fragas.

O povo enfurecido e tentado pelos demónios, quisera mais crueza no assassinio e procuraram os corpos dos dois irmãos, para que fossem queimados em honra dos deuses, contra quem, por insídias dum estrangeiro, aqueles blasfemaram.

Porém, o charco onde Gibas fora depositado, transformara-se em formoso outeiro, atapetado por macia verdura; por outro lado, o fragoso alcantilado onde Zides tombara, afundara-se em planura, atoalhada por coloridas flores. Foi impossível à embravecida

gente determinar as campas dos dois santos mártires.

Dois mil anos depois deste cruento drama «o monte de Sangibas, a sudoeste da igrejinha de Vila Chã, ostenta as fronte verdequentas dos pinheiros e o ouro vivo dos matos, que em Maio, ao resplendor do sol, se engrinaldam, como a celebrar a memória e as virtudes dos santos, que ali deram a vida pela Fé de Cristo. Sanzides é hoje vasta e florida agra, ora verdejante de milheirais, ora ajardinada de flores campesinas e oliveiras cinzentas a debruçar orlas e rengas».

E acrescenta a mística lenda:

«Houve nos tempos de algum dia, nesta terra que pisamos, dois homens bons que morreram justificados e martirizados a defender a Santa Doutrina. Os corpos-santos foram dados à terra algures, só Deus sabe onde».

Condensado por Agostinho Pinto Teixeira



Interior da Capela do Senhor dos Mareantes, na Igreja da Misericórdia — Vila.

«Neve encastoadada no Azul»...

(EXCERTOS DE UM LIVRO DE 1913)

.....

A flutuar nesta nostalgia vejo qualquer coisa a sobressair da bruma, a alongar-se, a ganhar forma... É por certo o belo Cávado, o meu velho Celano, a mostrar-se à alma saudosa, molestada da longa ausência.

É ele, é ele!... Lá vai na lidairante jornada de trinta léguas, pelos baixios do vale, e por entre montados vestidos de urze, e bouças apinheiradas de esbelta tancharia.

.....

Que fugidio que vai, na ânsia de atingir o término da jornada e contemplar a especiosa formosura da ridente Princesa que o aguarda e recebe!

.....

Na persistente neblina, a esvair-se, vejo-o banhar a secular muralha do Marachão, fertilizar as pingues veigas de Fonteboa e os frescainhos campos de Gemeses.

Depois do cotovelo ajoelhante do Poceirão, lá aparece o espraiado areal da Barca, da cor da pele do leão, onde o sol, a brincar, põe a luzir paletas de mica, porventura ofirinas pepitas de ouro, naquela praia, ali posta para regalo das ninfas voluptuosas, das celánides, inspiradoras de poetas, as naiades e driades... que a fantasia criou para aliviar o espirito e dar assunto à Arte...

Boinho Celano! Bem fazes em ajoelhar, ante a maravilha que se te depara, depois das tortuosas fragosidades montesinas que exerastes ao nascer...

Alcandorado na riba suave, e pletórica de sol, o conjunto urbanístico faz a corte a velhos solares e aparatosas vivendas, que ostentam galhardetes de fidalguia e bem-estar, que soa nesta enormidade de Beleza, como hilariante e barulhenta gargalhada de regosijo telúrico.

.....

Mas, ansioso por chegar, o canseiroso Cávado vai seguindo, de um lado a beijar a frondejante orla fangueira; do outro a dar frescor à gandaresa campina, até alastrar em estuário e cindir-se em abraços às lezírias, suas filhas...

.....

Um traço negro suspenso sobre o rio em pegões de granito: é a ponte. Além, meio escondida pela vegetação — a Capelinha da Bonança.

Esposende na margem direita branqueja ao sol rutilante, a mostrar as suas graças e a segredar ao Cávado devaneios amorosos. À noite, quando o luar pratear as águas serenas do espaçoso estuário, belo como um lago de sonho, as Celánides nuas imergirão das cavernas submersas, onde, como as Valquírias do Reno guardam, não o fatídico anel dos Nibelungos, mas o encantado talismã de esmeraldinas Belezas cujo contacto traz a suprema felicidade do amor e o requintado sentimento da Poesia e da Arte.

As Celánides! As formosas filhas do Cávado! Como eu as adoro! Ninfas encantadoras! Sois a encarnação da Beleza e de vós irradia o halo luminoso que envolve a paisagem e a espiritualiza, na variegada paleta das tintas nobres que pincelam os campos, a afarulhada copa dos arvoredos, a ourescente lombada dos montes e a cerúlea cúpula que tudo abriga. Cúpula tão abonda de tons, que peneiradas as demasias sobre as águas, as transforma em espelho, onde o próprio céu se mira ufano e envaidecido da celeste Beleza...

... O Poeta pergunta e eu com ele:

*«Onde estão os pintores do meu país estranho,
que vêem isto tudo e não vêm pintar?»*

Onde estão eles? Que venham sem demora.

.....
MANUEL DE BOAVENTURA
(De Lágrimas de Memórias)

JOÃO TERRA DE SÁ

SEGUROS - REPRESENTAÇÕES

CORRESPONDENTE BANCÁRIO

Rua Narciso Ferreira

Telefone 89277

ESPOSENDE

O ÚLTIMO CAPITÃO-MOR DAS ORDENANÇAS DE ESPOSENDE E OUTROS CONTERRÂNEOS DO SEU TEMPO

por *João do Minho*

1. O CARGO DE CAPITÃO-MOR DAS ORDENANÇAS E ALGUNS DADOS BIOGRÁFICOS DAS PESSOAS QUE O EXERCERAM

1.1. A palavra capitão-mor foi empregada através dos tempos com diferentes aplicações¹. Havia o capitão-mor, chefe das ordenanças de um concelho ou unidade administrativa equivalente; também havia o capitão-mor governador de uma praça militar, tendo como seus subordinados vários capitães. Designava-se por capitão-mor da Armada, o comandante de esquadras de pequeno número de navios ou de menor importância.

O personagem central destas notas de nome José Cêzar de Faria Vivas de Villas-Boas Pereira era capitão-mor das ordenanças de Esposende. Quais as obrigações do seu posto?

Data de El-rei D. Sebastião o primeiro regulamento do cargo de capitão-mor das ordenanças, emitido a 10 de Dezembro de 1570 em Almeirim e intitulado «Dos capitães-mores e mais capitães e oficiais das companhias de gente de cavalo e de pé; e da ordem que terão em se exercitarem.»

Ali se estabelecia que o C. M.² deveria saber ao certo, com muita deligência e brevidade quanta gente há na sua capitania e termo que, conforme a lei é obrigada a ter armas. Tratava-se pois e antes de mais de um chefe de recrutamento militar. Competia ainda ao C. M. exercitar as gentes e fazer utilizar as armas, aproveitando os Domingos e Dias-Santos. E, duas vezes por ano, nas oitavas da Páscoa e no dia de S. Miguel, a gente de pé e de cavalo de cada vila ou concelho e seu termo, deverla juntar-se na vila com seus capitães e ir em ordenança com suas bandeiras e tambores ao lugar do exercício onde o C. M. estaria presente para os dirigir.

A tropa — uma espécie de exército de milicianos — tinha uma organização com base em «esquadras» constituída por 25 homens, sempre que possível vizinhos, e chefiados por um «cabo de esquadra».

O conjunto de 10 esquadras, portanto 250 homens, constituía uma companhia comandada por um capitão e tendo ainda um alferes, um sargento, um meirinho e um escrivão. As várias companhias de um concelho eram então comandadas por um capitão-mor, substituído nos seus impedimentos pelo sargento-mor.

Recomendava o Regulamento que os capitães mas sobretudo o capitão-mor deveriam ser as pessoas principais da terra «que tenham partes e qualidades para o cargo».

E como se nomeavam os capitães-mores?

Havia dois modos: ou por carta — patente directamente passada pelo Rei ou por eleição feita na Câmara.

Neste último caso, participavam na eleição os oficiais da Câmara e «pessoas que costumam andar na governança» estando presente o corregedor ou provedor da Câmara.

Estabelecia ainda o Regulamento que nas cidades, vilas e concelhos onde existam senhores dos mesmos lugares ou Alcaldes-mores (governadores de lugares que sejam praças fortificadas) eles exerceriam, sem qualquer outra provisão do Rei, o cargo de C. M.

Curiosa era a fórmula de juramento dos C. M. eleitos que a seguir se transcreve e que dá uma ideia geral das funções que estavam atribuídas: «Eu, fulano, que ora fui eleito por El-Rei nosso Senhor ou por seu mandato para capitão-mor da gente do lugar «tal» que sua Alteza para defesa dele manda armar, juro aos Santos Evangelhos, em que ponho as mãos que, quanto em mim for, terei sempre preparada a dita gente para serviço de Sua Alteza e defesa do dito lugar e obediente aos seus mandatos como bom e leal vassalo; e favorecerei as suas justiças e as ajudarei em todos os casos que se ofereçam e por elas me for requerido e em que da minha ajuda tiverem necessidade; e com a dita gente, em defesa do dito lugar farei guerra na maneira que por Sua Alteza me for mandado. E assim mesmo juro aos Santos Evangelhos que da dita gente, nem de parte dela, usarei nem me ajudarei

em caso algum particular meu, de qualquer qualidade que seja, posto que muito toque e importe a segurança da minha vida ou conservação e acrescentamento da minha honra, nem que toque ou importe a algum parente meu, ainda que seja muito chegado, nem a algum meu amigo nem a outra pessoa alguma. E de todo o sobredito faço preito e homenagem a Sua Alteza, uma, duas e três vezes segundo o uso e costume destes seus reinos e lhe prometo e me obrigo que o cumpra e guarde inteiramente como acima é dito, sem arte, cautela, engano ou mingoamento algum. E outrossim juro aos Santos Evangelhos que cumprirei e guardarei em tudo o meu Regimento e usarei inteiramente da jurisdição que por S. A. me é dada sem usar de mais alguma outra jurisdição. E por certeza do que é dito, assino aqui de minha mão, em tal parte, a tantos de tal mês de tal ano».

As funções genericamente descritas, permaneceram mais ou menos inalteráveis até à supressão das ordenanças e do cargo de capitão-mor com a reorganização administrativa e militar decretada pelo regime constitucional, após 1834.

1.2. Logo após a elevação a vila, deve ter sido provido o lugar de capitão-mor de Esposende pois encontramos referência³ a Gaspar de Barros da Costa capitão-mor de Esposende, nomeado pelo Duque de Bragança D. João, após a morte do Rei Cardeal D. Henrique, por carta de 1 de Fevereiro de 1580⁴.

Gaspar de Barros da Costa era filho de Diogo Afonso de Araújo, Almojarife da Alfândega de Esposende, por sua vez filho de Afonso Vaz Ribeiro, abade de Vila Chã, S. Miguel das Marinhas e S. Martinho de Gandra, sendo a apresentação da igreja de Vila Chã de seus avós e parentes.

Os apelidos que usou eram de sua mãe, D. Grácia de Barros da Costa, cuja ascendência Felgueiras Gayo trata no seu Nobiliário⁵.

A Casa do Rego, ao que suponho, a mais antiga casa senhorial da vila foi fundada por um irmão do pai do primeiro capitão-mor, de nome Pedro Annes que teve a apresentação das igrejas de seu pai Afonso Vaz Ribeiro e que foi também abade e comendador de S. João de Arga, que lhe deu o Marquês de Vila Real, D. Miguel de Meneses, a quem acompanhou quando este foi a Badajoz, em 1552, receber a Princesa D. Joana de Castela, que viria a ser mãe de D. Sebastião.

Irmão da mãe do Capitão-mor Gaspar de Barros da Costa, foi o Padre António de Barros da Costa, vigário de Esposende, um dos primeiros a assinar o livro dos irmãos da Santa Casa da Misericórdia de Esposende, fundada no tempo do Rei Cardeal D. Henrique (1578-1580).

O primeiro capitão-mor de Esposende, a que nos vimos referindo, acompanhou o Duque de Barcelos D. Teodósio, ainda criança, filho do Duque de Bragança, na batalha de Alcácer Quibir, (as terras de Esposende eram senhorio da Casa de Bragança) por carta que este lhe enviou em 25 de Agosto de 1578. Com ele, foi um dos seus filhos, Gregório de Barros de Costa que morreu naquela batalha. O capitão-

-mor regressou vivo, muito embora o seu nome não conste da lista das principais pessoas do Reino de que nos fala o prof. Queiroz Veloso no seu livro «D. Sebastião» (Empresa Nacional de Publicidade, 1945). Sabe-se, porém, que foi um dos fidalgos do Minho mais poderosos, no seu tempo. Diz-se que⁵ na capela mor da Igreja Paroquial de Esposende (cujas obras, em parte, já estavam feitas em 1566), do lado da epístola, existia uma sepultura, em cuja campa se lia: «Aqui jaz Gaspar de Barros da Costa, senhor da sepultura desta Capela — Ano de 1583»⁶.

Casou o primeiro capitão-mor de Esposende com D. Filipa Cardoso, filha de Jerónimo Saraiva, de Mesão Frio, e de sua mulher Guiomar Nunes.

Neste casamento há um facto curioso: a sogra do capitão-mor, Guiomar Nunes era filha de Mestre Tomaz da Victória, judeu baptizado em pé, da Casa do Mestre Thomaz Rabino, de Barcelos⁷.

Do casamento, teve o capitão-mor 6 filhos: Gregório, que morreu em Alcácer Quibir como já se disse; Pedro (senhor do morgado do Couto de Tibães), Marcos, Madalena (a quem nos referimos a seguir), Albina que casou com Domingos Teixeira, morgado de Perdigão, com «capela» em Palmeira e que julgo ter também sepultura na matriz de Esposende e Ana de Barros.

1.3. Foi segundo capitão-mor de Esposende, Belchior Vaz Pereira⁸, governador da barra de Esposende, juiz da Alfândega e que era filho de Gonçalo Annes de Vilela, segundo uns ou de Simão Pereira segundo outros, médico em Barcelos, este também descendente de Mestre Tomaz da Victória, judeu já referido.

Este segundo capitão-mor foi também senhor da Casa do Rego, pois casou com D. Madalena de Barros, filha do primeiro capitão-mor a quem nos referimos acima. Foi um dos primeiros irmãos da Santa Casa da Misericórdia de Esposende.

Entre os vários filhos, teve um, o Padre Calisto Pereira de Barros, também irmão da Misericórdia, que foi vigário de Esposende. Ao fazer-se a sua inquirição para o exercício sacerdotal, foi mandado purgar como descendente que era de Mestre Thomaz da Victória que, com sua filha Guiomar Nunes, se baptizou de pé⁹.

1.4. Em todo o século XVIII só conhecemos, como capitães-mores de Esposende, dois nomes: Manuel Machado de Miranda Pereira Vilas-Boas, da Casa do Craveiro, na vila de Esposende e Custódio José de Faria Vivas, senhor da casa e quinta de Passos na freguesia de S. Tiago de Caldelas, no concelho de Amares.

Todavia, sabemos, por um registo de baptizado de D. Maria de Vilas-Boas, filha do capitão Manuel Ferreira do Rêgo, datado de 27 de Julho de 1684, que seu padrinho foi o capitão António Machado de Abreu, Alcaide da Vila de Esposende.

Ora, nos termos do Regimento de D. Sebastião¹⁰ quando houvesse Alcaide este exerceria a função de capitão-mor. É natural, pois que em largos espaços de anos, o lugar de capitão-mor não estivesse provido, por existir Alcaide. Será assim?

Quanto a Manuel Machado Miranda Pereira Vilas-Boas, ele foi capitão-mor pelos anos de 1730. Foi Provedor da Santa Casa de Misericórdia de 1729 a 1731.

Este capitão-mor era esposendense por nascimento.

Seu pai era o Dr. Bernardo Ferreira Machado, filho de Cipriano Ferreira Moura, da vila de Barcelos e de D. Mariana Machado Soares, da Casa do Craveiro, da Vila de Esposende.

Por notas de arquivo de família¹¹, sabemos que um neto de David de Miranda Soares, senhor da Casa do Arco, da Vila de Guimarães, de nome Manuel Machado Soares viera para Esposende (Alcaide? Juiz dos órfãos? Não sabemos) e aqui constituiu família.

Bernardo Soares de Miranda (que supomos filho do referido David) foi provedor da Misericórdia em 1629 e o referido Manuel Machado Soares provedor em 1674. Devem ser pai e filho.

O que sabemos certo é que Manuel Machado Soares teve uma filha: a referida D. Mariana Machado Soares avó do capitão-mór a que nos referimos.

A mãe do capitão-mor era D. Urbana Pereira Vilas-Boas, senhora oriunda de famílias de Esposende, quer por seu pai Francisco Pereira Vilas-Boas, quer por sua mãe, D. Jerónima de Moraes¹².

Este capitão-mor Manuel Machado, tirou carta de braço de armas no reinado de D. João V donde consta a sua ascendência, gravando no seu escudo esquartelado, as armas de Machados, Mirandas, Peireiras e Vilas-Boas. Estas armas constavam de uma pedra existente na frontaria da Casa do Craveiro que o Padre Manuel Martins de Sá Pereira, Presidente da Câmara de Esposende se lembrava de ter visto. São as mesmas que estão na Casa dos Valérios na Barca do Lago, pois aí casou uma irmã do capitão Manuel Machado de nome Mariana Machado Miranda, com Francisco Ferreira Neves, natural de Gemeses.

Há quem pense que a antiga Casa do Craveiro, outra das casas senhoriais da Vila, também já destruída, era dos Fogaças. A referência vem do facto de uma outra senhora daquela Casa, de nome Rosa Machado Miranda, ter casado com Francisco António do Monte Fogaça, oriundo de Barcelos, bacharel formado em Direito que veio para Esposende no começo do século XVIII.

Não temos mais notícias deste capitão-mor Manuel Machado Miranda Pereira Vilas-Boas que antes havia sido sargento-mor das ordenanças de Esposende. Apenas algumas referências dizem ter ido para Viana do Castelo e aí ter casado havendo descendência. Por outro lado, num registo das sepulturas da sua família, o capitão-mor Custódio José de Faria Vivas (a quem nos referimos a seguir) descreve assim uma delas: «Tenho parte em outra sepultura na mesma capela (Misericórdia) pegada à primeira dos Magalhães, digo pegada da que comprei à viúva do Magalhães e mais para sul desta, como herdeiro que sou de Prudência Pereira Machado a qual era irmã do capitão-mor Manuel Machado de Miranda e que tinham herdado de seu pai

Bernardo Ferreira Machado e hoje pertence a mim e aos filhos do Manuel Machado, capitão-mor»¹³.

1.5. No final do Século XVIII era capitão-mor de Esposende Custódio José de Faria Vivas. Nasceu na freguesia de S. Tiago de Caldelas, filho do Capitão João Manuel de Faria Vivas, senhor da casa e quinta de Passos naquela freguesia e administrador do vínculo de Vilar, e de D. Engrácia Angélica Ferreira de Faria, natural de Esposende.

Vejamos um pouco da família de seu pai e de sua mãe.

A família Vivas era de origem espanhola tendo passado a Portugal no final do sec. XVI, começo do sec. XVII, estabelecendo-se na região denominada então por terras da Nóbrega (Amares, Vila Verde e Ponte da Barca).

O primeiro personagem desta família que conhecemos em Portugal é João Soares Vivas (ou Vives) de que existem várias referências.

Ao descrever a freguesia de Aboim da Nóbrega, hoje concelho de Vila Verde diz-se num livro publicado¹⁴ há poucos anos: «ali nasceu João Soares Vives, capitão-mor das naus da Índia a quem Filipe IV de Espanha concedeu o título de Conde d'Anóbrega.»

Num livro escrito em 1655 em que se relatam os grandes feitos dos portugueses na Ásia¹⁵ citam-se as andanças de João Soares Vivas no Extremo Oriente, pelos anos de 1624 sobretudo nos combates com os holandeses que por lá andavam a subtrair ao domínio português o comércio e as terras que haviamos adquirido¹⁶.

Dele foi filho o capitão Afonso Soares Vivas que casou em Caldelas com D. Luisa de Faria, administradora do vínculo de Vilar, de quem nasceram o capitão Manuel Soares de Faria Vivas, o Padre Francisco Vivas Soares e D. Inês e D. Luisa que faleceram solteiras.

O Capitão Manuel Soares de Faria Vivas fez testamento em Braga em 1705, donde era natural sua mulher D. Isabel Francisca de Araújo, ao que supenho de uma casa situada na Rua dos Chão-de-Cima, aonde viveu com seu marido. Era senhor, além da Casa e quinta de Passos, em Caldelas e administrador do vínculo de Vilar, da Casa de Santa Marinha, não sei aonde situada.

Deste casal nasceu o capitão João Manuel de Faria que era filho único menor quando seu pai morreu e de quem foi tutor seu tio Padre Francisco Vivas Soares e que casou com D. Engrácia Angélica Ferreira de Faria, pai e mãe do Capitão-mor Custódio José, como se disse atrás.

Esta senhora pertencia à família Faria de Esposende aqui estabelecida desde o século XVI e que supomos ser, juntamente com os Vilas-Boas, os dois ramos de famílias barcelenses que vieram para a vila quando da sua fundação, ocupando todos eles, postos importantes da administração local.

Por alturas de 1570 havia em Esposende um homem rico, talvez com negócios ligados à actividade do porto de mar, então florescente. Chamava-se Manuel Gil e não sabemos o apelido de família. Foi irmão da Santa Casa da Misericórdia de Esposende a partir de 1598 sendo seu Provedor em 1605.

Casou com D. Catarina de Faria, da quinta de Pedregal, solar dos Farias, na freguesia de Faria, concelho de Barcelos e descendente de D. Álvaro de Faria, armado Cavaleiro pelo Mestre de Aviz na véspera da Batalha de Aljubarrota, filho de D. Nuno de Faria (o alcaide esquartejado) e irmão de D. Gonçalo Nunes de Faria (o Alcaide que defendeu o castelo) ¹⁷.

Deste casamento nasceram Francisco de Faria e Domingos de Faria, este irmão da Misericórdia em 1610.

D. Francisco de Faria descende D. Domingas de Faria que casou em Esposende com Manuel Martins. Um irmão de D. Domingas de Faria foi o Abade João de Faria irmão da Misericórdia aonde entrou com muita pompa em 1627. Os demais irmãos declararam que «aceitavam o dito reverendo, abade desta Misericórdia, assim pela virtude e autoridade de grã-pessoa como por ser natural desta dita vila aonde seus pais e avós serviram com muito fervor esta Santa Casa e ela ajudaram a fundar e o mesmo fazem seus parentes actualmente, que nesta vila residem» ¹⁸.

De D. Domingas de Faria e Manuel Martins nasceu D. Engrácia de Faria, baptizada em Esposende a 28 de Agosto de 1670 e que casou também em Esposende, a 18 de Janeiro de 1688 com Baltazar André Ferreira, também de uma família — a dos Ferreiras — que aparece radicada e com fortuna em Esposende desde os tempos da elevação a Vila, e que foi Provedor da Misericórdia de 1700 e 1727.

De Baltazar André Ferreira e D. Engrácia de Faria nasceram 5 filhos: António a quem nos havemos de referir mais adiante, D. Engrácia Angélica casada com o capitão João Manuel de Faria Vivas, pais do capitão-mor Custódio José a quem nos estamos a referir, o Padre Custódio Ferreira de Faria, Vigário de Esposende, Filipe e Maria.

Este, em resumo, o historial conhecido, dos pais do capitão-mor Custódio José de Faria Vivas, que veio de Caldelas para Esposende muito novo.

Na realidade o referido Padre Custódio Ferreira de Faria dizia, em 4 de Março de 1749 que «em virtude da doação de bens e nomeação de Prazos que junta, quer tomar posse, judicialmente, em todos os que se acham neste concelho (Amares) de qualquer natureza que sejam, principalmente na freguesia de S. Tiago de Caldelas, por si e como administrador de seu sobrinho Custódio José de Faria Vivas, filho de seu cunhado João Manuel de Faria Vivas, viúvo, nomeante e doente». Tratava-se dos bens que o Padre Domingos Soares Vivas, da freguesia de Covas, termo de Ponte da Barca, doara a seu sobrinho Custódio José.

Naquela data, o futuro capitão-mor deveria ter muito poucos anos pois em 1759 ainda era menor e tendo como tutor o capitão António Ferreira de Faria, outro dos irmãos de sua mãe, este requereu que tendo falecido o pai de Custódio César, este possa continuar a questão que corria no tribunal da Comarca de Viana do Castelo entre o pai de Custódio José e seu primo Afonso Pereira de Azevedo, senhor da Casa de Boavista em Caldelas (era casado com uma senhora Faria Vivas e a herança do Padre

Francisco Vivas Soares levantava vários problemas) ¹⁹.

Ora é de supor que pelo menos em 1759 e ainda menor, Custódio José vivia já em Esposende. Em 1766 era estudante legista na Universidade de Coimbra. Quando atingiu a maioridade além de passar a ser senhor da Casa e quinta de Passos em Caldelas, da Casa de Santa Margarida, da Casa da Rua dos Chãos de Cima em Braga, era administrador dos vinculos de Vilar e de Palmeira, este último por ter falecido uma sua parenta já afastada sem geração, sendo ele o familiar mais próximo ¹⁹.

Casou Custódio César com uma senhora de Esposende: D. Maria do Rosário de Vilas-Boas Pereira, da Casa da Praça — outra das casas senhoriais da vila — e de muitos bens no concelho de Esposende, filha de Francisco Álvares e de D. Maria Madalena de Vilas-Boas Pereira, esta, prima do capitão-mor a que nos referimos anteriormente, Manuel Machado de Miranda Pereira Vilas-Boas.

Por este casamento a Casa da Praça, em frente ao Município de Esposende, passou a ser conhecida por casa do capitão-mór ²⁰.

Vejamos um pouco da família de D. Maria do Rosário.

Seu pai, Francisco Álvares, pertencia aquela espécie de pessoas que tendo, por si, conquistado fortuna, procurou vinculá-la para com ela prover o sustento dos seus descendentes. Nada sabemos da sua ascendência, salvo que era filho de outro Francisco Álvares e de Maria Rodrigues, da freguesia de S. Miguel das Marinhas.

Sua mãe, D. Maria Madalena era senhora da Casa da Praça, segundo pensamos, e casou em 21 de Março de 1742 com o dito Francisco Álvares. Descendia de ilustres famílias esposendenses, pois era filha legítima do capitão João de Vilas-Boas e Moraes, provedor da Misericórdia, e de D. Francisca Pereira do Lago de Vilas-Boas e Moraes; neta pelo lado paterno de Manuel Dias e de D. Ana de Vilas-Boas e pelo lado materno de Francisco Pereira do Lago Vilas-Boas e de D. Jerónima de Moraes de Aguiar Leitão ²¹.

Há aqui um conjunto de famílias que se entrecruzam. A dos Vilas-Boas está aqui por descendência do capitão Manuel Martins de Vilas-Boas, familiar do Santo Ofício, natural de Esposende aonde fez testamento em 1686, Provedor da Misericórdia, que tinha um irmão Padre de nome Pedro de Vilas-Boas e um filho, também Padre, de nome Manuel de Vilas-Boas, ambos capelães da Misericórdia; além de uma filha, D. Maria de Vilas-Boas, que foi casada com António Pereira do Lago, pais do acima referido Francisco Pereira do Lago Vilas-Boas.

Há, por outro lado, a família Moraes que aparece no século XVII em Esposende, unida aos Vilas-Boas, aos Caminhas e aos Araújos. E unida também aos Leitões do Couto de Cambezes, em Barcelos.

O referido Capitão Manuel Martins de Vilas-Boas era casado com D. Maria de Moraes. E o também referido Francisco Pereira do Lago Vilas-Boas era como se disse casado com D. Jerónima de Moraes de Aguiar Leitão, oriunda do Couto de Cambezes, tendo ascendentes cristãos-novos ²².

Como curiosidade, citamos uma escritura de 16 de Abril de 1760 pela qual D. Jerónima de Moraes tomava dinheiro a juros a dois indivíduos da abastada família dos Ferreiras de Esposende, com o fim de remir do cativo de Argel o seu marido Francisco Pereira do Lago Vilas-Boas, ao que suponho capitão de naus, que havia sido aprisionado por piratas que nessa época eram frequentes nas nossas costas²³. Não era rica essa senhora.

Quanto à família Pereira do Lago era de Braga aonde ocupou vários postos no século XVIII.

Voltemos agora ao C. M. Custódio José e a sua mulher D. Maria do Rosário que tinha por irmão um vigário de Esposende, figura muito culta, licenciado pela Universidade de Coimbra e de nome Manuel Pedro de Vilas-Boas Pereira.

Dissemos já que Custódio José de Faria Vivas era homem de muitos bens.

Não sabemos a data da sua nomeação como capitão-mor de Esposende. O documento mais antigo que vimos em que ele vem referido nessa qualidade, data de 1799; mas o imediatamente anterior que também consultamos, datado de 1776, não o refere com essa qualidade. Presumimos que haja sido nomeado ou eleito na década de 1780/1790.

Uma das características deste homem, além do arrumo e pormenor com que organizava as contas da administração de sua casa, foi a preocupação que teve em adquirir os bens que, no concelho de Esposende, haviam sido pertença dos avoengos de sua mulher e que andavam nas mãos de parentes afastados e que aqui não viviam²⁴.

Na sociedade portuguesa dos séculos XVII e XVIII havia pessoas que ascendiam à classe dos nobres pela sua riqueza. A maneira de prolongar esse estado era instituir vínculos. Estes eram conjuntos de bens que estavam indissolúvelmente ligados a uma família. Tratava-se de uma forma de propriedade inalienável e indivisível transmitida em linha masculina, com exclusão de irmãos que apenas recebiam subsídios tirados desses bens. Não existia, pois, o direito de testar e, em cada momento, o possuidor do vínculo não é mais do que o administrador dos bens que o integram²⁵.

Chamava-se «morgado» ao vínculo de bens laicos a uma família nobre.

Mas havia outra forma de vínculo chamada «capela». Esta era também um conjunto de bens em princípio affectos a uma obra pia, para assegurar o culto, mas acabou por constituir um morgado ligando-se, como este, indissolúvelmente a uma família que além de cumprir os deveres religiosos inerentes a tal fundação, gozava do usufruto desses bens.

Ora a família de D. Maria do Rosário de Vilas-Boas Pereira era titular de muitas «capelas» de cuja administração o capitão-mor seu marido se foi encarregando por compras que fazia aos parentes afastados de sua mulher. Todavia, como os respectivos rendimentos não compensavam os encargos e aproveitando a «lei novíssima» então publicada requereu ao Rei a abolição de tais capelas, nas quais se incluíam²⁶:

- três instituídas por Maria Gonçalves, Maria de Vilas Boas e Margarida Velha, abolidas por D. José I em 3-2-1776;
- uma, instituída pelos capitães António Gonçalves de Moraes, Manuel Martins Vilas-Boas e sua mulher D. Maria de Moraes, abolida em 4-2-1799 por D. Maria I;
- uma, instituída pelo Padre Manuel de Vilas-Boas com a particularidade de ter bens em 10 freguesias do Concelho de Esposende, abolida naquela mesma data;
- uma, instituída por Sebastiana Francisca de Moraes, abolida naquela mesma data;
- uma, instituída por D. Francisca de Moraes, abolida naquela mesma data;
- uma, instituída pelo capitão Manuel Martins Vilas-Boas e seu irmão Padre Pedro de Vilas-Boas, abolida naquela mesma data.

O Capitão-mor Custódio José de Faria Vivas faleceu em Esposende a 4 de Fevereiro de 1809, sendo sepultado junto de sua mulher D. Maria do Rosário, na sepultura do Padre Manuel de Vilas-Boas, «na capela do Senhor da Praça na Misericórdia de Esposende e fica ao pé dos degraus do altar, debaixo da lâmpada para a parte do sul»²⁷.

Custódio José havia sido Provedor da Misericórdia em 1780. Deixava uma enorme fortuna e três filhos: D. Luísa Libânia, D. Ana Margarida e José César. A primeira viveu solteira. Dos dois últimos falaremos a seguir.

1.6. José César de Faria Vivas de Vilas-Boas Pereira é o personagem central deste opúsculo. Filho, como se disse, do capitão-mor das ordenanças de Esposende Custódio José de Faria Vivas e de D. Maria do Rosário de Vilas-Boas Pereira, não sabemos exactamente a data em que nasceu. Mas que nasceu em Esposende é certo, pois encontra-se essa naturalidade em vários documentos que consultamos²⁸.

Foi ele o último capitão-mor das ordenanças de Esposende, cargo que exerceu entre 13 de Março de 1809 e 6 de Maio de 1834.

Corresponderam estes 25 anos a um dos períodos mais agitados da nossa história em que na sociedade portuguesa se cavavam divisões e ódios que permaneceram por muitos anos.

Repare-se que em 1809 é o ano da 2.^a invasão francesa que teve como teatro de operações o Norte da país. E que foi em 1834 que se celebrou a Convenção de Évora Monte de que resultou a expatriação de D. Miguel, após a guerra civil que teve lugar no país. Nesse mesmo ano morre D. Pedro IV subindo ao trono sua filha D. Maria II.

Noutros capítulos vamos descrever algumas ocorrências que demonstram a vida atribulada que este capitão-mor levou. Ao descrevê-las, faremos referência a outros esposendenses de cuja vida conhecemos alguns passos curiosos. Por agora, e como fizemos a respeito dos anteriores capitães-mores, vamos dar alguns apontamentos sobre as relações familiares.

José César casou em Palmeira do Faro, em cuja

Quinta da Seara vivia de quando em vez, com D. Antónia Margarida de Faria Vivas Freire de Andrade. Foi a 14 de Setembro de 1825, sendo ele capitão-mor há já 16 anos.

D. Antónia Margarida era sua sobrinha, por ser filha de sua irmã D. Ana Margarida de Faria Vivas de Vilas-Boas Pereira e do capitão de artilharia António Basílio de Faria Freire de Andrade de Azevedo e Araújo. Nasceu em Esposende a 3-4-1808 e faleceu na mesma vila a 30-5-1881.

Da família da mãe de D. Antónia Margarida já dissemos o suficiente.

Quanto ao seu pai que também era natural de Esposende, vamos dar algumas notas familiares.

António Basílio nasceu em Esposende no ano de 1774, filho do Dr. Filipe Custódio de Faria Freire de Andrade, nascido em Esposende a 1-2-1742, bacharel formado em leis, Cavaleiro professo na Ordem de Cristo, Juiz desembargador da Relação do Porto, e que havia também desempenhado o lugar de Ouvidor, em Sergipe de El-Rei, no Brasil, por despacho de 1 de Setembro de 1786; e de D. Antónia Rosa de Azevedo Araújo e Lima, nascida em Ponte de Lima a 21-8-1752 e falecida em Esposende em 28-10-1816.

O referido Dr. Filipe Custódio que doou o altar de Santo António na matriz de Esposende era de raiz esposendense, pois o seu pai era o capitão-de-mar-e-guerra das naus da Índia, António Ferreira de Faria a quem também já nos referimos, casado em Esposende com D. Josefa de Faria Freire de Andrade. Aqui nos encontramos de novo com a família Faria já referida a propósito da mãe do Capitão-mor Custódio José, de nome D. Engrácia Ferreira de Faria e que era irmã do dito capitão António Ferreira de Faria.

Quer isto dizer que D. Antónia Margarida, mulher do capitão-mor José César além de ser sobrinha deste, por parte de sua mãe, era também prima por parte de seu pai.

Fixemo-nos agora, de novo, em António Basílio. Sobre a sua carreira militar diremos mais alguma coisa a propósito das Invasões francesas. Por agora acrescentemos algumas notas de índole familiar.

Em 1792 fez as justificações da lei para entrar como cadete, com a idade de 18 anos, no Regimento de Artilharia n.º 4 do Porto. Foram então ouvidas testemunhas sobre a veracidade das razões que alegava para assentar praça como cadete. Em Ponte de Lima, terra de sua mãe, foram ouvidos o respectivo capitão-mor António de Couros Carneiro de Vasconcelos Sottomayor, Amaro de Azevedo Vasconcelos Araújo e Gama, da Casa da Castanheira, em Cepões, Joaquim José de Azevedo Araújo e Gama, Marcos António da Silva Costa, correio-mor da Vila de Ponte de Lima, José Calheiros de Portugal e Miranda, da Casa de Antepaço, Martim Pereira de Abreu Amorim Sá Sottomayor.

As inquirições fizeram-se também em Esposende, presididas por João Pinheiro, vereador mais velho da Câmara, Juiz pela lei e dos órfãos, na vila de Esposende e seu termo e ainda Juiz dos órfãos dos concelhos anexos de Vila Chã e Larim e Portela. Passava-se isto em 9 de Outubro de 1792 e as pessoas que depuseram foram: Manuel Jácome de Vi-

las-Boas, escrivão de Alfândega, Manuel Lourenço Vieira, da nobreza da Vila, Sebastião de Faria Vieira da nobreza da Vila, João Filipe da Silva Pinto e Castro, mestre em Artes e professor régio de gramática latina na Vila, André Homem de Faria, bacharel formado nos sagrados cânones e João dos Santos Malheiro, escrivão dos órfãos.

O tabelião encarregado de redigir os resultados das averiguações foi Joaquim José Veloso da Silva Pinto e Castro.

Transcrevemos um extracto do testemunho do referido escrivão dos órfãos, então de 66 anos de idade: «disse sabe, por o ver e conhecer, que as testemunhas a ela perguntadas são pessoas muito verdadeiras e da melhor nobreza e antiguidade da terra, capazes somente de dizer a verdade e cujos ditos e depoimentos, ele testemunha, autoriza e abona por verdadeiros; e quanto ao conteúdo de dita súplica disse saber pelo ver e conhecer e ser público a todos que o justificante (António Basílio) pretendente, é mesmo filho do Doutor Filipe Custódio de Faria e Andrade, Professo na Ordem de Cristo e actual Ouvidor da cidade de Sergipe d'El-Rei, natural desta Vila aonde tem a sua morada, família e tendas e de sua mulher D. Antónia Rosa de Azevedo e Araújo; e que ele é neto pela parte paterna de António Ferreira de Faria e de sua mulher D. Josefa de Faria e Andrade; cujo avô era uma das principais pessoas da nobreza desta vila na qual, além de servir de Provedor da Misericórdia e Vereador, postos sempre anexos aos nobres da terra, fora também juiz de Alfândega e recebedor dos quatro e meio por cento, homem muito rico, com dinheiros, quintas, fazendas, bestas e escravos por forma que applicou todos os seus filhos aos Estados honrosos tanto de letras como de Armas, formando na Universidade de Coimbra a maior parte deles o que se verifica no pai do pretendente justificante e em seu tio Custódio César de Faria hoje major do Regimento de Artilharia do Porto, sendo também sobrinho do actual capitão-mor desta vila de Esposende, Custódio José de Faria Vivas...»²⁹

Deixemos os laços familiares de António Basílio, por sua mãe D. Antónia Rosa, natural de Ponte de Lima, já que nos queremos sempre centrar em personagens esposendenses.

Vê-se pelo referido depoimento a opulência de António Ferreira de Faria. Não refere porém, a função de capitão-de-mar-e-guerra que outros documentos afirmam, acrescentando por vezes, «das naus da Índia». Também não refere a família da mulher deste personagem: D. Josefa de Faria Freire de Andrade. Esta senhora era filha do capitão João de Oliveira Machado de Miranda, da Casa do Craiveiro da Vila de Esposende e de D. Josefa de Faria e Andrade, que vivia em Vila Nova de Gaia aonde havia um prazo de sua família oriunda de Felgueiras, da Casa de Torrados (também com nomes de família Faria, Machado, Miranda e Freire de Andrade).

Não adiantamos mais sobre os laços familiares de António Basílio, pai da mulher do capitão-mor José César, D. Antónia Margarida. Mais adiante encontraremos um seu irmão de nome José Joaquim

de Faria Azevedo e Araújo e, de novo, o seu tio paterno Custódio César de Faria: o primeiro a propósito das lutas entre liberais e miguelistas; e o segundo, a propósito da 2.^a invasão francesa.

O capitão-mor José César morreu em Esposende a 7-9-1855 e jaz enterrado no cemitério, em campa rasa, mas com inscrição visível na pedra da sua campa.

Deixava os seguintes filhos:

- D. Luísa Rita que casou com seu primo António Fernando de Faria Pessoa, de que há ainda hoje geração;
- D. Maria Carlota, nascida em Esposende a 8-5-1829 e falecida aqui em 4-4-1874, casada em Esposende em 3-2-1864 com o Dr. Lourenço da Costa Leitão, bacharel formado em direito, delegado ao Procurador Régio na Vila, natural de Viatodos, falecido em Esposende a 13-2-1880 e filho de António José Leitão e de sua mulher D. Bernarda da Costa Moreira de Castro e Araújo; há ainda hoje geração deste casamento;
- D. Maria Mariana Tereza que faleceu solteira;
- José Maria César, o morgado da Seara, que morreu solteiro, em Amares, em 1900.

2. O CAPITÃO-MOR JOSÉ CÉZAR E OUTROS ESPOSENDENSES PERANTE A 2.^a INVASÃO FRANCESA (1809)

2.1. Em 9 de Março de 1809 o general Soutt atravessava a fronteira Portuguesa entre Monterey e Chaves, dando início à 2.^a Invasão Francesa.

O penúltimo capitão-mor de Esposende, Custódio José de Faria Vivas havia morrido um mês antes, a 4 de Fevereiro de 1809.

O novo capitão-mor José César, filho do anterior, no dia da invasão ainda não estava nomeado, o que veio a suceder escassos dias após, precisamente a 13 de Março.

2.2. Esta 2.^a invasão teve lugar quase 5 meses após a saída das últimas tropas de Junot, que abandonaram Lisboa em Outubro de 1808, deixando o país completamente desorganizado, nomeadamente quanto a forças militares. O rei e a família real encontravam-se ausentes no Brasil desde 1807.

Portugal era governado por um conselho de Regência que o Príncipe Regente o futuro D. João VI (sua mãe D. Maria I ainda era viva, embora enlouquecida) nomeava por decreto de 26 de Novembro de 1807, antes da sua partida para o Brasil e que sintomaticamente, o delegado do Governo Inglês em Portugal, Dalrymple anunciava ao país em 18 de Setembro de 1808 como constituído pelas mesmas pessoas que o Príncipe Regente nomeava, salvo dois membros que haviam sido considerados colaboradores com os Franceses, no período em que Junot estivera em Portugal.

O conselho de Regência procurou a reorganização do exército com auxílios dos Ingleses estacionados em Portugal. Mas, para além dessa tarefa, nos últi-

mos meses de 1808 e começos de 1809 encheu as prisões de indivíduos suspeitos de maçons, jacobinos e amigos dos invasores franceses³⁰.

Por decreto de 14 de Outubro de 1808 mandaram-se criar 6 batalhões de caçadores, 24 Regimentos de Infantaria, 12 Regimentos de Cavalaria e 4 Regimentos de Artilharia, totalizando cerca de 53.000 homens como tropas de linha.

A esses homens se juntavam 48 regimentos de milícias, atingindo outros 53.000 homens.

Tudo isto se fazia à pressa, com o país em elevado estado de anarquia e com um grande contingente de tropas enviado para França constituindo a Legião Portuguesa, organizada em 1807 por Junot, comandada pelo Marquês de Alorna e tendo como segundo comandante Gomes Freire de Andrade. A Legião era formada por grande número dos nossos melhores oficiais e o seu comportamento ao serviço de Napoleão, nomeadamente na campanha da Rússia, criou-lhe grande fama.

Com os Chefes que ficaram em Portugal procurou o Conselho de Regência organizar o melhor possível a nossa resistência militar. Um desses Chefes era Bernardim Freire de Andrade, primo de Gomes Freire, e que tinha no seu activo de militar feitos notáveis praticados na campanha do Russilhão e na «guerra das laranjas» (1801). Bernardim Freire de Andrade foi encarregado, em Outubro de 1808, da defesa do partido do Porto, que abrangia o Entre-Douro e Minho.

Outro homem ilustre, Francisco da Silveira Pinto da Fonseca, mais tarde conde de Amarante, havia sido nomeado para a defesa de Trás-os-Montes com quartel-general em Vila Real.

Entretanto a 1 de Março de 1809 chegava a Lisboa o Marechal Beresford, como organizador supremo do nosso exército, na sequência de ordem que a corte do Rio de Janeiro dava ao nosso embaixador em Londres para conseguir que o governo britânico nos enviasse um dos seus melhores oficiais.

Uma vez que o Marechal Wellesley — mais tarde duque de Wellington e vencedor de Napoleão em Waterloo — havia assumido o comando das tropas anti-francesas na Península Ibérica, Beresford correspondia aos desejos do Príncipe Regente.

2.3. Desde que Bernardim Freire de Andrade chegou ao Porto procurou inteirar-se do estado da defesa militar no Norte de Portugal. A situação era desesperada, num momento em que os franceses já concentravam forças na Galiza.

É neste apressar de toda uma organização militar do Norte, sob o comando de Bernardim Freire que vamos encontrar alguns Esposendenses preenchendo vários postos. Em Janeiro de 1809 escolhe Custódio Gomes de Vilas Boas para o ajudar na organização das ordenanças pois concluíra ser essa a melhor forma que, dadas as circunstâncias, encontrava para fazer face às mais prementes necessidades militares.

Custódio Vilas Boas vivia em Esposende aonde comprara a Casa do Rego à família Barros da Costa, descendentes do primeiro capitão-mor de Esposende, como já referimos.

«Eu queria com Custódio Gomes, que tem grande conhecimento do Minho, fazer algum reconhecimento, sendo seu o excelente plano de emprego e distribuição das Ordenanças», são palavras de Bernardim Freire e Miguel Pereira Forjas, ministro de Guerra³¹.

Não adiantamos mais sobre aquele esposendense de coração dada a bibliografia existente³² tendo sido o autor de um projecto e dirigente das obras da barra do Cávado e sua navegação para o interior. Vejamos porém aonde estão situados e quem são outros esposendenses neste mês de Janeiro de 1809 em que Bernardim Freire tenta organizar à pressa a defesa do Norte.

2.4. Em Valença, governando a respectiva praça, estava o coronel do Regimento de Artilharia n.º 4 Custódio César de Faria Freire de Andrade a que já nos referimos ao dar as notas de família da mulher do capitão-mor José César.

Custódio César nasceu em Esposende em 1743. Era um dos filhos do capitão-de-mar-e-guerra António Ferreira de Faria e de sua mulher D. Josefa de Faria Freire de Andrade.

Assentara praça como soldado em 10 de Outubro de 1764, passara a cabo em 1-1-1766 e a sargento em 15-6-1766. Por carta patente de 31-12-1773 era colocado com o posto de 1.º tenente de Artífices no Regimento de Artilharia de Goa, no Estado da Índia, aonde permaneceu até 1783, portanto durante 10 anos, período durante o qual foi promovido a capitão da 5.ª Companhia (em 21-4-1779).

Neste período de estadia na Índia teve um embarque para guarda da Costa durante um ano e um naufrágio de que escapou com vida. Foi comandante da Artilharia de uma expedição da Índia à baía de Lourenço Marques, em Moçambique, que durou um ano e de uma expedição de Índia ao Tiracol (península indostânica) que durou 6 meses.

Quando em 1789 regressou à metrópole foi colocado como capitão do Regimento de Artilharia n.º 4. Em 12-12-1791 era nomeado sargento-mor do mesmo Regimento (equivalente a major) posto em que foi designado cavaleiro da ordem de S. Bento de Aviz. A 4-5-1800 era promovido a tenente-coronel posto com que comandou a tropa de artilharia do exército do Minho na campanha de 1801 («guerra das lanças»).

Em Abril de 1807, suplicou ao Príncipe Regente a concessão de três meses de licença com vencimento de soldo «para tratar de pendências próprias em Esposende».

O seu comandante informava da seguinte maneira: «Este oficial, um dos mais beneméritos, sem dúvida, que eu conheço, emprega-se efectivamente no Real Serviço há quase 43 anos, não mostrando que este longo espaço de tempo tenha sido interrompido com algumas licenças, mostrando além disso um zelo infatigável no desempenho dos seus deveres, circunstâncias estas que o fazem credor da Graça que suplica e que sem grande urgência certamente não pretendia»³³.

Não conseguimos averiguar o que trazia este militar a Esposende e que se revestia de grande urgên-

cia: a morte de seu irmão, o desembargador Filipe Custódio de Faria e Andrade?

Em Agosto de 1808, sendo tenente coronel do Regimento de Artilharia n.º 4 e achando-se com o mesmo na cidade do Porto, «vendo que pela sua muita idade (65 anos) e queixas incuráveis estava totalmente impossibilitado de poder continuar a bem servir como muito desejava, julgou ser do seu maior dever estas verdadeiras circunstâncias ao Coronel Comandante que então era do Regimento requerendo-lhe que o propusesse para a Reforma, o que veio a obter no posto de Coronel, na forma da lei por Decreto da Junta Provisória do Governo da Cidade do Porto de 17 de Setembro de 1808³⁴.

Não sossegou porém na legítima reforma de uma vida dura inteiramente dedicada ao serviço do Exército. Tocava a rebate para se organizar a defesa do Norte contra o que seria a 2.ª invasão francesa. E apesar de «continuar no mesmo estado de moléstia foi promovido a Coronel efectivo do Regimento de Artilharia n.º 4 por Decreto dos Governadores do Reino, datado de 23 de Novembro daquele mesmo ano de 1808 e destacado para Valença. «Via, de uma parte os motivos que o impossibilitavam de servir bem e da outra a sagrada luta em que se achava empenhado o Estado, parecendo-lhe que seria desagradável ao Governo recusar-se de aceitar aquela nomeação, resolvendo-se portanto a continuar a servir o melhor que pudesse até dar a vida na defesa da sua Pátria e dos direitos do Príncipe».

Voltaremos a este ilustre esposendense mais adiante.

2.5. Sobrinho do Coronel Custódio César de Faria, filho de seu irmão desembargador Filipe Custódio, encontramos naquele Janeiro de 1809 o capitão António Basílio de Faria Freire de Andrade, do Regimento de Artilharia n.º 4 da cidade do Porto.

Com a idade de 18 anos assentou praça como cadete para o que fez as justificações a que já nos referimos. Fora promovido a 2.º tenente em 5-4-1796 e a 1.º tenente em 18-2-1801. Ingressava nos Pontoneiros em 17-12-1805, sendo capitão em 17 de Setembro de 1808³⁵.

Por agora, nada mais dizemos sobre ele.

2.6. Em Esposende, naquele Janeiro de 1809, o capitão-mor Custódio José de Faria Vivas estava às portas da morte (morreria, como vimos, a 4 de Fevereiro).

Seu filho, José César só seria nomeado em Março, pouco antes da entrada dos franceses em Braga.

As ordenanças de Esposende estavam integradas na Brigada de Barcelos e a sua organização era conforme o esquema do Quartel-mestre Custódio José Gomes de Vilas-Boas, aprovado pelo General Bernardim Freire de Andrade.

Nessa organização tem um grande papel o sargento-mor das ordenanças Manuel Maciel Ferreira de Araújo, natural da vila e ligado à família «Maciel dos Morgados da Abilheira»³⁶.

Não sabemos a data em que nasceu. Mas pelo registo de nascimento de um filho, de nome João Baptista (29-8-1779), sabemos ser filho do capitão João

Maciel de Araújo e de sua mulher Antónia Rosa Domingues.

Casou com D. Ana Joaquina de Faria Freire de Andrade, irmã do já citado capitão António Basílio de Faria e filha do desembargador Filipe Custódio, também já referido.

O sargento-mor Manuel Maciel era-o por carta patente da Rainha D. Maria I, datada de 17-3-1792, na qual se dizia «que havendo respeito à boa informação que tenho de Manuel Maciel Ferreira, capitão acutal de uma das companhias da ordenança da vila de Esposende e na mesma morador, que na Câmara da dita vila e na forma do Regimento do Senhor Rey D. Sebastião, mandado sempre por mim observar nas terras do Estado e Casa de Bragança, foi eleito por mais votos para o posto de sargento-mor das ordenanças da mesma vila e termo, vago por falecimento de Manoel da Costa Maciel de Aguiar (...)»³⁷.

Este sargento-mor havia já, quando da 1.^a invasão francesa, sido de uma grande actividade na organização das ordenanças como o atesta o seguinte documento:

«José Raimundo Pereira, José Joaquim de Faria e Manuel Pessoa de Faria, bachareis formados pela Universidade de Coimbra e actuais vereadores nesta vila de Esposende, atestamos em como Manuel Maciel Ferreira de Araújo, sargento-mor das ordenanças desta mesma vila, foi um dos primeiros que desenvolvendo o seu zelo, amor e patriotismo, com grande gosto e actividade, aclamou o Príncipe Regente³⁸ e Nosso Senhor assistindo, como um dos membros da Junta que por esta Câmara se estabeleceu, a todas as sessões que na mesma se faziam sobre o modo de obstar à invasão do Inimigo Comum que se dizia encaminhar-se ao sítio da Barca do Lago, partindo imediatamente para o Quartel General da Vila de Viana a conduzir pólvora para repartir pela gente da dita ordenança, comandando-a com toda a energia e actividade pela razão da avançada idade e moléstias de que padecia o capitão-mor Custódio José de Faria Vivas, tendo-a pronta e bem armada, e apesar de que o dito inimigo não apareceu, ele com tudo ficou sempre regendo todo aquele corpo, desempenhando deste modo as obrigações do seu ministério e dando as provas mais evidentes do maior ardente zelo com que se comportava no real serviço do amor que tinha ao seu soberano e à Pátria. E por esta nos ser pedida a damos na verdade, escrita por um e por todos abaixo assinados em Esposende a 26 de Agosto de 1808»³⁹.

Um dos oficiais das ordenanças, com o posto de alferes, era o Dr. José Joaquim de Faria Azevedo e Araújo (um dos que passou o atestado acabado de transcrever). Era ele irmão do já referido capitão António Basílio e filho do desembargador Filipe Custódio e cunhado do capitão Manuel Maciel. Era conhecido pelo «Flores» e nascera em Esposende não sabemos em que data, morrendo em Viana a 2-7-1855. Casara em primeiras núpcias, em Esposende, com D. Maria Madalena de Passos Pereira da Mota, filha de Domingos da Mota e de sua mulher D. Ana do Rosário de Passos Pereira.

Enviuvando, casou pela segunda vez, em Esposende,

a 25-2-1832, com D. Cecilia Alexandrina Correia de Almeida, filha do desembargador Dr. Frederico Correia de Almeida e de sua mulher D. Maria Joana de Faria. Dele há descendência hoje em Esposende.

2.7. Vejamos outro esposendense: o 1.^o tenente Pedro Tomaz de Faria Azevedo e Araújo, irmão do capitão António Basílio e do Dr. José Joaquim, mais um dos filhos do desembargador Filipe Custódio.

Também, como seu irmão mais velho António Basílio, assentara praça no Regimento de Artilharia n.º 4, como cadete, em 16 de Dezembro de 1800. No ano seguinte fizera a campanha da Guerra Peninsular (guerra das laranjas) e participara na restauração do Reino, em Agosto de 1808, com a tomada de Lisboa às forças de Junot, pondo termo à 1.^a invasão francesa. Havia sido promovido a 2.^o tenente em 17-12-1805 e a 1.^o tenente em 17-9-1808⁴⁰.

Neste Janeiro de 1809 estava na 7.^a Companhia do dito Regimento, destacado na Praça de Peniche⁴¹.

Casara no Porto com D. Rosa Maria de São José Teixeira de Magalhães, da freguesia de Victória na cidade do Porto, filha de Manuel Teixeira de Magalhães, natural de Paredes, comarca de Penafiel e de D. Rosa Maria de São José⁴².

Também, por agora, ficamos nestas referências.

2.8. Finalmente, outra personagem natural de Esposende era o então (1809) Quartel-mestre do Regimento n.º 21 de Linha, capitão João Atanásio dos Santos Vilas-Boas Cabral da Mina.

Nascera em Esposende em 1769, filho do capitão António dos Santos Vilas-Boas do Rêgo e de D. Ana Maria do Sacramento de Freitas Cabral da Mina, da rua da Ribeira, da vila de Esposende. Neto pela parte paterna do capitão Manuel Ferreira do Rêgo e de D. Maria de Vilas-Boas, da vila de Esposende, e pela parte materna de Manuel de Freitas Cabral da Mina Soeiro Cortês e D. Maria Antónia de Carvalho, da rua da Igreja, da freguesia de Fão.

Casara em 18-1-1786 na freguesia de S. Martinho de Trabaços do concelho de Vila-Chão, com D. Francisca Baptista da Silva Pinto e Castro de Abreu Calheiros, natural de Esposende mas que vivia em casa de seu tio José de Abreu Calheiros na referida freguesia⁴³.

Deste João Atanásio, a quem também voltaremos mais adiante, sabemos que em 12-3-1798 era tenente secretário do Regimento 21 de Linha.

Em 1801 participara com o seu Regimento na «guerra das laranjas», sob o comando de Nuno Freire de Andrade, irmão de Bernardim Freire, mais tarde Conde de Camarido. Em 1803 fora encarregado de formar nos portos de mar de Vila do Conde, Póvoa e Esposende um mapa estatístico dos géneros existentes nos celeiros por conta de negociantes, bem como as estatísticas de exportação e importação de milho, feijão e madeiras pelos ditos portos.

Naquele Janeiro de 1809, data em que temos vindo a situar para referenciar os esposendenses anteriormente citados, o capitão João Atanásio estava em Espanha onde fora tratar «com a Junta Central de

Espanha sobre os meios de defesa que poderiam opor-se à marcha do Marechal Soult para não entrar em Portugal. Tratava-se de um militar cuja conduta, até ali, havia sido considerada pelos seus superiores como óptima ⁴⁴.

2.9. Vejamos agora o que aconteceu a estes esposendeses durante a 2.^a invasão francesa.

O Marechal Soult, duque da Dalmácia, à frente de 23.500 homens, depois de subjugar a Corunha e o Ferrol, descera a Galiza e tentava entrar em Portugal pelo Norte do Minho. Recebera ele do Imperador Napoleão, ordem para tomar o Porto, descer depois sobre Lisboa e, uma vez senhor desta cidade, intitular-se governador-geral do país e obrigar os portugueses a pedirem a Napoleão que lhes desse um rei à sua escolha. A família de Bragança era considerada pelo Imperador dos Franceses como não possuindo já o mais pequeno direito à coroa de Portugal devido à sua fuga para o Brasil.

Por sua vez os ingleses procuravam defender sobretudo Lisboa reunindo-se na capital às tropas do General Cradock com as divisões comandadas por Sherbrook e McKenzie.

Em carta do dia 9 de Fevereiro para o Secretário de Estado da Guerra o General Bernardim Freire dizia que o inimigo dá todos os indícios de atacar com mais brevidade esta província (Minho) acrescentando que são dois os pontos que por ora se presumem escolhidos para tentar a passagem do rio Minho: um defronte de Barbeita, a uma légua de Monção e outro é em Seixas ou entre Venda Nova e Caminha, como parece inculcar a reunião de tropas de Vigo até defronte de Caminha e o transporte de lanchas conduzidas por terra em carros as quais haviam aparecido na margem do rio em frente de Seixas ⁴⁵.

No seu trabalho árduo de organização da defesa da província do Minho, o General Bernardim Freire encarregou o Ajudante General do seu exército, Aires Pinto de Sousa de determinadas missões. É ele que numa célebre memória ⁴⁶ relata que na organização de um corpo de Artilharia não só para cobrir Ponte de Lima, mas também para reserva dos corpos postos na margem do Rio Minho, mandara no dia 14 de Fevereiro reconhecer os caminhos que conduziam àquela vila, «trabalho de que incumbi o capitão de Artilharia António Basílio de Faria» e que «reconhecendo que a posição de S. Lourenço da Montaria era essencial para cobrir Ponte de Lima se o inimigo penetrasse por Caminha, fiz marchar para aquele posto uma companhia de artilharia e 120 homens escolhidos, do Regimento da Barca, tudo debaixo do comando do referido capitão António Basílio a quem dei, por escrito, instruções não só para sustentar o posto, mas para que, combinando com os comandantes das ordenanças vizinhas caísse sobre o flanco do inimigo se ele se adiantasse sobre Viana com algum golpe de gente».

A 16 de Fevereiro de 1808 surgiram as tropas francesas de Caminha. Soult, porém, não conseguiu passar o rio Minho. Ele próprio o relata nas suas memórias ⁴⁷: «A travessia foi iniciada na noite de 15 para 16 de Fevereiro. Trezentos homens apenas

podiam passar de cada vez. A artilharia de grosso calibre faltava para bater a margem oposta, fortemente defendida. A expedição viu-se arrastada pela corrente (...) regressava sem ter conseguido abordar. Trinta e cinco homens que tentaram o desembarque foram feitos prisioneiros, uma das barcas afundou-se e quatro homens afogaram-se. Habitantes armados acorriam em multidão em auxílio das milícias portuguesas e impediram qualquer outra tentativa com o seu fogo muito vivo (...). Os meus planos tiveram que ser modificados. Decidi voltar a subir a margem do rio Minho para procurar uma passagem por Chaves. Esta rota era muito mais longa e pior do que a do litoral mas não tinha por onde escolher».

E assim foi. Soult entrou por Chaves que se rendeu a 12 de Março.

Tomou então o vale do Cávado por Salamonde, Ruiivães e atacou Braga aonde entrou a 20 de Março encontrando a cidade deserta.

É que, dias antes, haviam-se passado acontecimentos excepcionais que abalaram o moral das nossas tropas e demonstravam o estado de compreensível agitação do povo a norte do país, face ao «terror dos franceses». Bernardim Freire decidira retirar para o Porto a fim de defender esta cidade e ir cortando terreno aos franceses, mas no dia 17 foi preso junto a Ferreiros e conduzido a Braga aonde o povo o assassinou, acusando-o de não querer defender as populações dos franceses. Assassinações foram também outros oficiais entre eles Custódio José Gomes de Vilas-Boas seu quartel-mestre e pessoa, como se disse, muito ligada a Esposende.

Antes de ser preso e assassinado, havia Bernardim Freire tentado fazer de Carvalho d'Este, lugarejo da freguesia de S. Mamede de Este, situado na serra de Carvalho a 7 Km a Nordeste de Braga, um último ponto de resistência antes de Braga. Ali colocou alguma artilharia, as milícias de Braga e alguns outros contingentes militares animados a retardar o mais possível o progresso dos inimigos, contando com uma razoável defesa de Salamonde. Ora na artilharia de Carvalho d'Este estava o então 1.º tenente Pedro Tomaz de Faria Azevedo e Araújo, esposendense a quem atrás nos referimos. Tentou este posto resistir o mais possível aos franceses e a 19 de Março de 1809 ainda eles ali não haviam passado. Mas o facto é que, no dia seguinte estavam em Braga. E daqui foram direitos sobre o Porto.

Na defesa desta cidade está também o referido Pedro Tomaz com o seu reduzido corpo de artilharia, integrando-se no posto da serra do Pilar que pouco resistência fez, agravando ainda a desgraça da Ponte das Barcas. O exército Francês entrava no Porto a 29 de Março. E o referido Pedro Tomaz com outros oficiais de artilharia foi com a sua tropa para o sul a juntar-se ao exército anglo-luso que se viria a formar no mês seguinte sob o comando do futuro duque de Wellington que chegara a Lisboa aonde foi acolhido com grande entusiasmo.

Tomado o Porto, Soult por ali ficou, num tentador engano de pacificação que lhe foi fatal. Deu entretanto ordem ao general Lahoussay para ocupar Penafiel com uma brigada de cavalaria e ao gene-

ral Lorges para avançar sobre Vila do Conde, conservando o general Heudelet em Braga, deixando-o porém partir para Barcelos aonde entrou em 5 de Abril.

Sabe-se que os franceses de Lorges, vindos de Vila do Conde se juntaram aos de Heudelet em Barcelos, donde partiram imediatamente para Ponte de Lima que foi teatro de luta sangrenta e de grandes atrocidades.

É por estes dias 5 ou 6 de Abril que os franceses devem ter entrado em Esposende, sendo de presumir que a Barca do Lago fosse o ponto de passagem das tropas que vinham de Vila do Conde para Barcelos.

Aonde estão as ordenanças de Esposende, integradas na Brigada de Barcelos? Dispersas pelas aldeias dos arredores de Braga? Chegadas a Viana para defesa desta cidade?

Não o sabemos.

O que sabemos é que, vinte anos mais tarde, numa questão havida entre o capitão-mor José César de Faria Vivas e o seu primo e tio de sua mulher José Joaquim de Faria Azevedo e Araújo, este expunha ao Rei que «logo na entrada de Soult com o exército Francês nestes reinos, fugiu para a capital só para não ser obrigado a obedecer a um governo estrangeiro sujeitando-se nisto a grandes despesas e grandes vexames»⁴⁸.

Por seu lado o capitão-mor José César comentava «não há dúvida que o mencionado José Joaquim na entrada do exército Francês nesta Província em 1809, se retirou para a cidade de Lisboa como outras muitas famílias apoderadas do temor, mas não com o fim de pedir com isto serviço a Vossa Magestade, pois que exercendo ele o posto de alferes da 3.^a Companhia do Corpo de Ordenanças então armadas e municadas e fazendo serviço, ele se retirou sem licença, sendo o único oficial que o praticou no dito corpo. Se isto é serviço, então igualmente o fizeram muitas famílias retiradas»⁴⁹.

O exército francês dos generais Houdelet e Lorges, de Barcelos avançaram, como se disse, sobre Ponte de Lima que foi teatro de grandes atrocidades sendo tomada a 7 de Abril. Também aqui se esfarelou a tropa da artilharia e o capitão António Basilio passou com os seus homens para leste indo juntar-se às tropas do General Silveira na região de Amarante. Entretanto os franceses de Ponte de Lima avançavam sobre Valença aonde era governador o já referido esposendense Custódio César de Faria Freire de Andrade, na casa dos 66 anos. O que se passou em Valença val dar origem a um célebre processo em que esteve envolvido, no fim de uma vida inteiramente dedicada ao serviço do país, este velho militar. Mais adiante faremos referência a esse processo.

Custódio César foi informado no dia 9 de Abril de 1809 pelo Major da Praça «que a sua quase insignificante guarnição tinha pela maior parte desertado na noite precedente em consequência da notícia da proximidade da Divisão do Exército Francês que da parte de Ponte do Lima vinha sobre Valença e de que naquele dia já não tinha gente para render as guardas ordinárias; vendo-se nesta

extrema urgência e receando que o povo, em que já se observavam sinais decididos daquela insubordinação e furiosa anarquia de que em toda a província do Minho tinha dado de próximo tantos e tão lastimosos exemplos, se exaltasse e rompesse tumultuosamente em excessos igualmente funestos e criminosos, os quais ele não tinha forças para reprimir, tomou a prudente resolução de procurar conciliar o espirito público e amainar os ânimos dos moradores da Praça, convocando a Câmara, Nobreza e Povo, expondo-lhes as circunstâncias em que se achavam e mostrando a necessidade de concordarem todos, depois da mais madura reflexão, no que em conjuntura tão apertada cumpria fazer em benefício da causa pública. Assentou-se então em que a Praça se defendesse enquanto fosse possível e que no caso de ser atacada por forma a que não pudesse resistir, então se rendesse por capitulação»⁵⁰.

Foi isto que aconteceu. Diante das forças francesas, Valença capitulou a 13 de Abril de 1809. Todavia, Custódio César, negociou a capitulação propondo ao inimigo o respeito pela vida e propriedades dos moradores da Praça e suas vizinhanças e que se assegurasse o bom tratamento dos doentes do Hospital de Arão.

As referências à capitulação apareceram no «Diário do Porto», jornal publicado nesta cidade em Abril e Maio de 1809 sob o patrocínio do Marechal Soult, Duque da Dalmácia. Ali se dizia num boletim extraordinário datado de 11 de Abril⁵¹:

«Capitulação que propôs fazer o Governador da Praça de Valença, com os oficiais, soldados da guarnição, Câmara, Nobreza e Povo, ao senhor comandante do exército Francês a quem se querem entregar com as condições seguintes:

Art.º 1.º—Que a Religião Católica e Romana e Templos Sagrados, sejam respeitadas para o Culto Divino, sem alteração.

Art.º 2.º—Que se entregará a Praça de Valença com toda a artilharia, munições e efeitos que actualmente nela existem.

Art.º 3.º—Que o Governador, Officiais e mais Praças da guarnição se entregam como prisioneiros de guerra com declaração de os deixarem sair para suas casas, debaixo da sua palavra de honra e de não pegarem em armas contra a nação Francesa e seus aliados e que se lhes conceda a faculdade de todos levarem as suas bagagens com os móveis que lhes pertencem a eles e suas familias, dando-lhes carros e cavalgaduras para seus transportes.

Art.º 4.º—Que aos cidadãos e povos da Praça e seu termo que se conservem todos os seus bens e móveis sem se lhes fazer dano algum nem a eles nem às suas familias nem se lhes imponham mais tributos do que aqueles que actualmente pagam.

Art.º 5.º—Que os doentes do Hospital sejam curados e tratados com zelo e caridade, como aquela Nação os costuma tratar.

Art.º 6.º—Que os militares e habitantes não sejam castigados por alguma paixão particular ou por qualquer outro motivo que lhes possam arguir.

Praça de Valença 10 de Abril de 1809.—Assinado Custódio César de Faria, Coronel e Governador interino da Praça de Valença, o qual espera que

V. Excia. lhes conceda a sobredita capitulação. Sebastião da Costa Souto Mayor, tenente, Manuel Pedro Soares, Alferes.

Les Généraux de Division Comandant des Corps d'armée devant Valença accordent la Capitulation ci dessus de mandée par le commandant de Valença. Le Général de Division Conte d'Heudelet, le Général de Division Lorge».

Curioso é que neste mesmo jornal, dando a notícia da capitulação daquela praça dizia-se: «Devemos confessar quanto os Franceses são obrigados às sábias combinações dos Generais Portugueses que julgaram conveniente passar para a margem direita do Rio Minho a maior parte da guarnição de Valença para bloquear Tuy e deixar indefesa uma Praça que por muito tempo podia dilatar as operações do exército francês»⁵².

Após a queda de Valença foi a vez de Caminha, Vila Nova de Cerveira e Viana do Castelo. Todo o Minho estava nas mãos de Soult.

Segundo consta, o Marechal Soult, ao contrário de Junot, era político hábil, procurando auxiliar as simpatias dos Portugueses, favorecendo neles as ideias liberais e conseguindo com a sua simpatia que os povos do norte de Portugal tivessem por ele verdadeira afeição. Formaram-se em Braga, Porto, Vila do Conde e Guimarães deputações para solicitarem de Napoleão que nomeasse para Portugal um rei à sua escolha⁵³.

Soult teria, naturalmente, aspirações ao título de rei. Deteve-se, talvez por isso, no Porto, tentando conquistar a máxima simpatia das populações do Norte, o que deu tempo à contra ofensiva.

O General Silveira concebeu um plano para reconquistar Chaves, conseguindo-o no dia 25 de Março, ainda o Minho não caíra totalmente nas mãos dos franceses. Projectou depois reconquistar Braga, mas Beresford decidira-se a condenar todos os esforços militares no Norte e deu-lhe instruções para defender a linha Porto, Penafiel, Amarante, Régua e Lamego o que levou o General Silveira a concentrar as suas forças em Amarante.

É nesta vila que vai travar-se mais um combate entre as forças portuguesas e os franceses. Lá está comandando uma Bateria, o capitão de artilharia António Basílio de Faria Freire de Andrade de Azevedo e Araújo, natural de Esposende, como já dissemos várias vezes.

A 18 de Abril de 1809, os franceses estancaram à entrada da ponte de Amarante, face à resistência dos portugueses, colocados na margem esquerda do Tâmega. Ali estiveram em combate e vigilância permanentes até 2 de Maio, data em que os franceses, aproveitando o nevoeiro, passaram o rio noutra ponta e atacaram as nossas tropas pela retaguarda, obrigando-os a retirar. Nesse dia foi ferido mortalmente o capitão António Basílio que veio a morrer naquele mesmo mês de Maio no Hospital militar de Lamego para onde havia sido retirado.

Nove anos mais tarde, o General Silveira passava o seguinte atestado: «Francisco da Silveira Pinto da Fonseca, Conde de Amarante do Conselho de S. M. Grã Cruz das Ordens da Torre Espada e de S. Fernando de Hespanha, comendador na de

Cristo e Torre Espada, Nono Senhor das Honras de Nogueira de S. Cipriano, Tenente General dos Reais exércitos e Governador de Armas da Província de Trás-os-Montes, atesto que António Basílio de Faria Capitão do Regimento de Artilharia, me serviu à tropa do meu comando, quando estava defendendo a margem esquerda do Rio Tâmega e Ponte de Amarante ao qual encarreguei do comando de uma bateria, na qual foi ferido mortalmente e sendo conduzido para o Hospital de Lamego, nele faleceu da mencionada ferida: tendo-se portado com muito valor, zelo e inteligência em todo o tempo que dirigiu a mencionada bateria. E para que conste aonde convier e esta me ser pedida, a mandei passar assinei e fiz selar com o sinete das minhas armas. Quartel General de Vila Real, 26 de Janeiro de 1818, Conde de Amarante, Tenente General»⁵⁴.

A contra ofensiva das tropas luso-britânicas prosseguiu, agora dirigida superiormente por Sir Arthur Wellesley, mais tarde duque de Wellington. Vindas do sul, entraram vitoriosamente na cidade do Porto em 22 de Maio de 1809. Com elas vinham as tropas de artilharia com o primeiro tenente Pedro Tomaz de Faria Azevedo e Araújo a que atrás nos referimos, que assim terminava a sua segunda campanha militar, depois da derrota de Carvalho d'Este em Braga e da derrota do Porto, também já citadas.

Após sucessivas vitórias do exército anglo-luso, os franceses, no meio dos maiores trabalhos e pelos mais ásperos caminhos saíam precipitadamente do país, por Ruivães e Montalegre que ficaram sempre desguarnecidas das nossas tropas, chegando a Orense a 19 de Maio de 1809, terminando a segunda invasão francesa.

2.10 Dissemos atrás que fariamos referência a um processo célebre em que interveio o Coronel Custódio César de Faria em 6 de Junho de 1809. Quinze dias após a saída dos franceses do Norte do País, é preso aquele esposendense e enviado para Conselho de Guerra que se realizou em Viana do Castelo, com a acusação de que entregara a Praça de Valença aos franceses sem que estes tivessem exigido.

Não conhecemos todas as peças do processo deste Conselho. Sabemos porém que o coronel Custódio César foi absolvido por sentença de 9 de Junho de 1810.

Esta sentença não foi todavia aprovada pelo Marechal Beresford. Reformou esse conselho, instituiu outro e à cautela, ordenou que «os vogais nos seus votos expressassem-se: 1.º — Se é ou não crime militar, oferecer um Governador da Praça a entrega dela ao inimigo, antes deste lhe ter intimado que se renda; 2.º — Se não seria melhor que o Governador de Valença tivesse preferido a este expediente o de evacuar a praça encravando primeiro a artilharia e destruindo as munições que não pudesse salvar; 3.º — Se a consideração do tratamento que o inimigo faria aos enfermos do Hospital militar existente fora da Praça era motivo suficiente para tomar a deliberação que tomou»⁵⁵. Este segundo Conselho de Guerra foi realizado, em local e data que ignoramos. Custódio César foi de novo absolvido e

o mesmo era confirmado definitivamente por Beresford em 16 de Agosto de 1811.

Mas isso custou a um dos seus Juizes, o Brigadeiro Francisco de Borja Garção Stockler, a inimizade do Marechal Beresford, Comandante Chefe do Exército Português de que aquele se queixava ao Príncipe Regente no final do ano de 1810.

O que acontecera? ⁵⁶

O Brigadeiro Stockler com o seu enorme prestígio de militar dera a Custódio César um voto extremamente favorável. E atrás de si, levou os demais Juizes. Resumia assim a sua posição: «julgo inocente aquele Coronel (Custódio César) porque ele provou ter defendido a Praça de Valença com valor, inteligência e actividade enquanto lhe foi possível e que não cedeu senão na maior e última extremidade. Que não cometeu crime em oferecer em tais circunstâncias um projecto de capitulação ao inimigo visto que todas as considerações de prudência o induziram a crer que o ataque estava próximo e ao qual não podia opôr a mínima resistência, não seria precedido de intimação alguma. Que obrou muito bem em procurar na capitulação todas as vantagens que obteve para os moradores da Praça e suas vizinhanças e para os doentes existentes no Hospital militar de Arão; e que não errou em preferir este partido ao de procurar evacuar a praça encravando a artilharia e destruindo as munições, por isso que no estado de perturbação em que estavam os ânimos de gente do povo, à vista da extrema debilidade, ou antes nulidade da guarnição da Praça, a tentativa deste expediente não teria tido outro êxito senão excitar um tumulto popular de funestíssimas consequências».

Por este voto claro e inequívoco, Beresford afastou o Brigadeiro Stockler do Exército Português. Este, por carta que lhe dirigiu em 16 de Julho de 1810, mostra-se firme «na opinião de que a minha honra exige que seja prontamente empregado no exercicio do meu posto ou que se me permittem os meios legais de convencer da falta de fundamento ou motivo que até agora com manifesto lezar da minha reputação, tem sido causa de minha inactividade».

A resposta de Beresford não se fez esperar. Por carta de 28 de Julho de 1810 diz ao Brigadeiro Stockler: «Eu lhe devo fazer observar em resposta às suas cartas, que eu sou por algum modo responsável por aqueles a quem emprego e ainda que eu possa ter muito alta ideia dos talentos de um oficial como tenho de V. Ex.^a, posso também crer que ele não são applicáveis à prática da guerra à qual eles não tem sido muito acostumados e eu não posso consentir em empregar debaixo das minhas ordens um oficial General que é de opinião que a probabilidade de um motim entre o povo seja causa suficiente para exonerar o Governador de uma Praça por haver mandado rogar ao inimigo que a aceitasse, assim como a ele e à sua pequena guarnição com as suas munições: nem eu posso julgar como virtude militar que o comandante de uma praça em consideração se ele deve ou não defendê-la, contemple que o tratamento que o inimigo pode fazer aos doentes existentes fora da praça ou às povoações de vizinhança

nem sobre isto havia razão alguma de fazer as conclusões que fez o oficial em questão. Eu observarei que ainda que seja evidente que o comandante de Valença não pôde defender a Praça, ele teria podido e deveria haver escapado, inutilizando tudo o que pudesse servir ao inimigo o que teria impedido este de fazer saltar as muralhas como o fez com a pólvora entregue pelo Governador. Finalmente são as opiniões militares de V. S. declaradas neste Conselho de Guerra que me impedem de o empregar (...)»

Os curiosos por assuntos de justiça militar poderão encontrar neste processo do esposendense Custódio César motivos de reflexão aprofundada. Nós limitamo-nos a dar noticia dele, definindo-lhe os traços essenciais.

O coronel Custódio César de Faria Freire de Andrade, duas vezes julgado em Conselho de Guerra e duas vezes absolvido, com a mão trémula pela força da idade (mais de 68 anos) e das canseiras do serviço prestado ao exército, com algumas campanhas na Índia, como vimos, requeria em 11 de Outubro de 1811 ao Príncipe Regente que «tendo-se-lhe cada vez mais aumentado as moléstias e vendo que por este motivo está totalmente incapacitado de cumprir os seus deveres pois que com muita dificuldade pode andar a pé e com muita mais montar a cavalo e por trémulo das mãos a escrever e não tem esperança de melhorar por causa da avançada idade (...) em atenção aos serviços, avançada idade e moléstias do suplicante haja por bem reformá-lo na forma da lei, a fim de ter meios de subsistência nesses poucos dias que lhe restam de vida».

O requerimento foi deferido e por Decreto de 29 de Outubro de 1811 era reformado com o posto de Brigadeiro. Haviam-se passado 47 anos, quase meio século, desde que entrara nas fileiras do Exército Português.

Em Esposende gozou os últimos dias da sua vida. Não sabemos a data precisa em que faleceu. O que conhecemos é um certificado do vigário colado da Igreja Matriz da vila de Esposende, o Padre Custódio José de Faria Vivas (do mesmo nome do penúltimo capitão-mor de Esposende e seu primo) e que reza assim: «Atesto e faço certo que Dona Antónia Margarida de Faria Vivas, desta dita vila, e neta do desembargador Filipe Custódio de Faria, Cavaleiro professo da Ordem de Cristo e sobrinha legítima de Custódio César de Faria, Brigadeiro de Regimento de Artilharia n.º 4 e Cavaleiro Professo no Hábito de São Bento de Aviz com cujo hábito foi sepultado, e por esta me ser pedida e ser verdade, a passei em Esposende aos trinta de Junho de 1825» ⁵⁷.

2.11. Não queremos fechar este capítulo sem referir, ainda que rapidamente, a 3.ª Invasão francesa cujo teatro de operações foi a Beira Baixa e a Estremadura.

O marechal Massena, à testa de um forte exército entrou em Portugal atravessou o Rio Coara em 24 de Julho de 1810.

Nele vinham alguns célebres generais de Napoleão entre os quais Ney e Junot. Depois da Batalha do Buçaco, Massena ainda tentou avançar para Lisboa, esbarrando nos célebres linhas de Torres, or-

ganizadas por Wellington. Ali estiveram os dois exércitos em presença cerca de 5 meses até que nos começos de Março de 1811 «cansados de esperar e abatidos no moral, os Franceses iniciaram a retirada»⁵⁸

Por despacho datado de 9 de Abril de 1811 aquele cabo de guerra britânico comunicava oficialmente, de Vilar Formoso, aos Governadores do Reino o completo êxito da campanha e a expulsão dos franceses⁵⁹.

Ainda houve escaramuças na Beira e Alentejo em tentativas isoladas dos franceses até que em Outubro de 1811 a campanha era dada por terminada.

Neste período da 3.^a invasão francesa, temos notícia que o 1.^o tenente Pedro Tomaz de Faria, participou na tomada de Coimbra em 17 de Outubro de 1810 fazendo a sua terceira campanha militar o que lhe valeu a condecoração da Cruz das três campanhas.

Distintos foram os destinos dos seus dois outros irmãos durante as invasões francesas: o capitão António de Basílio morrera, como vimos, lutando na defesa da Ponte de Amarante, com o elogio do General Silveira, seu comandante; e o bacharel Dr. José Joaquim de Faria, alferes das ordenanças de Esposende foi com a sua família para Lisboa em 1809 quando da 2.^a invasão para não servir os franceses (segundo ele) ou com receio deles (segundo o capitão-mor José César).

O capitão-mor José César, logo no final da 2.^a invasão, pediu licença para tratar de assuntos de sua casa, resultantes da morte de seu pai, o anterior capitão-mor Custódio José de Faria Vivas, que ocorreu como dissemos em Fevereiro de 1809. Foi então designado comandante interino das ordenanças de Esposende o também já citado Manuel Maciel Ferreira de Araújo, cargo de que se mostrava à altura como o prova o seguinte documento insuspeito: «José César de Faria Vivas, capitão-mor das Ordenanças da vila de Esposende e seu termo, por sua Alteza Real que Deus guarde, atesto em como Manuel Maciel Ferreira de Araújo actual sargento-mor destas ordenanças e delas comandante actual por ordem do Exmo. Sr. Carlos Miller por licença que o dito Exmo. Sr. me concedeu para finalizar causas prudentes de minha casa, tem desempenhado as funções do seu ministério com o maior zelo, actividade, honra e desinteresse, tanto ao presente como quando por mim lhe eram dadas as ordens; e para assim constar aonde lhe convier o afirmo debaixo da minha palavra de honra; e por esta me ser pedida lha passei e assinei. Esposende 4 de Junho de 1811 José César de Faria Vivas»⁶⁰.

Um outro documento relativo ao comando interino de Manuel Maciel nas ordenanças de Esposende deixa-nos um apontamento breve que poderá ser uma pista para conhecimento do comportamento dessas ordenanças durante a 2.^a invasão francesa e que atrás deixamos com um ponto de interrogação. Reza assim: «José Valério da Costa Neves, José Lino de Barros Maciel e Manuel Joaquim Gonçalves Marques, vereadores que de presente servimos na Câmara desta vila de Esposende, atestamos em como

Manuel Maciel Ferreira de Araújo, sargento-mor do corpo de Ordenanças da mesma e seu distrito, se acha presentemente comandando o mesmo corpo conservando-se no dito comando há um ano, em consequência de licenciamento concedido ao actual capitão-mor, desempenhando o seu ministério com toda a satisfação, zelo e actividade preenchendo o recrutamento que lhe foi determinado, prendendo os desertores, assim milicianos como de tropa de linha que andavam no seu distrito indo pessoalmente com a mais officialidade e gente sua às prisões, chegando a dirigir a gente da mesma ordenança para se arrastarem com o inimigo comum na ocasião que invadiu a cidade de Braga; assistindo aos domingos e dias Santos aos exércitos da mesma ordenança, instruindo a gente da mesma a manobrar e no mais que era seu dever, fazendo-lhe apontar as armas novas o que até agora tinha sido dificultoso, tudo nascido do seu gênio activo e dócil com que se comportava com o povo, não se recusando nunca a trabalhos alguns do Real Serviço sendo sempre pronto e expedito para tudo o que era preciso prestigiando imediatamente todas as ordens novas aos oficiais (...) Esposende 16 de Abril de 1811»⁶¹.

Para terminar recordemos outro esposendense atrás referido João Atanásio dos Santos Vilas Boas Cabral da Mina.

Regressado de Espanha aonde fora em missão especial a que se aludiu já, ainda participou no final da campanha de 1809, integrado no Regimento 21 de linha.

Depois por portaria de 28 de Fevereiro de 1810 fora nomeado tenente ajudante do Governador da Praça de Valença e em 8 de Agosto daquele mesmo ano capitão da 3.^a Companhia do mesmo regimento. A sua vida, até 1817 vai seguindo a vida deste regimento. Participou em toda a mais campanha «desde 1809 até 1814»⁶².

«Sabemos que após a saída de Massena no final da 3.^a invasão francesa, o exército inglês com alguns contingentes portugueses e ajudados pelos espanhóis continuou a empurrar os franceses à sua frente até Toulouse (Primavera de 1814)»⁶³.

Foram, portanto, as tropas inglesas e peninsulares as que tiveram a honra de ser as primeiras a pisar triunfalmente o solo desse império cujos soldados tinham profanado todas as capitais da Europa. Mereciam essa honra as três nações que mais enérgicamente haviam resistido à ambição napoleónica⁶⁴.

Estaria integrado nesses contingentes de portugueses que entraram vitoriosos em França, o esposendense João Atanásio? Dos documentos que conhecemos da sua vida não encontramos referência expressa a esse facto. Apenas aquela indicação já citada sobre «toda» a campanha de 1809 a 1814 pode dar uma presumível, mas não definitiva, resposta à pergunta formulada.

3. O CAPITÃO-MOR JOSÉ CÉZAR E OUTROS ESPOSENDENSES NO PERÍODO DAS LUTAS INTERNAS ENTRE LIBERAIS E ABSOLUTISTAS (1820-1834)

3.1. As invasões francesas deixaram o país num estado de penúria.

«Quando Napoleão caiu e voltou a paz, deu-se balanço à fortuna portuguesa. Era um sudário de miséria e solidão. De 1807 a 14 a população baixara de meio milhão, um quarto do que fora. Não havia quem trabalhasse: Beresford fizera soldados todos os que não eram frades, nem desembargadores, nem cónegos e capelães, cantores ou castrados. Não havia cultura, nem indústria, nem gado, nem pesca»⁶⁵.

Agora a agitação do povo, volta-se para o aliado inglês, personificado em Beresford a quem o Príncipe Regente, do Brasil, dava grandes poderes e no qual pusera total confiança.

Oliveira Martins⁶⁶ interpreta, mais tarde, esse sentimento da seguinte forma:

«A Inglaterra, que por toda a parte salariava já os exércitos inimigos da França, descobria em Portugal um processo melhor e mais barato. A Nação, bem comprimida, deu ainda 60.000 homens: o português soube ainda ser soldado. Sout, Massena vieram e foram batidos. Mas Wellington, que fizera das linhas de Torres o baluarte donde partiu a ruína do império francês, deixara todo o reino aberto à devastação porque o pensamento do inglês não era defender Portugal, mas sim destruir Napoleão com soldados portugueses.

O Império foi, com efeito, vencido, mas Wellington em pessoa lamentava os feitos das suas tropas: «É uma canalha insuportável, dizia, que tem saqueado o país do modo mais terrível». Como no tempo de D. Fernando, como no tempo de D. João IV e de D. Pedro II, os nossos aliados ingleses faziam-nos maior mal do que os inimigos, espanhóis ou franceses».

Portugal continuava a dispor de um Conselho de Regência. E quando, terminadas as campanhas militares, Beresford continuou a intervir na política, surgiram conflitos com os Governadores do Reino.

Começam então a vir ao de cima os «afrancesados»: uns só pelas ideias liberais; outros, também pela admiração dos gestos guerreiros de Napoleão. Os portugueses que haviam em 1807 partido para as campanhas napoleónicas na Europa arregimentados por «Rei Junot», homens ilustres e bons soldados que haviam constituído a Legião Portuguesa sob o comando de Napoleão, regressam, a pouco e pouco, ao país.

E de novo, entre 1812 e 1820 os portugueses se dividem e lutam.

No Brasil, em 1815, aquele território é elevado a Reino. Em 1816 morre D. Maria I e o Príncipe Regente, ao fim dos 24 anos de loucura de sua mãe, passa a ser Rei do Reino Unido de Portugal, dos Algarves e do Brasil. Beresford expõe-lhe as suas queixas sobre o estado de agitação social no país, indo ao Rio de Janeiro receber instruções directas.

Em 1817 dá-se a conspiração que envolveu o cé-

lebre Gomes Freire de Andrade, 2.º Comandante da Legião Portuguesa.

«A facção afrancesada, sob a bandeira da Libertação do déspota inglês, tendo à frente Gomes Freire de Andrade, acelerou a revolução. A policia descobriu em breve a conjura e o general, preso, consciente ou inconscientemente nas suas malhas, após processo sumário em que foram juizes, cinco desembargadores, foi justificado com muitos implicados. A agitação não sucumbiu. Beresford voltou ao Brasil reclamando maiores poderes. Por carta de 29-7-1820 foi criado Marechal general do Exército português, regressando a Portugal como verdadeiro ditador. Entretanto estalara no Porto a revolução liberal que atingia Lisboa e o resto do país. Ao desembarcar a 20 de Outubro de 1820, na capital, foi-lhe notificado pela Junta Provisória que seria detido se pusesse pé em terra. Ante a ameaça regressou a Inglaterra a 18 do mesmo mês»⁶⁷.

3.2. Neste período, desde o fim das invasões francesas até à Revolução liberal de 1820 no Porto, não encontramos grandes notícias do capitão-mor Custódio Cézar e dos demais esposedenses a quem nos referimos já. Apenas sabemos que João Atanásio dos Santos Vilas Boas Cabral da Mina havia sido nomeado tenente-ajudante-de-campo do Governador da Praça de Valença (então Coronel Damião Pereira da Silva) por decreto de 22 de Agosto de 1808. Depois, capitão da 3.ª Companhia do Regimento 21 de linha por decreto de 8 de Agosto de 1810. Em seguida, capitão-ajudante de ordens do general comandante da 5.ª Divisão o Marechal-de-campo José Joaquim Champalimaud.

3.A. O PRIMEIRO PERÍODO DO REGIME CONSTITUCIONAL: 1820-1828

3.3. Em 24 de Agosto de 1820 rebentou, no Porto, a chamada revolução liberal preparada pelo Sinédrio, associação secreta fundada em 22 de Janeiro de 1818 por Manuel Fernandes Tomás, desembargador, José Ferreira Borges, advogado, José da Silva Carvalho, juiz dos órfãos e José Ferreira Viana. Eram norteados pelas doutrinas liberais, já actuaes em Espanha, e reagiram contra o tratamento dado por Beresford a Gomes Freire de Andrade. Agrupavam mais nove membros: Duarte Lessa, José Duarte Carneiro, José Gonçalves dos Santos, José Pereira de Meneses, Francisco Gomes da Silva, João Sottomayor, coronel José de Melo e Castro e Abreu, José Xavier de Araújo e coronel Bernardo Correia de Castro Sepúlveda.

Propunham-se instaurar o regime liberal, com fidelidade à dinastia de Bragança. «Reunidos os corpos militares no Campo de Santo Ovidio, ali mesmo se constituiu um conselho militar composto pelos comandantes dos regimentos (...). Em seguida acompanhados pelos corpos militares com os seus coronéis à frente os chefes marcharam para a Praça Nova, (hoje a Praça D. Pedro IV) e entraram na Casa da Câmara onde constituiram o corpo dirigente da revolução que se ficou denominando Junta Provisória do Governo Supremo do Reino e que devia assumir

a regência do reino até ao regresso de D. João VI e à convocação das Cortes Constituintes (...).

Em poucos dias abraçavam a causa do Porto, as tropas do Minho. Na província de Trás-os-Montes não foi tão pronta a adesão pois o seu governador militar, Francisco Pinto da Silveira, conde de Amaranthe, não quis trair o regime absoluto mas, impedido pelas circunstâncias, teve de ceder por fim⁶⁸.

O movimento alastrou a todo o país e, muito embora os governadores do Reino considerassem ilegal a situação criada e a condenassem, o certo é que no dia 27 de Setembro se constituía a «Junta Provisória do Governo Supremo do Reino», verdadeiro governo provisório saído da revolução, pelo que foi comunicado a D. João VI em 6 de Outubro, no Brasil, e ao corpo diplomático de Lisboa.

Nesse mesmo dia foram expedidas ordens a todos os grandes do reino, magistrados, corporações e a todas as pessoas com representação oficial para que jurassem obediência e fidelidade ao Rei, ao governo estabelecido, às cortes e à constituição que se havia de fazer em Portugal à semelhança de Espanha.

3.4. Em Esposende constituiu-se a primeira Câmara Constitucional. O seu presidente, cumprindo instruções do Comandante Militar de Braga, General Teles Jordão, é o capitão-mor José César de Faria Vivas. Este facto vai ser motivo da acusação Constitucional que alguns dos seus adversários, mais tarde lhe formularão.

O vereador José Joaquim de Faria Azevedo Araújo, seu parente, como vimos, foi um acérrimo defensor, nesse momento, do regime Constitucional. Mas é ele que, mais tarde, vai proclamar-se não menos acérrimo miguelista e inimigo político do capitão-mor.

O Dr. José Joaquim presta nesse momento de 1820 juramento e obediência à rebelião do Porto e à Constituição que se havia de fazer. «Em acto de vereação chamou-lhe então lei fundamental da nossa Monarquia, afirmando ser uma feliz e memorável época chamando ao intruso Governo «soberano Congresso», requerendo instando e pugnando para que na Câmara se criasse um livro novo para se nele inscreverem os protestos contra qualquer que contrariasse o afêro e opinião que então tinha daquele mencionado Governo» dirá mais tarde o capitão-mor⁶⁹.

Não sabemos quem eram os outros vereadores, nesta primeira Câmara de 1820.

Entretanto o capitão-mor face às exaltações dos seus conterrâneos perante o novo regime resolve retirar-se da vila e viver na sua quinta da Seara, apesar de Presidente da Câmara.

Neste mesmo ano de 1820, o capitão João Atanásio de Vilas-Boas continua ajudante de ordens do Marechal de Campo da 5.^a Divisão do Exército, José Joaquim Champalimaud, mas a 22 de Junho do ano seguinte é nomeado Capitão-governador do Castelo de Vila do Conde.

Pedro Tomaz de Faria, é nomeado director do Trem de Valença com o posto de capitão. E Manuel Maciel Ferreira de Araújo continua sargento-mor das ordenanças de Esposende.

3.5. Em 31 de Outubro de 1820 publica-se a primeira lei eleitoral do país destinada a preparar os deputados às Constituintes.

Também neste momento se verificam atitudes curiosas: por exemplo o Marechal Gaspar Teixeira de Magalhães Lacerda declarava-se então liberal extremista, considera a lei eleitoral pouco radical e acusa o Governo Provisório de brando e de tendências absolutistas. Mais tarde, será um ferrenho miguelista, dando-lhe D. Miguel o título de visconde de Peso da Régua.

Como se vê, a atitude do esposendese Dr. José Joaquim tinha muitos outros exemplos.

Em 11 de Novembro de 1820, dia de S. Martinho, dá-se a «Martinhada». O exército deseja que o seu comando supremo seja entregue a Magalhães Lacerda e exige que jure desde já a Constituição espanhola e que se nomeassem outros membros para a Junta de Governo.

O Governo cedeu. E, depois de algumas cambiantes, publica as instruções definitivas para o acto eleitoral que se realiza a 24 de Janeiro, no antigo Convento das Necessidades.

Assim, no começo de 1821, reúnem-se as chamadas Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, às quais começaram a ser presentes os trabalhos de uma comissão encarregada de redigir a Constituição.

D. João VI, ainda no Brasil com seus filhos D. Pedro e D. Miguel, declara que cumpriria e faria cumprir a Constituição, mesmo antes dela elaborada. E resolve regressar a Portugal deixando lá o príncipe D. Pedro. Teria então, no momento da partida e abraçando o filho mais velho, dito a frase histórica «Antevejo que o Brasil não tardará a separar-se de Portugal; neste caso, antes quero que tomes a coroa para ti do que vê-la passar da Casa de Bragança para as mãos de algum aventureiro».

A 4 de Julho de 1821 desembarca no Terreiro do Paço acompanhado do filho D. Miguel. Dirigiu-se imediatamente para as Cortes reunidas nas Necessidades, retirando-se pouco depois.

A elaboração da Constituição continuou, sendo assinada pelos deputados em 23 de Setembro de 1822 quando no Brasil já D. Pedro dera, a 7 desse mês, o grito do Ypiranga, não sendo possível qualquer intervenção das Cortes, senão para agravar as razões da separação.

A Constituição foi jurada por D. João VI e D. Miguel e por toda a corte a 1 de Outubro de 1822, com excepção da Rainha D. Carlota Joaquina que, relativamente ao regime político agora consagrado, haveria de manter-se permanentemente revoltada.

Ao terminar este ano de 1822, os esposendenses a quem nos continuamos a referir ocupam os seguintes postos:

- José César Faria Vivas de Vilas-Boas é capitão-mor das ordenanças de Esposende e preside à Câmara Constitucional da Vila.
- Manuel Maciel Ferreira de Araújo é sargento-mor das ordenanças.
- O Dr. José Joaquim de Faria Azevedo e Araújo é vereador da Câmara Constitucional.

- O capitão João Atanásio dos Santos Vilas-Boas Cabral da Mina, é Governador do Castelo de Vila do Conde.
- O capitão Pedro Tomaz de Faria Azevedo e Araújo está encarregado do Depósito Militar da Casa Pia, na cidade do Porto, depois de ter sido comandante da artilharia do forte de S. João Baptista de Vila-Chão.

3.6. Em 23 de Fevereiro de 1823 rebentou em Trás-os-Montes uma revolução anti-liberal. Chefiava-a o célebre General Silveira — (já citado ao referir-se a 2.^a invasão francesa) — Conde de Amarante. Muito embora a revolução não tivesse imediato sucesso, o Governo nomeou o General Luis do Rego Barreto para, à frente de um exército, dominar o Conde de Amarante o que aconteceu no mês de Março, sendo o Conde obrigado a fugir para Espanha acompanhado pelos seus correligionários.

Todavia em Maio e Junho deste ano dá-se a «Vilafrancada»: Em Vila Franca de Xira D. Miguel proclama-se contra a Constituição e partidário do regime absoluto. D. João VI adere aos revoltosos e em 1 de Junho nomeia D. Miguel generalíssimo do exército. O Governo demite-se e as cortes resolvem interromper os seus trabalhos. O Rei entra em Lisboa é aclamado como Rei Absoluto e assiste a um Te-Deum na Sé.

Em Esposende, a 5 de Junho, o capitão-mor convoca a Câmara e faz, solenemente, a aclamação de D. João VI como Rei absoluto. Não compareceu o vereador Dr. José Joaquim de Faria Azevedo e Araújo, estando na terra, o que foi motivo de escândalo e deu lugar a que o Doutor Juiz de Fora relates superiormente esse facto, do que se tirou posteriormente devassa e ficou culpado⁷⁰.

Quando anos mais tarde, sendo Rei D. Miguel, o Dr. José Joaquim acusa o capitão-mor José César de ser constitucional, afirmando-se ele já absolutista desde 1820, este responde-lhe da seguinte maneira, referindo-se àquela ausência na Aclamação de D. João VI: «Sua Magestade mandou conhecer pelo Corregedor da Comarca, o relato do Juiz de Fora, o qual procedendo a sumário e apesar de achar o facto certo, proferiu uma sentença paliativa que assim mesmo fez contra o mencionado José Joaquim de Faria Azevedo e Araújo (...)»⁷¹.

Como se verá, apesar de tudo isto, o Dr. José Joaquim virá mais tarde a demonstrar exuberantemente o seu absolutismo. Mas, aqui na terra, uma desavença profunda, gerada nas relações familiares que, como vimos, tinha com o capitão-mor, fá-lo tomar sempre atitudes que passam demonstrar publicamente, ser contrário a este.

Em Esposende, quem sempre se mostrara absolutista no período de 1820 a 1823, era o sargento-mor das Ordenanças, Manuel Maciel Ferreira de Araújo. Atesta-o o próprio D. Miguel, por intermédio do Barão de Moledos, em documento passado em 5 de Dezembro de 1823: «Sua Alteza Real o Senhor Infante D. Miguel Comandante em Chefe do Exército, ficou ao facto, pela sua exposição, de quanto Vossa Senhoria praticou a favor da Restauração das prerrogativas do Trono e da Nação que

tão escandalosamente estavam degradadas e foram pela Providência restituídas à sua dignidade. Determina, pois, S. A. R. que eu louve a Vossa Senhoria o seu procedimento como digno português que ama verdadeiramente o seu dever e detesta a ilegitimidade com que o Governo destruído se tinha arvorado; o que, de ordem do mesmo Senhor assim comunico a Vossa Senhoria»⁷².

A exposição demonstrativa do seu sincero absolutismo que o sargento-mor Manuel Maciel fizera chegar às mãos do Infante D. Miguel levava consigo os depoimentos de Custódio José de Faria Vivas, vigário colado na Igreja Matriz da vila de Esposende, Manuel Gonçalves de Faria e Costa, vigário da freguesia de S. Bartolomeu do Mar, João José de Vilas-Boas Painho, reitor colado na Igreja paroquial de S. Miguel das Marinhas, António Maciel Ferreira Neves, pároco encomendado da Igreja paroquial de S. Martinho de Gandra.

Em Vila do Conde passaram-se neste ano de 1823 acontecimentos curiosos.

O Regimento de milícias de Viana sob o comando do Coronel Luis Carneiro de Sá Barbosa e tendo como capitão João de Vasconcelos de Sousa e Castro ocupara, por ordem do Quartel General da Província do Minho, o Castelo de Vila do Conde, sendo dele Governador, como já dissemos, o esposendense capitão João Atanásio de Vilas-Boas.

Qual a razão dessa ocupação? Uma reacção à «Vilafrancada»? Não sabemos.

Ora na noite de 17 para 18 de Junho o capitão João Atanásio, acompanhado de um paisano de nome Manuel Velho assaltou o forte, surpreendendo e desarmando a sentinela e a guarda de vigilância, prendendo de seguida o Coronel Luis Carneiro e o capitão João de Vasconcelos, tudo por ordem de Sua Magestade dada não sabemos por quem.

A 21 daquele mês — três dias depois deste acontecimento — recebia o capitão João Atanásio a seguinte carta assinada por Manuel Inácio Martins Pamplona Corte-Real: «Sua Magestade a quem foram presentes as mais gratas demonstrações de lealdade com que Vossa Mercê e os mais indivíduos de que se compõe a guarnição do castelo dessa vila, por ocasião da Restauração e Aclamação do seu pleno e livre poder, manda louvar a Vossa Mercê seus nobres sentimentos esperando que persistindo neles se fará digno da sua real contemplação: o que Vossa Mercê comunicará aos indivíduos da mesma guarnição para sua satisfação. Deus guarde Vossa Mercê»⁷³.

Referia-se esta carta àquele gesto de assalto ao forte ocupado? Talvez e não, dado o curto tempo decorrido. Antes, porventura, a quaisquer manifestações por ele dirigidas em fins de Maio começos de Junho, quando da aclamação de D. João VI como rei absoluto.

Só assim se compreende que nos começos de Julho daquele mesmo ano de 1823, João Atanásio fosse preso e julgado imediatamente em conselho de Guerra Regimental de que resultou a sua condenação à morte. Todavia a sentença não foi executada, mantendo-se porém preso, talvez por influência de amigos absolutistas.

Em 10 de Julho do ano seguinte, o Conselho de Justiça altera e reforma aquela sentença para demissão do seu posto e do Serviço do Exército e em degredo por toda a vida para o Reino de Angola. E a 4 de Agosto seguinte (1824) diz D. João VI que «sendo-me presente o processo verbal e sumário feito ao reo João Atanásio dos Santos Vilas-Boas, Capitão Governador do Castelo da Barra de Vila do Conde (...) hei por bem, por efeitos da minha Real Clemência, comutar-lhe a referida pena na de dois anos de prisão na Praça de Valença»⁷⁴.

Há neste processo de João Atanásio qualquer coisa que não conseguimos descortinar.

3.7. Os anos de 1824 a 1826 são ricos em acontecimentos políticos.

Em Abril de 1824 dá-se a «Abrilada», revolta organizada por D. Miguel por combinação com sua mãe a rainha Carlota Joaquina a fim de assumirem o poder total, ainda em vida do rei D. João VI. A revolta não resulta e em Maio D. Miguel é obrigado, por seu pai, a sair do país.

A sociedade portuguesa divide-se cada vez mais entre partidários das ideias liberais e das ideias tradicionais (absolutistas).

Em 1825 reconhece-se oficialmente a independência do Brasil.

E a 10 de Março de 1826, falecia D. João VI, nomeando um Conselho de Regência constituído pelo Cardeal Patriarca D. Frei Patrício, pelo Duque de Cadaval, pelo Marquês de Valada e pelo Conde dos Arcos.

Presidia ao Conselho a Infanta D. Isabel Maria, filha do monarca a quem ele legava o voto decisivo em caso de empate.

Entretanto, pelo tratado de reconhecimento do Brasil independente, datado de 29 de Maio de 1825, D. João VI reconhecia claramente seu filho mais velho D. Pedro como herdeiro do trono de Portugal. O Conselho de Regência enviou ao Brasil uma deputação composta pelo Duque de Lapões, o Arcebispo de Lacedemónia e Francisco de Faria e Sousa, a comunicar a morte do Rei e a prestar homenagem a D. Pedro como herdeiro.

D. Pedro decidiu, todavia, abdicar em sua filha mais velha D. Maria da Glória (a futura D. Maria II) que contava ao tempo sete anos de idade. E, dando expressão às suas ideias liberais, outorgou a Carta Constitucional. Estabeleceu ainda que sua filha deveria casar com D. Miguel, então com 25 anos de idade.

D. Miguel parecia aceitar tudo. A 29 de Outubro de 1826 jurou a Carta, e foram celebrados os seus esponsais, por procuração, com a sobrinha D. Maria da Glória. Tudo isto se passava em Viena de Áustria aonde D. Miguel permanecia.

Dispôs ainda D. Pedro que sua irmã, D. Isabel Maria seria a Regente, individualmente e não em Conselho, como havia decidido D. João VI.

Estes acontecimentos não obstaram a que os partidários do absolutismo fizessem uma campanha contra as disposições tomadas por D. Pedro e aconselhassem a deserção das fileiras do exército.

Em Espanha, o Conde de Amarante, então já

Masquês de Chaves, organizava uma Divisão de Realistas, a que se iam juntando algumas tropas fugidas de Portugal.

E em 23 de Novembro de 1826 o Marquês de Chaves à frente daquela divisão entra em Portugal por Bragança. O seu objectivo é promover a vinda de D. Miguel como Rei Absoluto.

Em Esposende o capitão-mor Custódio Cêzar deixa de presidir à Câmara, continuando porém como vereador. É substituído pelo juiz de fora, João Ferraz da Costa, logo depois substituído pelo Dr. Manuel Carlos de Meneses Cardoso.

O capitão João Atanásio, acabara de cumprir a pena de dois anos em Valença e estabeleceu-se na sua casa, na vila. Toma porém a resolução de fazer emigrar para Espanha os seus dois filhos José Marcelino e António Augusto que se vão juntar às tropas do Marquês de Chaves, o que parece demonstrar o seu absolutismo, posteriormente confirmado.

O capitão Pedro Tomás de Faria é colocado no Porto à frente do chamado «Trem de Ouro».

3.8. A entrada da Divisão Realista do Marquês de Chaves, dava os primeiros sintomas de uma guerra civil. Depois de vários recontros a Divisão Realista é obrigada a refugiar-se de novo em Espanha, batida pelas tropas do conde de Vila Flor, mais tarde Duque da Terceira, em Janeiro de 1827.

Mas por todo o Portugal os partidários de D. Miguel não escondem as suas ideias e aclama-no como Rei.

Vejamos o que se passa em Esposende, neste ano de 1827⁷⁵.

Tudo parece ter começado em Barcelos em sequência do que se passou no País e no Norte, em fins de 1826 e começos de 1827.

As tropas absolutistas do Marquês de Chaves, entradas por Bragança, em Novembro de 1826, aproximaram-se do Centro do Minho.

Entretanto o Governo pela voz do Conde de Palmela pedira o auxílio da Inglaterra. As tropas inglesas desembarcaram em Janeiro de 1827 e caminharam para o norte.

Ora é nesta altura que o Doutor Bernardino Cardoso de Almeida, juiz de fora do Tombo da Casa de Bragança em Barcelos mandou uma carta ao Dr. António José dos Santos do Monte Fogaça, casado na Casa do Craveiro em Esposende, dizendo-lhe que em Barcelos se sabia que o exército inglês havia sido mandado sustar na marcha sobre a cidade do Porto. O Norte, havia de ficar sob o poder do Marquês de Chaves e das suas tropas absolutistas. Mais valia anteciparem-se os acontecimentos, aclamando desde já D. Miguel como rei absoluto.

Sem tom nem som, dirá mais tarde o capitão-mor José Cêzar, o Dr. Fogaça arregimentou os seus amigos: o Dr. José Joaquim de Faria Azevedo e Araújo, levando nos seus braços a effigie de D. Miguel, o sargento-mor Manuel Maciel Ferreira de Araújo e o desembargador graduado da Relação da Casa do Porto, André Manuel Pinto Veloso Coelho e Melo.

Foram à praça, em frente à Câmara, pelos 6 horas da tarde, com archotes acesos e com muito povo

à volta e aclamaram D. Miguel. Dali se dirigiram à casa do Dr. Juiz de Fora (presidente da Câmara) que os recebeu e acompanhou de novo à Câmara.

Fê-lo porém contrariado e para evitar a agitação pública, como depois dirá, considerando ainda que a sua casa fora autenticamente invadida pelos facciosos de D. Miguel — assim os classificou, dizendo ainda que o Dr. José Joaquim de Faria, abriera uma janela de sua casa e dali mostrar a effigie de D. Miguel ao povo.

Entretanto o Juiz de Fora mandara avisar todos os vereadores e ainda o capitão-mor José Cêzar para comparecerem na Câmara aonde também vieram o capitão João Atanásio de Vilas-Boas, o tenente-coronel governador do forte da Barra, Luis Evaristo de Figueiredo e o vice-cônsul de Sua Majestade Católica (o rei de Espanha) D. António Loureiro.

Quando todos estavam reunidos, o Juiz de Fora mandou repicar os sinos, iluminar a Casa da Câmara e tomar todas as providências para que se mantivesse a tranquilidade pública e a boa ordem. Todas as ruas da vila se iluminaram, continuando os vivas a D. Miguel, à Religião Católica Apostólica Romana, a D. Carlota Joaquina, aos inclitos generais e aos exércitos restauradores: o Marquês de Chaves e as suas tropas.

O Dr. Joaquim José de Faria pôs o retrato de D. Miguel em lugar de relevo numa das salas da Câmara e de tudo se lavrou auto, assinado por todos os citados e ainda pelo Padre Luis António da Silva Pinto e Castro, José Joaquim da Silva Pinto e Castro, pelo tabelião Filipe da Silva Pinto e Castro e pelo Padre João Evaristo dos Santos Vilas-Boas, outro dos filhos do referido capitão João Atanásio.

Logo no dia imediato, a 2 de Fevereiro, o grupo constituido pelo capitão João Atanásio de Vilas-Boas, pelo sargento-mor Manuel Maciel Ferreira de Araújo, pelo Dr. José Joaquim de Faria, pelo Dr. António José dos Santos do Monte Fogaça, por José Joaquim da Silva Pinto e Castro, todos da vila de Esposende, apresentou-se em Fão, pelas cinco horas da tarde. O Dr. José Joaquim de Faria, como acontecera na véspera em Esposende, trazia nos braços a effigie de D. Miguel. E, todos em conjunto, aclamaram D. Miguel como Rei de Portugal. Reuniram-se-lhe então o Juiz João Diogo da Costa, os eleitos Francisco Lourenço do Monte e Francisco Gomes e os almotaceis Manuel José Cardoso e João José Ferreira e mais os seguintes: Manuel José Cardoso Júnior, Joaquim José Leite Ribeiro, o Padre José Fernandes Pereira, o Rev.º Padre Lourenço Armão, Lourenço Gonçalves Leite Ribeiro, Francisco José Leite Ribeiro, Domingos Armão Merenci, Joaquim Neves da Costa, António José Gonçalves Moreira, Manuel Luis Coelho de Almeida, o Padre Manuel Carvalho, João de Carvalho, o Padre Pedro José Gomes, classificado de «grande amigo do novo Rei D. Miguel» e o reitor Francisco José de Faria.

Neste mesmo dia 2 de Fevereiro, outra Aclamação de D. Miguel, com grande pompa e solenidade se fazia em Esposende.

O Comandante da Quinta Brigada das Ordenanças, com sede em Barcelos, António de Matos Faria

e Barbosa, enviara ao capitão-mor José Cêzar de Faria Vivas um officio em que lhe dizia que em 31 de Janeiro o Marquês de Chaves, General Silveira, Comandante em chefe do Exército Realista, nomeara comandante das ordenanças da Provincia do Minho António de Vasconcelos Leite Pereira e este o havia instruido para que ordenasse ao capitão-mor de Esposende a solene aclamação de D. Miguel como Rei.

Por isso, o capitão-mor, José Cêzar, uma vez recebida a comunicação official do seu superior, mandara convocar para a Câmara, o Presidente, os Vereadores, o Procurador e o tenente-coronel Governador do Forte da Barra, o clero, a nobreza e o povo da Vila.

Depois da Aclamação na Câmara, fez-se um cortejo. O sargento-mor das ordenanças Manuel Maciel levava nos seus braços a effigie de D. Miguel. Ladeavam-no «em nobre guarda», o capitão-mor José Cêzar e o tenente-coronel Governador do forte da Barra Luis Evaristo de Figueiredo, cada um em rigoroso uniforme e de espadas desembainhadas.

Após eles, ia o Estandarte Real; depois, a Câmara (presidente e vereadores); logo após, a Bandeira das Ordenanças, seguida do corpo de veteranos do Castelo da Barra, do clero, da nobreza e do povo.

O cortejo assim organizado, ouviu na praça os solenes e vibrantes vivas dados a D. Miguel pelo capitão-mor. Foram então à Igreja Matriz, aonde o capitão-mor mandava proceder a um Solene Te-Deum. Findo este o cortejo organizado regressou à Câmara lavrando-se o respectivo auto.

Todavia, no dia seguinte dá-se o reviravolta⁷⁶: a Câmara rectifica os gestos dos dias 1 e 2, e aclama solenemente D. Pedro IV como rei de Portugal, sua filha D. Maria da Glória como Rainha D. Maria II e exalta a Carta Constitucional outorgada por D. Pedro na Corte do Rio de Janeiro, em 21 de Abril de 1826.

Convocados pelo Juiz de Fora, Dr. Manuel Carlos de Meneses Cardoso, estão os vereadores Silva Pinto, Marques, Faria e Vilas-Boas, o coronel Governador da Barra, Luis de Figueiredo, o capitão-mor José Cêzar de Faria Vivas; de Fão haviam vindo, António José Gonçalves Moreira, Francisco José Leite Ribeiro, Manuel Luis Coelho de Almeida e Domingos Armão Merenci.

Todos estes haviam participado nas duas aclamações de D. Miguel, atrás referidas, em razão dos cargos que exerciam.

Faltavam os miguelistas ferrenhos: o Dr. José Joaquim de Faria, o capitão João Atanásio de Vilas-Boas, o sargento-mor Manuel Maciel, e José Joaquim da Silva Pinto e Castro.

Estavam presentes, porém, outras figuras que não participaram nas aclamações dos dias anteriores: o coronel de milícias reformado, José Maria de Barbosa Aboim, o vigário da Vila Custódio José de Faria Vivas (primo e de igual nome ao do anterior capitão-mor) o Padre João Damasceno Pereira, o Padre Luis António da Silva Pinto e Castro, Alvaro de Barbosa Aboim, Manuel Joaquim de Vilas-Boas Robim, professor de primeiras letras, Manuel Pessoa

de Faria, o juiz Almotacei José Rodrigues Viana, o cirurgião da vila, Isidro Rafael, José Lino de Barros Maciel, o tabelião Joaquim José Pereira de Azurar, o tabelião Filipe da Silva Pinto de Castro, o ajudante Manuel da Silva Ribeiro, o meirinho João Pereira da Mota, Manuel João Ribeiro de Vilas-Boas, António José Moreira.

O escrivão da Câmara António de Vilas-Boas Pereira a tudo assistira e de tudo fazia acta.

O juiz de fora agradeceu publicamente ao coronel de milícias reformado, José Maria de Barbosa e Aboim, «que se achava emigrado no lugar de Fão» o apoio que lhe dera neste acto público de desagravo a D. Pedro e à Carta Constitucional.

Dos faltosos à sessão pública, o sargento-mor Manuel Maciel, porque exercia um cargo oficial na vila de Esposende, assumira especiais responsabilidades. E o juiz de fora — mas não o capitão-mor José César, o que é sintomático — acompanhado do Tabelião Filipe da Silva Pinto e Castro, do meirinho José Pereira da Mota, do «porteiro do juízo» António José Picina, e do carcereiro Domingos Ferreira, foram encontrar naquele mesmo dia, o sargento-mor Manuel Maciel à porta da casa do Padre João Damasceno Pereira, na rua da Misericórdia, e prenderam-no.

Entrado na cadeia, o sargento-mor pouco se demorou, pois nesse mesmo dia era solto, talvez por diligências do capitão-mor José César.

Entretanto, no dia 6 seguinte, o capitão-mor recebia ordem pela via hierárquica militar, de Aclamar D. Pedro IV como Rei de Portugal. E assim se fez. E, caso curioso, um dos ferrenhos miguelistas, o Dr. José Joaquim de Faria, esteve presente nessa aclamação sem que nada o obrigasse a tal. É que este esposendense tinha uma grave acusação sobre si, produto de questões relativas a heranças familiares e tomava algumas das suas atitudes conforme a evolução dos acontecimentos. Talvez com esse gesto a favor de D. Pedro IV, ele que efectivamente era um miguelista, tentasse evitar o que veio a suceder justamente a meados de Fevereiro. Restaurada a «ordem constitucional» na vila de Esposende, cai sobre José Joaquim de Faria um processo judicial que nada tem a ver com a política. Esconde-se então, em casa de um dos seus cunhados, o Dr. Manuel Pessoa de Faria e dali passa para Viana, acolhendo-se na casa de seu primo António de Sá Pinto de Abreu Sottomayor, então coronel dos Voluntários Realistas e dali se passou ao Solar de Lanhelas aonde permaneceu durante muito tempo. Diria mais tarde, quando D. Miguel governava com poderes absolutos, que essa sua estadia nas margens do rio Minho, era o seu exílio político.

3.9. Os acontecimentos deste começo de 1827 mostravam bem quanto em Portugal se estava preparando para reagir contra o regime constitucional.

D. Miguel, vivendo na corte austríaca, era o símbolo e a esperança desse movimento.

Chamado para o Brasil, em Fevereiro, por seu irmão D. Pedro, recusara-se a partir da Europa, pelo menos nesse momento. O próprio Marquês de Palmela, liberal indiscutível, exprimia a opinião de

que só D. Miguel poderia salvar o país da anarquia que se aproximava a largos passos. Saldanha, como Ministro da Guerra, porém, afirmava-se cada vez mais como defensor da Carta e mostrava-se disposto a manter o país em ordem, custasse o que custasse. Algumas das suas decisões, porém, não foram aceites pela infanta-regente, D. Isabel Maria, irmã de D. Pedro e de D. Miguel. Saldanha demitiu-se do Governo em 23 de Julho de 1827, sendo nomeado para o substituir o Conde da Ponte, de tendência absolutista. Os constitucionais reagiram e fizeram várias manifestações, mas a tendência do país parecia ir para o absolutismo. D. Pedro, no Brasil, cede: escolhe D. Miguel para regente de Portugal, por decreto de 3 de Julho de 1827.

A 6 de Dezembro sai D. Miguel de Viena, passando por Paris (19 de Dezembro) e Londres aonde se demorou até 13 de Janeiro de 1828.

A 22 de Fevereiro de 1828 chegava D. Miguel a Portugal, fazendo no dia 26 um juramento histórico: «Juro Fidelidade ao Senhor D. Pedro IV e à Senhora D. Maria II, legítimos reis de Portugal, e entregar o governo do reino à senhora rainha D. Maria II logo que ela chegar à maioridade. Juro igualmente manter a religião católica, apostólica, romana e a integridade do reino; observar e fazer observar a constituição política portuguesa e mais leis do reino e prover ao bem geral da nação quanto em mim couber».

Foi, porém, sol de pouca dura. Os absolutistas portugueses exilados em Espanha, à frente dos quais estava o Marquês de Chaves com o seu Exército de Realistas, insistem com D. Miguel para que se proclame rei.

A 13 de Março de 1828 são dissolvidas as Cortes e nomeada uma Junta de Governo. E a 25 de Abril, aniversário de sua mãe, D. Carlota Joaquina, os vereadores da Câmara de Lisboa, dão o grito: Real! Real! por el-Rei de Portugal o senhor D. Miguel I. Até 8 de Maio as Câmaras da Província seguem o exemplo de Lisboa e dadas as representações que foram levadas ao Paço, D. Miguel intitula-se Rei e passa a proceder como tal.

O Norte revolta-se: Aveiro em primeiro lugar, logo seguida do Porto aclamam D. Pedro IV em 16 de Maio daquele mesmo ano, constituindo a 20 de Maio uma Junta Provisória do Governo.

Afluem ao Porto vários regimentos e muitos militares de feição constitucional. O General Refoios assume o comando. Mas, apesar da forma como Bernardo de Sá Nogueira, o futuro Marquês de Sá da Bandeira, se bate, os constitucionais são derrotados perto de Coimbra.

A «Belfastada», movimento revolucionário com base no desembarque, em Matosinhos, de tropas do navio inglês «Belfast» não resulta. Nele vinham Palmela, Saldanha, Vila Flor e outros constitucionais.

A 3 de Julho, o general Póvoas, fiel a D. Miguel, toma o Porto. Os liberais emigram, quase todos para Inglaterra. D. Miguel vai governar com Rei Absoluto, neste ano de 1828 e nos anos seguintes até 1832.

E os nossos já conhecidos Esposendenses aonde estão e o que fazem, neste período?

3.B. O PERÍODO DO REGIME ABSOLUTO: 1828-1832

3.10 Como atrás se disse, a Câmara Municipal de Lisboa Aclamou D. Miguel como Rei Absoluto a 25 de Abril de 1828.

Em Esposende os acontecimentos não se fizeram esperar⁷⁷. No dia 28 de Abril o grupo que já no ano anterior tinha feito a Aclamação de D. Miguel, saiu à rua aos vivas: à frente o Dr. José Joaquim de Faria, «o primeiro a levantar o grito» e logo imediatamente o capitão João Atanásio de Vilas-Boas, o sargento-mor Manuel Maciel, Joaquim José Veloso da Silva Pinto, José Joaquim da Silva Pinto e António José do Monte Fogaça, a que juntaram ainda Manuel Joaquim Pereira de Castro, alferes da primeira campanha dos veteranos do forte e o seu comandante Luís Evaristo de Figueiredo e José António Loureiro, cônsul de Espanha.

O Dr. José Joaquim de Faria deu um chá em sua casa que custou 38\$00 e fez estoirar uma dúzia de foguetes de salva real que custou 4\$85.

Quis o grupo nesse mesmo dia, iluminar a Câmara e colocar logo o retrato de D. Miguel na Sala Grande. O capitão-mor José César que também era vereador, opôs-se a esses intentos o que lhe valeu a inimizade dos mais inflamados que afirmavam não ser ele um verdadeiro realista. Como havia emprestado os seus castiçais para fazer a iluminação neste dia, e tendo-os mandado buscar a meio da noite, foi esse gesto também interpretado como mais um sinal de não adesão ao absolutismo. O capitão-mor comentaria mais tarde: «Eu não queria ficar sem os castiçais que me custaram 24\$00». Alguém chamou a atenção do capitão-mor que se estava a portar mal com o partido realista ao que respondeu altivamente que o rei «lhe poderia tirar o posto se assim o entendesse»⁷⁸.

Mas, no dia seguinte, o capitão-mor organizava festejos exclusivamente à sua custa. Ergueu na Praça um tronco aonde pôs a efigie de D. Miguel. Distribuiu dinheiro aos pobres. Organizou um Te-Deum na Matriz. Pagou a iluminação de toda a vila e fez tocar os hinos reais por uma banda de música com foguetes a estoirar. Subiu várias vezes às varandas da Câmara e deu vivas a D. Miguel.

No dia 30 de Abril, terceiro dia de festejos, foi a Aclamação Oficial, na Câmara. Estavam presentes as principais figuras da Vila. O Juiz de fora, Joaquim de Meneses Cardoso da Fonseca Barreto; o primeiro vereador José Valério da Costa Neves; o segundo vereador e também capitão-mor José César de Faria Vivas; o terceiro vereador José Joaquim dos Santos Portela; o procurador José Rodrigues Viana; o tenente coronel Governador Luís Evaristo de Figueiredo; o Capitão do Estado Maior do Exército João Atanásio de Vilas-Boas; o alferes Manuel Joaquim Pereira de Castro; o sargento-mor Manuel Maciel Ferreira de Araújo; o alferes de milícias José Joaquim dos Santos Portela; o vigário Custódio José de Faria Vivas; o Padre João Damasceno Pereira;

o Padre Luís António da Silva Pinto e Castro; o Padre Francisco Gonçalves Fidalgo; António José Lopes de Barros Maciel, sargento de veteranos; José Joaquim de Faria Azevedo e Araújo; Joaquim José Veloso da Silva Pinto e Castro; Manuel Carlos de Meneses; António Caetano Marques; José Joaquim da Silva Pinto e Castro; António José dos Santos Monte Fogaça; Valentim de Faria; José Joaquim dos Santos; José Joaquim de Faria; José António Loureiro; António José Barbosa; Manuel Pessoa de Faria; José Lino de Barros Maciel; Manuel Joaquim de Vilas-Boas Robim; o tabelião Joaquim José Pereira de Azurara; Manuel José Gonçalves; o tabelião Manuel da Silva Ribeiro; o escrivão dos órfãos Filipe da Silva Pinto e Castro; o escrivão da Câmara António de Vilas-Boas Pereira; José Franklin de Sousa; João de Vilas-Boas; Jacinto António Pereira de Araújo e Lima; António de Brito; Isidro Rafael de Atougua; o meirinho geral António José Moreira; Domingos José Ferreira; Manuel José Ribeiro de Vilas-Boas; Francisco José Correia; Tomaz Machado; António Pires Maciel; Rafael Lourenço Mouco; Henrique José de Oliveira.

3.11. Como atrás se disse, a 16 de Maio seguinte rebentou a rebelião do Norte contra D. Miguel.

E a 24 de Maio, o capitão-mor José César é chamado a substituir o comandante da 5.^a Brigada, o capitão-mor de Barcelos António de Matos de Faria Barbosa. O sargento-mor de Esposende Manuel Maciel, assume interinamente o cargo de capitão-mor das ordenanças da vila e seu termo.

Não sabemos se foram ordens dos rebeldes constitucionais do Porto, ou se de outra origem. Sabe-se que o capitão-mor José César cumpriu uma ordem do «rebelde General Cayola, da Provincia Constitucional do Minho»⁷⁹. Seria o Comando da 5.^a Brigada das Ordenanças?

Seja como for, a 7 de Junho o Brigadeiro Governador de Valença e Militar de Viana, Francisco Xavier Calheiros Bezerra de Araújo expedia uma ordem para o sargento-mor Manuel Maciel dizendo que «ele combinará com o comandante interino da 5.^a Brigada, José César de Faria Vivas a maneira mais útil aonde se devem postar as guardas das Ordenanças e a força de que elas se devem compor e tudo o mais que dificulte a acção aos rebeldes do Porto»⁸⁰.

Isto prova que a 5.^a Brigada, sob o comando de José César estava com os Realistas. E o interino capitão-mor Maciel desenvolveu grande actividade impedindo a passagem em Fão e na Barca do Lago de géneros que iam a caminho do Porto, em auxílio dos rebeldes.

A rebelião do Porto foi sufocada, como se disse, tendo terminado as hostilidades a 3 de Julho. Em Outubro, a pedido do sargento-mor Manuel Maciel, o capitão-mor José César atestava que «últimamente quando se revoltou a cidade do Porto, estando servido debaixo das minhas ordens como comandante interino que fui da 5.^o Brigada das Ordenanças, fez ele os mais relevantes serviços em defesa dos Augustos Direitos de Sua Majestade. Outrossim atesto

que nunca em tempo algum lhe conheci sentimentos constitucionais»⁸¹.

Em Agosto, o capitão-mor José Cezar oferece os seus serviços em carta dirigida ao Conde de Rio Pardo, Ministro da Guerra de D. Miguel e em Setembro pede para usar efígie do Rei pendente do peito de uma fita da cor do laço português, o que D. Miguel deferiu em despacho de 6 de Abril de 1829.

Por carta patente outorgada por D. Miguel, dada de 4 de Fevereiro de 1830, e confirmado a José Cezar o posto de capitão-mor que vinha exercendo desde 1809. Isto apesar do que o seu parente e inimigo político Dr. Joaquim José de Faria expôs ao rei em 3 de Setembro de 1829, tentando demonstrar que o capitão-mor era um homem que se queria fazer passar por realista, mas realmente não o era.

O sargento-mor Manuel Maciel, solicitou ao Rei o governo de um praça mas, apesar do seu indefectível absolutismo, como nunca servira no exército-regular, não conseguiu os seus propósitos.

O capitão do Estado Maior João Atanásio, cumprida a pena a que fora condenado, como atrás se disse, requereu também o governo de uma praça militar, provando a sua fidelidade a D. Miguel.

Um longo abaixo-assinado por pessoas ilustres de Vila do Conde pede que volte ao governo do Castelo da Barra daquela vila. Porém o Rei despacha-o como comandante do Presídio de Valença, aonde viria a falecer em 1834.

Os seus filhos José Marcelino e António Augusto haviam regressado de Espanha com a Divisão do Marquês de Chaves, recebido na Corte de D. Miguel como grande figura do nosso país; à sua heroicidade aquando da 2.^a invasão francesa e que lhe valera o título de Conde de Amarante juntava a luta armada que fizera ao regime Constitucional e o seu acendrado amor à causa do absolutismo real.

No Porto, o major Pedro Tomaz de Faria é encarregado de trabalhos de engenharia nas margens e foz do rio Douro.

3.C. A GUERRA CIVIL: 1829-1834

3.12. Desde 1829 até 29 de Maio de 1834 dia em que D. Miguel assinou a declaração em Évora através da qual não mais se misturarla, directa ou indirectamente nos negócios públicos de Portugal, saindo definitivamente do país no dia 1 de Junho, a vida nacional foi fértil em acontecimentos políticos e em lutas armadas.

Naquele mesmo ano houve batalha entre miguelistas e liberais em Vila da Praia, nos Açores. No ano seguinte, constituiu-se na Ilha Terceira, a regência liberal sob a presidência de Palmela e D. Pedro abdica do trono brasileiro. Em 1831 é a revolta do Regimento de Cavalaria 4 em Lisboa na qual esteve implicado o historiador Alexandre Herculano que abandona o país. Em 1832 D. Pedro assume a regência de Portugal em nome de sua filha D. Maria II e desembarca no Mindelo, entrando no Porto. Depois é o cerco do Porto e o combate do Souto Redondo. Em 1833 Lisboa é ocupada pelas tropas do Duque da Terceira, vindas do Algarve.

aonde haviam desembarcado. Por seu lado D. Pedro entra na capital. No ano seguinte são as batalhas de Almoester e Asseiceira e convenção de Évora-Monte e a expatriação de D. Miguel.

Neste período, o que foi a vida do capitão-mor José Cezar e dos outros conterrâneos de quem temos falado? Pouco conseguimos saber.

O capitão João Atanásio de Vilas-Boas morreu a 12 de Junho de 1834, sendo comandante do presídio militar da praça de Valença. Faleceu na freguesia de Ganfei, com todos os sacramentos da Igreja, sendo o cadáver, vestido com o seu fardamento, sepultado no cemitério daquela freguesia do concelho da Valença⁸².

Deixava vários filhos, entre os quais o capitão José Marcelino de Vilas-Boas que mais tarde viria a ser governador da praça de Valença, no posto de coronel, ali vivendo e ali lhe nascendo os filhos que haveriam de regressar a Esposende, na geração seguinte⁸³.

O capitão Pedro Thomaz de Faria estava no Porto quando do famoso cerco. Mas a sua actividade a favor dos liberais não foi considerada suficiente, pois assim se diz num documento assinado pelo punho de D. Pedro, Duque de Bragança, e de Agostinho José Freire: «tendo-me sido presente, pelo resultado do Conselho de Investigação a que se mandou proceder sobre a participação do Major Sub-Director do trem provisório estabelecido no convento abandonado dos congregados, a pouca actividade com que se houve no dia 4 do presente mês o capitão de artilharia Pedro Thomaz de Faria Azevedo e Araújo, empregado no mesmo trem; Hei por bem, em nome da Rainha, ordenar que passe à classe de agregado por tempo de dois meses contados da data do presente Decreto. O ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra o tenha assim entendido e faça executar. Paço no Porto em 19 de Janeiro de 1833»⁸⁴.

O capitão Pedro Tomaz não considerou justa esta sentença. E dois anos depois invoca à Rainha D. Maria II os serviços que prestou na cidade do Porto desde que nela entrou Sua Majestade Imperial o Duque de Bragança, de saudosa memória, cumprindo à risca tudo aquilo de que foi encarregado em todo o tempo do dito cerco⁸⁵.

Em 1840, já Major, Pedro Tomaz é Governador do Forte de Esposende, aonde morre a 16 de Junho de 1852, deixando vários filhos.

Quanto a seu irmão o Dr. José Joaquim de Faria, ferrenho absolutista, apesar das suas contendas com o capitão-mor José Cezar o terem levado a um ou outro gesto público de aparença liberal — morreu em Viana do Castelo a 2 de Julho de 1855. Deixou um filho, o Dr. Filipe de Faria Azevedo e Araújo que nasceu em Esposende a 19 de Setembro de 1834. Foi advogado, presidente da Câmara, provedor da Misericórdia e benemérito do Hospital da vila⁸⁶.

O sargento-mor Manuel Maciel Ferreira de Araújo, outros dos ferrenhos miguelistas, morreu em Esposende em 16 de Maio de 1830. Não chegou a ver, para seu consolo, a vitória dos liberais. Teve vários filhos, alguns dos quais foram para o Brasil quando ali foi a capital da Nação e por lá ficaram.

Quanto aos esposendenses da família Pinto da Silva e Castro nada mais sabemos com excepção do seu parente José Marcelino de Vilas-Boas (filho do capitão João Atanásio e de D. Francisca Baptista da Silva Pinto e Castro) como atrás dissemos. E o C. M. José César?

3.13. Em 22 de Novembro de 1833, na fase da guerra civil entre liberais e miguelistas, o C. M. expunha ao General Comandante do Minho nos seguintes termos: «Diz José César de Faria, capitão-mor das ordenanças da vila de Esposende, actualmente encarregado do estabelecimento e comando da linha litoral de Fachos, desde Vila do Conde até Caminha, e comandante interino da 5.^a e 8.^a Brigada de Ordenanças: que achando-se desta sorte em actual e efectivo serviço, sujeito a muitos incómodos e despesas, privado da administração da sua casa, razão há que pelo menos seja escusada e isenta a sua casa para se lhe não tolher a sua subsistência, enquanto defende a dos outros. Sendo pois este modo de proceder em harmonia com as Reais resoluções e ordens de V. Ex.^a, a que cegamente se deve obedecer, não acontece assim com o suplicante, a quem sucessivamente se está tomando o pão e mais géneros para o fornecimento do Exército; e, ultimamente, se lhe embargaram, por ordem da Câmara do Distrito, todas as suas rendas e de suas irmãs que vivem com o suplicante e cuja administração corre por conta dele deixando-lhe apenas a terça parte, privando-se desta sorte de poder subsistir com dignidade no serviço por falta de meios e talvez com prejuízo do Estado, com o qual o suplicante dispense tudo além de muitos e diferentes donativos que voluntariamente tem prestado, porque é vassalo fiel amante da sagrada causa e do legítimo governo estabelecido pelas leis fundamentais portuguesas. E porque, em tais circunstâncias, se faz digno e suplicante da protecção de V. Ex.^a contra a violência e opressão que lhe fazem as justiças territoriais que o não atendam por mais que lhe requeira; e é notória a inteireza e integridade deste sábio governo (...)»⁸⁷.

Como se vê, o C. M. exercia, nesta altura, funções de grande importância em todo o litoral do Minho. Curioso é o despacho do General Pinheiro: «haja com o suplicante a devida contemplação em atenção aos motivos que refere que merecem toda a consideração, devendo levantar-se o embargo dos frutos que menciona e que for compatível com as Reais Ordens, pois que um Oficial empregado em efectivo serviço, não deve arder em dois fogos e por isso deve haver a maior consideração. Quartel General em Braga, 22 de Novembro de 1833»⁸⁸.

A exposição referida é datada de uma época em que as tropas liberais estavam já vitoriosas em grande parte do país. O sábio Governo a que o capitão-mor se refere deve ser o que se constituiu em Outubro de 1833 após a chegada de D. Maria II a Lisboa, aonde a esperava seu pai D. Pedro, com o seu tio D. Miguel, ainda no país, mas no Alentejo (23-9-1833).

Sendo assim, o capitão-mor escrevendo o que escreveu parece dar razão ao seu adversário Dr. José

Joaquim de Faria que nunca acreditara no miguelismo daquele.

Outras peripécias da vida do capitão-mor dão-nos porém uma imagem contrária.

D. Miguel saíra do país a 1 de Junho de 1834. O governo nomeara já como juiz de fora de Esposendo o Dr. Tomaz de Araújo Vasconcelos Pereira e Alvim que esteve pouco tempo nesse lugar. Mas foi tempo bastante para deportar, em 6 de Maio de 1834, para Caldelas, o capitão-mor José César. A que título?

José César dirá que, simplesmente, por ser «homem poderoso e de grande influência nos povos daquele distrito». Mas talvez o Dr. Alvim o não considerasse um bom constitucional.

O C. M. continuava a arder em dois fogos... Em Julho de 1834 fez o seguinte requerimento à Junta Municipal de Esposende: «(...) diz que precisa que V. Sas. lhe atestem o que souberem e for verdade sobre os quesitos seguintes:

— Se desde o ano de 1828 até 29 de Março de 1834 em que se fez a Aclamação de Sua Majestade a Sr.^a D. Maria II, foi perseguidor dos constitucionais ou consta que contra eles jurasse nas devassas ou se foi simplesmente um executor das ordens dos seus superiores, executando-as com moderação e imparcialidade que lhe era possível;

— Se no tempo que durou a primeira constituição em que o suplicante foi o Presidente da Câmara constitucional e na segunda em que serviu outros empregos os desempenhou com inteligência zelo e limpeza de mãos que lhe era própria;

— Se desde aquele dia 29 de Março em que se fez a Aclamação até ao dia 6 de Maio em que foi deportado para a Vila de Amares instou contra o legítimo Governo ou deixou de se submeter a ele com prontidão e respeito como sempre costumara e se admitia em sua casa pessoas suspeitas;

— e, ultimamente, se consta que o suplicante na qualidade de capitão-mor e dos demais empregos que estava exercendo fosse pouco limpo de mãos.

A Junta Municipal de Esposende constituída por pessoas de apelidos Santos, Pessoa, Fernandes e Viana em 1-7-1834, «atestou perante quem competir que o suplicante executou as ordens do governo usurpador⁸⁹, desde 1828 até 29 de Março em que se fez a Aclamação de D. Maria II com moderação e imparcialidade; mais, que o suplicante foi Presidente da Câmara Constitucional entre 1820 e 1826, serviu de vereador, cujos empregos exerceu com limpeza de mãos, zelo e inteligência; desde o dia 29 de Março por diante não nos consta que atentasse contra o legítimo governo, nem que em sua casa admitisse pessoa suspeita»⁹⁰.

Da posse deste atestado, o C. M. requereu à perfeitura de Braga que mandasse informar da sua conduta e qualidade, mandando-o restituir à sua casa.

O Juiz do concelho de Amares informou que «o suplicante em todo o tempo que tem estado deportado debaixo da minha vigia se tem conduzido de um modo louvável e irrepreensível, o que não é mo-

tivado pelas circunstâncias em que se acha, mas sim pelo seu comportamento honrado que sempre lhe conheci no espaço de tantos anos em que vem residir a uma quinta que tem neste concelho»⁹¹. Perante esta informação o Juiz de Braga despachou: «O Provedor de Apúlia, a quem o suplicante se apresentará, lhes destinará o lugar onde deve ir residir para o que o provedor do concelho de Amares lhe passará guia. Braga 27-8-1834»⁹².

E lá veio o C. M. para a sua quinta da Seara em Palmeira de Faro. Extintas as ordenanças pelo novo governo, o C. M., no ano seguinte, com toda a família, afasta-se temporariamente de Esposende e vai de novo para a quinta e casa de Passos, na freguesia de Cadelas concelho de Amares.

E aí tem nova demanda judicial: continuava a arder entre dois fogos.

O Tabelião do público, judicial e de nota (ao que suponho, Filipe da Silva Pinto e Castro) de Esposende, acusa-o de perseguidor da sua pessoa, por ele, tabelião, ser constitucional.

Repare-se que, quatro anos atrás, o C. M. José Cézar era acusado de constitucional, pelo seu parente e adversário Dr. José Joaquim de Faria Azevedo e Araújo.

Agora, é indirectamente, acusado de miguelista pelo tabelião de Esposende.

A sentença de absolvição que o Juiz proferiu é porém elucidativa do seu carácter e um extracto servirá para encerrar estas notas que já vão longas:

«Provou-se que o réu exerceu o posto de capitão-mor das extintas ordenanças de Esposende com honra, probidade e desinteresse a toda a prova; obedecendo com exactidão à lei; portando-se pacífico e de nenhuma sorte avesso ao governo de sua Magestade a Rainha e à Carta Constitucional (...)»⁹³.

Quando o capitão-mor José Cézar morreu a 7 de Setembro de 1855, haviam passado já 20 anos sobre a data desta sentença. Continuou a ser o mesmo homem, honrado, prôbo, pessoalmente desinteressado e obediente no exercício das tarefas de que era incumbido. Sem rancores, pacífico, na sua vida social.

Quem assim é, muitas vezes desagrada a gregos e a troianos... arde em dois fogos.

Esposende, no IV Centenário da sua elevação a vila, no centenário do nascimento de meu avô materno, e dedicado a minha mãe.

NOTAS

1 VERBO — Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura, Vol. 4, pág. 18.

2 C. M. é abreviatura de capitão-mor.

3 Felgueiras Gayo — Nobiliário das Famílias Portuguesas — título «Costas», pág. 217.

4 D. Sebastião, no foral de Esposende, diz que a dita «Vila de Esposende não prejudicará em cousa alguma as doações do Duque (de Bragança) nem ao Alcaide-mor da Vila de Barcelos e o dito Alcaide-mor terá na dita Vila de

Esposende os direitos que até agora tem». Daí que nos primeiros anos o Alcaide-mor de Barcelos tivesse exercido, como mandava o Regimento, o cargo de Capitão-mor de Esposende. Mas foi sol de pouca dura, pois oito anos depois já assim não era.

5 Américo Costa — Dicionário Corográfico de Portugal Continental e Insular — 1938.

6 Deste ilustre esposendense a quem se devem, talvez, muitas das diligências para a elevação a Vila, existe descendência ainda hoje.

7 «Lista dos judeus que se baptizaram em Barcelos e das gerações que deles procedem» — Revista «Armas e Trofeus» n.º 3, Maio/Agosto de 1960.

8 Felgueiras Gayo, obra citada.

9 Ver nota n.º 7.

10 Já citado.

11 Ao longo do texto citaremos com frequência este «Arquivo de Família» (A. F.) constituído por documentos ou cópias de documentos antigos que se conservam na posse de uma família de Esposende.

12 A mãe do capitão-mor, D. Urbana, era parente da mulher do capitão-mor Custódio José de Faria Vivas a quem nos iremos referir adiante, de forma mais desenvolvida, e aonde daremos notas destas famílias.

13 (A. F.) já citado.

14 «História, Arte e Paisagens do Distrito de Braga — concelho de Vila Verde» — Llonfido de Abreu, 1963.

15 «Ásia Portuguesa» — Manuel Faria e Sousa — Edição da Livraria Civilização.

16 Os feitos deste cap. João Soares Vivas são citados em várias obras relativas aos portugueses no Extremo Oriente (China, Japão, etc.)

17 Felgueiras Gayo, ob. cit.

18 (A. F.) já citado.

19 Idem.

20 Teotónio da Fonseca na sua monografia intitulada «Esposende e o seu Concelho» publicada em 1936 diz: «as suas casas mais importantes são: a do antigo capitão-mor (era brazonada)...».

21 (A. F.) já citado.

22 «Lista dos judeus que se baptizaram...» — já citada.

23 (A. F.) já citado.

24 Idem.

25 Ver «A estrutura na antiga Sociedade Portuguesa» — Vitorino de Magalhães Godinho.

26 (A. F.) já citado.

27 Idem.

28 Idem.

29 Idem.

30 Nas indicações gerais sobre o período das invasões francesas seguiremos a «História de Portugal — Edição Barcelos» e «As invasões francesas» — Colecção Portugal Histórico — A. Duarte de Almeida, esta essencialmente para referência de datas.

31 «Um soldado da guerra Peninsular» — António Pedro Vicente — Lisboa, 1970.

32 Sobre Custódio de Villas-Boas, ver «O engenheiro Custódio José Gomes de Villas-Boas e o porto de mar de Esposende em 1800» — Dr. Bernardino Amândio e «Geografia e Economia da Província do Minho nos fins do sec. XVIII» — Doutor António Cruz.

33 (A.F.) já citado.

34 Idem.

35 Idem.

36 Felgueiras Gayo, ob. cit.

37 (A. F.) já citado.

38 Trata-se da Aclamação feita em Junho de 1808, no Norte do país, iniciando a revolta contra Junot e os franceses estabelecidos em Lisboa após a 1.ª invasão e que determinou a formação de uma Junta Provisória presidida pelo Bispo do Porto, constituindo-se muitas Juntas de administração local, entre elas a de Esposende e de que resultou a expulsão de Junot em Setembro daquele mesmo ano, com o auxílio dos ingleses que desembarcaram na Galiza e entraram em Portugal em Junho de 1808.

39 (A. F.) já citado.

40 Idem.

41 Idem.

42 Idem.

43 Idem.

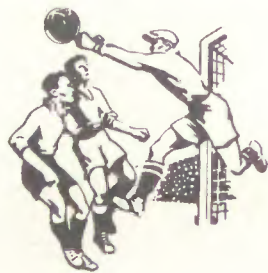
44 Idem.

- 45 «Um soldado da Guerra Peninsular», já citada.
 46 «Memória dos acontecimentos do Exército de Entre Douro e Minho até que findou a minha comissão de Ajudante General daquele Exército» — Lisboa 24 de Maio de 1809, Aires Pinto de Sousa.
 47 «Um soldado da Guerra Peninsular», já citada.
 48 (A. F.), já citado.
 49 Idem.
 50 Nota do processo acima referido — (A. F.) já citado.
 51 (A. F.) já citado.
 52 Idem.
 53 «As Invasões Francesas» e «História de Portugal» — já citadas.
 54 (A. F.) já citado.
 55 Idem.
 56 Arquivo Histórico Militar — processo individual do Brig. Francisco Stockler.
 57 (A. F.) já citado.
 58 «História de Portugal» — Oliveira Marques.
 59 «As Invasões Francesas» — obra citada.
 60 (A. F.) já citado.
 61 Pensamos que, como o capitão-mor Custódio José morreu em 4-2-1809 e o capitão-mor José César só foi nomeado em 13 de Março; e ainda como Braga foi tomada pelos franceses em 20 de Março o sargento-mor Manuel Maciel preparou gente em Esposende para a eventualidade de ter de marchar para Braga o que se não verificou.
 62 (A. F.) já citado.
 63 «História de Portugal» — Oliveira Marques.
 64 «História de Portugal» — Pinheiro Chagas.
 65 Idem.
 66 «História de Portugal» — Oliveira Martins.

- 67 «Beresford» — Verbo, Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura.
 68 «Liberals e Miguelistas» — Portugal Histórico — A. Duarte de Almeida.
 69 (A. F.) já citado.
 70 Idem.
 71 Idem.
 72 Idem.
 73 Idem.
 74 Idem.
 75 Idem.
 76 Idem.
 77 Idem.
 78 Idem.
 79 Idem.
 80 Idem.
 81 Idem.
 82 Idem.
 83 Há hoje, em Esposende, descendentes deste ramo dos Vilas-Boas.
 84 (A. F.) já citado.
 85 Idem.
 86 Existem hoje, em Esposende, descendentes deste ramo dos Farias.
 87 (A. F.) já citado.
 88 Idem.
 89 Refere-se ao Governo de D. Miguel como Rei Absoluto.
 90 (A. F.) já citado.
 91 Idem.
 92 Idem.
 93 Idem.



Vista parcial de Fão e Esposende



Futebol



Campeões da 1.ª Divisão Regional de Braga — 1971/72

Esposende Sport Clube

O ESPOSENDE SPORT CLUBE, única agremiação desportiva, com sede na vila de Esposende, do qual se ignora a data da sua primitiva fundação, esteve inactivo durante alguns anos, tendo sido reorganizado em 1 de Maio de 1949, conforme estatutos aprovados por despacho da Direcção Geral dos Desportos, publicados no Diário do Governo II Série, n.º 241, de 17 de Outubro do mesmo ano.

Filiado na Associação de Futebol de Braga, disputou na época de 1949/50, o Campeonato Regional da I Divisão, do qual se sagrou campeão.

Na época seguinte 1950/51, voltou a repetir a proeza do ano anterior, conquistando novamente o título de campeão da mesma prova.

Desde então tem mantido franca actividade, tendo disputado já por duas vezes o Campeonato Nacional da 3.ª Divisão, nos moldes que então vigoravam.

Também a sua equipa de juvenis esteve presente já por duas vezes em provas Nacionais.

O maior êxito do clube foi alcançado na época de 1971/72, ao conquistar as duas provas máximas da entidade regional, onde se encontra filiado — Campeonato Regional da 1.ª Divisão e Taça Associação de Futebol de Braga — e o direito de disputar na época de 1972/73, o Campeonato Nacional da 3.ª Divisão, composto por clubes das Associações de Futebol de Braga, Porto, Vila Real e Bragança.

ESPOSENDE: A TERRA E O HOMEM

POR

ANTÓNIO CRUZ

Professor da Universidade do Porto

1. «Já vosso avô, que está em glória, foi informado deste lugar, em tempo que não tão nobre como agora, nem estava tanto a risco de ser saqueado, como ora está, por os muitos cosairos do mar que facilmente o podem fazer, sem contradição alguma». Assim alegavam os moradores de Esposende, na petição enviada a D. Sebastião e que renovava, ao que se vê, uma súplica por eles dirigida, anteriormente, a D. João III, de uma e outra vez desejosos de receber a mercê *de os fazer vila*¹.

Quando da primeira diligência, morrera o procurador que dela fora incumbido e na precisa altura em que ia ser redigida, assim o lembravam, a provisão de deferimento. Entretanto, D. Sebastião já havia despachado outra mercê, apartando-os sobre si na repartição das sisas de Barcelos e mandando reservar a receita da *imposição* para a obra da igreja do lugar.

O que era assim alegado, ao renovar-se a velha petição, permite deduzir e concluir que Esposende, a não ocorrer, entretanto, a morte do seu procurador junto da Côrte, teria sido vila, com seu termo, muito antes da carta régia de 19 de Agosto de 1572 que lhe conferiu esse título e as regalias a ele inerentes. E uma vila onde ficavam radicados mais de três centenas e meia de mareantes, donos de navios, mestres, pilotos e outros, assegurando a navegação de setenta e quatro embarcações de alto bordo, a que chamavam caravelas. Uma vila que teria o seu juiz, três vereadores e um procurador, juntos na administração que competia à Câmara e que vinha a abranger as terras que lhe eram dadas como termo ou alfoz. Assim despontaria, de acordo com antiga designação depois restaurada, o concelho do futuro, assim nascia a autarquia que conferiu a Esposende os foros da independência. E bem afadigado, — se não a queimar-lhe o íntimo, como em toda a sua curta vida, a chama da aventura, — andava D. Sebastião, nessa terça-feira, dia 19, quando assinou a carta régia e a mandou selar com o seu selo de chumbo.

Agosto entrado, *trabalhando domingos e dias santos*, era de ver el-rei, num bergantim, o mais do tempo pelo rio Tejo a dar ordem ao embarque de homens e mantimentos, como se lê no *Memorial* de Pero Roiz Soares, ultimando-se o apresto da armada que devia participar, por solicitação do Papa Pio V, na liga contra o turco e que começara a ser aparelhada três meses antes. Os homens — capitães, marinheiros e soldados — começaram a ajuntar-se no dia 2. Caiu o dia seguinte num domingo e o jovem monarca, a reger efectivamente havia quatro anos, vai jogar as canas para o lugar de Alcântara, como era do seu gosto e fazendo-o com *aparato e galhardia*.

Permanece em Lisboa até o dia 8, data em que a armada, no dizer de um informador de Filipe II, está prestes a partir. Desloca-se, depois, para Penha Longa e demora nos arredores de Sintra. No dia 16 regressa a Lisboa e na manhã seguinte acompanha de perto o embarque dos grandes contingentes, que só acabou no dia 23. Adivinha-se a ansiedade com que o fazia, o entusiasmo e o empenho que o impeliam para uma acção directa. E se alguma contrariedade reponta, desta ou daquela vez, a sacudir o ânimo do monarca, o certo é que nada o detém na empresa a que se dedicou de corpo e alma. Nem a dissolução da *Liga*, por morte do papa que a concebera; nem a «matança de S. Bartolomeu», que derruia, agora à falta de pretexto aceitável, o concebido intento de largar do Tejo rumo à França, para combater os hereges. Depois, foi um temporal, no dia 13 de Setembro, que destróçou a armada, ainda surta no rio: findou nessa noite a preocupação que dominara o monarca quando do aparelhar dos trinta navios e que

¹ A redacção definitiva do texto presente, para efeito de nova publicação, será completada com documentos de natureza vária e uma tábua de fontes manuscritas e impressas.

viera a ligar-se a outras preocupações anteriores.

Foi no decurso desses dias agitados, febrilmente vividos, que D. Sebastião atendeu, de vez, a súplica dos moradores de Esposende, fazendo-lhes grande mercê. A terra, agora elevada a vila, beneficiava do disposto nas Ordenações quanto à administração dos concelhos. Porém, se é consentido, num relance, e adentro dos actuais limites administrativos de Esposende, procurar, três ou quatro séculos antes, vestígios de uma incipiente organização concelhia, ao gosto medieval, esses vamos nós encontrá-los bem cerca do rio Neiva.

Com efeito, dentro dos limites actuais do concelho fixados pela reforma liberal, localiza-se uma área, hoje repartida pelas paróquias de Antas e Belinho, a que andava associado, em pleno século treze, certo arremedo de organização municipal, patenteado nos rudimentos da inerente independência.

Bem o denotam as inquirições de 1220 e 1258. Assim concluíamos, certo dia, e vão decorridos já largos anos, quando, debaixo da sábia orientação de um Mestre eminente, o Prof. Paulo Merêa, e de um filólogo não menos sábio, quanto modesto, o Dr. Francisco Silveira, examinávamos as actas das alçadas relativas à Terra do Neiva.

Não podemos ignorar que remonta à pré-história a fixação do homem na região em causa: assim o denota o actual topónimo, *Antas*, ainda por esse tempo volvido em corónimo; assim o comprovam os testemunhos castrejos, detectáveis, de imediato, numa primeira abordagem. Quando a alçada da Terra de Neiva, em 1220, faz inquirição na paróquia de *Sancto Pelagis de Antis*, vem a averiguar que metade da vila de Azevedo, com três casais, era de el-rei, assim como a metade da *heremita de Sancta Tecla*. Também reguengos, eram uma quarta de *ribulo de Nevia* e três quartas de dois moinhos. Eram devidos foros da *vila de Antas*, porém andavam arrendados, com a *fossadeira* de duas herdades, por quinze maravedis, dois carneiros e uma galinha de cada casa. Também os foros e encargos da *vila de Belinho*, não perfeitamente identificável, na sua área, com a freguesia actual, andavam arrendados, cobrando a Corôa, por eles, trinta e cinco maravedis, fora os carneiros e galinhas já indicados para Antas. Acresciam, para Belinho, os encargos, da parte de cada fogo, em benefício do mordomo, bem como a obrigação de os seus moradores acudir, sempre que necessário, com caniços para o castelo.

Alguna independência correspondia a esta situação, no particular do arrendamento acordado quanto às *vilas* de Antas e Belinho, agrupadas, com Azevedo, numa só paróquia. Daí haver lugar a deduzir-se que uma incipiente organização municipal, adentro dos actuais limites do concelho de Esposende, remonta já,

pelo menos, aos princípios do século treze. E não será ousado intuir que datava, até, do século anterior.

Aí estava o esboço do concelho rural na forma rudimentar: retalho de terra onde se fixaram alguns homens sujeitos a um aforamento colectivo. A respectiva autonomia é vislumbrada na existência de um mero exactor fiscal, o *mordomo*. A tradição municipalista do actual concelho de Esposende conta já, pelo menos, setecentos e cinquenta anos — como é lícito deduzir. Andam, porém, ligadas à terra outras tradições mais remotas ou próximas — outros usos, outros costumes, toda a realidade, aparente ou averiguável, que é testemunho da presença do homem.

2. O quadro geral da fixação do homem no alfoz de Esposende e da luta constante a que andou sujeito, por força do desafio a que sempre o chamou o meio em que veio a estabelecer-se — tempo e espaço a condicionarem o devir histórico e a concorrerem para uma aceleração ou recuo, — esse quadro o podemos debuxar a partir da lição oferecida por diplomas publicados e das informações que é possível obter noutros documentos ainda inéditos no total do conteúdo, porém do conhecimento dos investigadores. Apenas um quadro geral, anotemos e sublinhemos. Porque os pormenores carecem de pesquisas aturadas e demoradas: mas não falta aí, com sobejas provas de abonação, quem seja capaz de as emprender e conduzir a bom caminho.

Testemunho remoto da presença do homem, e bem assinalada em tempos os mais recuados, é aquele que nos fala, no domínio da pré-história, de uma evolução de milénios, unindo vestígios do mesolítico às ruínas ou aos topónimos balizadores da cultura castreja. Nem o momento, nem o lugar me consentem mais detida alusão à época primitiva, dispensando-me, aliás, de tal encargo, a teoria de monografias, breves ou extensas, de autores locais e outros, que são consagradas ao estudo ou simples registo de todo o testemunho dessa época detectado, recolhido e existente no alfoz de Esposende: aí estão a ensinar-nos, neste particular, Martins Sarmento, Mendes Correia, Santos Júnior, Manuel Boaventura, os colaboradores dos pequenos mas valiosos opúsculos editados pelo benemérito Silva Vieira — e tantos outros.

O *Espozendi* das Inquirições será o eco, à distância de séculos, de um antropónimo que logo denuncia, e pelo menos a partir dos germanos, actividades agrícolas bem cerca da foz do Cávado, por certo contemporâneas do reino dos suevos. Assim, uma *villa Spanusindi*, de que era possessor, portanto, um *Hispanusindus* ou *Spanusindus*, estava aqui localizada. Como é bem sabido, a posse da terra podia ser a origem de uma designação toponímica, apresentando-se então o antropónimo na forma

genitiva do nome do possessor da *villa*, do *fundus*, do *villare* ou do simples *casale*. Seguindo o costume romano, também assim aconteceu nos tempos dos possesores germanos, porém estes com os seus nomes alatinados. E no caso particular que nos interessa, de acordo com a lição do Prof. Joseph Piel, trata-se, por sinal, de nome híbrido romano-germânico, correspondendo o seu primeiro componente ao étnico *Hispanus*. Para a História e com nome próprio, nasceu, então, Esposende. Então — há mil e quinhentos anos.

Na margem esquerda e bem cerca da foz do rio Cávado, como assinala o grande historiador que foi Alberto Sampaio, um documento menciona já, em 959, uma *vila nuncupato Fano*, a Fão dos nossos dias, terra de características rústicas, como quer o autor de *As póvoas marítimas* e de outros estudos fundamentais, porém uma terra não divorciada de actividades ligadas ao mar. Assinalando a fixação do homem, esse diploma, lavrado há mais de um milénio, deixa pressupor outras ocupações, as mesmas a que expressamente se refere, duzentos anos passados, novo diploma — ou seja a carta régia de 13 de Agosto de 1153, pela qual D. Afonso I, *rex Portugalesium*, com sua mulher, dõa a D. Nuno, Abade do mosteiro de Santa Maria de Bouro, a dízima do sal da *vila Fano que est juxta flumen Cadavo propre litus maris*.

Bem documentada a exploração do sal nas *marinhas* da foz do Cávado, cumpre admitir que a incipiente indústria não estivesse unicamente localizada numa das margens, mas sim nas duas. Na terra de reguenga de S. Miguel de Zopães, mencionada assim nas inquirições de 1220, posto que identificada, anteriormente, e noutros diplomas, desde 1108 a 1174, como situada *sub monte Goios territorio Bracarensi*; nessa terra a que pertencia a *vila* de Gontemir, *subtus montem Sancti Fausti discurrentibus aquis ad oceanum magnum mare*, doada pelo nosso primeiro rei ao grande prelado e seu dedicado servidor que foi o arcebispo D. João Peculiar; nessa terra em que também estava integrado, ao tempo, o lugar denominado *Espozendi*, raiz ancestral da terra que veio a volver-se em concelho; aí, quando a partir do séc. XIV, e logo no seu começo, ou, com maior rigor, entre 1290 e 1307, se verifica mudança do topónimo, ficando a terra a ser conhecida, consoante um documento do último ano citado, como S. Miguel das Marinhas (embora um diploma, cem anos depois, denote que não caíra inteiramente no esquecimento, quando se refere a «Sam Migel das Mainhas aliter de Çaphaees», a anterior designação) aí, é de interrogar, não haveria também um centro de produção de sal?

Com isto queremos tão-só adiantar que actividades mais de perto ligadas ao rio e ao mar, do que exclusivamente à exploração da terra, eram comuns aos retalhos da faixa

costeira distendidos para o norte e para o sul da foz do Cávado. E não é apenas a actividade da pesca: também a do transporte marítimo, de princípio e na sua maior quantidade, sem dúvida, dedicado a escoamento de cereais colhidos na região.

Todo o Entre Douro e Minno, por esse tempo, assim o dizem e abonam documentos de natureza vária e nisto concordam historiadores e economistas, era um celeiro: de outra região se não sabia onde se cultivasse maior quantidade de milho alvo, trigo, centeio e cevada, como bem o abonam *Censuais* do século doze e as Inquirições da centúria seguinte. Nos portos do Norte eram embarcados cereais destinados ao abastecimento do Sul e, com eles, outros produtos. E que portos eram esses? Faz-lhes referência o *Foral da portagem de Lisboa*, redigido e outorgado antes de 1377. Diz assim:

«Dos haveres que vierem do Porto e de Vila do Conde e de Fão e de Viana de Lima e de Valença, não vi usar de trazer alvarás nem instrumentos [por] que pagassem, dos haveres sobre ditos, dízima onde carregavam, mas pagavam aqui onde aportavam».

Pescadores de ofício, e bem o assinala o sempre lembrado Alberto Sampaio, eram muitos dos moradores de Fão, como assaz o abonam as actas das *Inquirições*. Assim no século treze. Porém no imediato, ao que vimos, na foz do Cávado não estava localizado um simples abrigo para barcos de pesca, mas sim um porto fluvial de navios destinados à navegação costeira ou outra.

Vem, todavia, a assinalar-se, de pronto, um tempo de degressão e de crise, quando o antigo couto de Fão havia já sido doado ao Conde de Barcelos. Com efeito, data de 22 de Fevereiro de 1412 uma carta de privilégio assinada por D. João I em favor do filho bastardo, pela qual era concedido a dez homens que fossem morar no lugar de Fão o serem isentos de servir como galeotes ou de serem postos, para tanto, na vintena do mar. Tanto era necessário pelo facto de o lugar ser «despobrado por míngua de gentes que em ele nom vivem». Em pouco mais de um século, tudo se alterou e de forma surpreendente, para que de imediato e na centúria seguinte, neste particular das actividades marítimas, viesse a suceder-se uma outra e não menos surpreendente alteração. Projectam-se então ao vivo no alfoz de Esposende, durante século e meio, incidências comuns a outros portos, que não particulares da foz do Cávado, a partir das quais se tem avançado, até, para deduções relacionadas de perto com impressionante alteração do recorte da costa portuguesa.

Recordemos, neste passo, quanto foi verificado como repercussão imediata da evolução iniciada nos fins do século catorze.

Nos meados de Quinhentos e por força da crescente ameaça de actos de pirataria, mór-

mente os praticados por navios franceses, determina D. João III que não seja consentida a saída de navios dos nossos portos com rumo a ocidente e tanto obriga à elaboração do rol daqueles barcos que estavam ancorados, ao tempo, em Esposende e em Fão, como noutros lugares, rol integrado no auto que levantou, em 1552, o ouvidor do Duque de Bragança. E em Novembro do ano anterior havia sido elaborado, para ser remetida a Brás de Alvide, um outro rol, este dos navios apresados pelos franceses.

Entre os últimos, contava-se o denominado «São Cristovão», carregado, do mestre Sebastião Gonçalves, de Esposende: a indicação vem a revelar-nos, de pronto, que eram armados na foz do Cávado navios destinados não apenas à navegação costeira ou rudimentar cabotagem, mas sim às rotas marítimas de comercialização que ligavam países e continentes. Na quantidade e classificação desses navios, é mais explícito, porque abundante de pormenores, o próprio auto redigido em Esposende, a 23 de Fevereiro de 1552, pelo licenciado Nicolau de Almeida, depois de notificados, para serem presentes, os moradores do lugar que eram donos de navios.

Nem todos os barcos arrolados se encontravam, ao tempo, ancorados no rio Cávado: são indicados alguns que permaneciam, de vasio, em Viana, Porto, Lisboa, Lagos, Bilbao e Sevilha. Na maior parte, estavam ao serviço do transporte de tabuado, de Caminha para Lisboa, de trigo, para o Algarve, ou demandavam Aveiro, por causa do negócio do sal. Alguns havia armados com artilharia, não dispondo os restantes de defesa capaz.

São indicados, como vimos, portos estrangeiros que, ao serem demandados, não implicavam navegação sujeita a grande risco nem era demorada. Todavia, alude-se a uma das caravelas, a «Santo André», que permanecia, ao tempo, em Lisboa, mas de viagem para o Brasil: fica assim provado que os mareantes de Esposende não temiam a travessia do Atlântico, dispondo, para o efeito, de navios capazes de a suportar.

De navios e caravelas, consoante a designação que lhes é atribuída no auto, pertencentes a moradores de Esposende, permaneciam no porto fluvial do Cávado uns quinze, encontrando-se doze recolhidos noutros portos. No lugar de Fão, havia uma caravela latina, a «Nossa Senhora da Graça», ao tempo fretada a mercadores de Lisboa, outra que permanecia no rio, de vasio, além da que fora tomada pelos franceses quando regressava do Brasil, carregada de mercadoria. Com o barco, foram aprisionados o seu dono, Fernando Gonçalves, e dois companheiros. O mais que havia em Fão, rematava o ouvidor, eram «barcos de pescar, porque disso vivem os moradores daquele lugar».

Na maior parte, as actividades ligadas ao

tráfego marítimo estavam então localizadas, como intuimos, na margem direita e mais cerca da foz do rio Cávado. Não menos significativo é o facto de essas actividades implicarem a organização de pequenas empresas, uma vez que o auto lavrado em 1552 claramente indica, em relação a certos navios, não apenas um dono ou armador, mas sim dois. Sublinhemos ainda e uma vez mais, com o traço forte do conhecimento náutico e da novidade, um outro facto bem merecedor da nossa atenção: navios armados no porto do Cávado demandavam já as costas brasileiras.

3. De pequeno lugar, e então ainda assim designado nos diplomas oficiais, Esposende volvia-se, pouco a pouco, em povoação aconchegada: aos casais dispersos, implantados aqui e além consoante a localização das glebas que permitiam uma lavoura rudimentar, sucediam-se, moradias erguidas par a par e numa área restrita. De simples lugar, ainda integrado na paróquia de S. Miguel das Marinhas, volvia-se em paróquia independente, quando, em visita pastoral, por aqui deambulou o santo arcebispo Dom Frei Bartolomeu dos Mártires. E quantos eram os seus moradores?

O *numeramento* da comarca do Entre Douro e Minho a que procedeu o escrivão Álvaro Vaz, em cumprimento de uma determinação régia, foi iniciado no mês de Agosto de 1527 e também inclui a indicação dos moradores das vilas de Barcelos e de Guimarães, bem como dos respectivos termos, posto que, para tanto, se tornasse necessário proceder, ainda por ordem do próprio monarca, a diligências e notificações, nas pessoas dos delegados do Duque de Bragança.

No termo de Barcelos estava incluído o julgado de Neiva, integrando-se neste o lugar de Esposende e algumas das freguesias do actual concelho. Porém, não é na acta relativa ao mesmo julgado, mas sim na antecedente, e após a descrição dos limites do termo de Barcelos, que aparece esta indicação:

«Item. Tem mais [esta vila] as povoações de Esposende e Fão pegadas na foz do rio Cávado e no mar juntas, duas léguas da vila, uma de um cabo do rio e outra de outro, vivem nelas juntos 272 moradores».

Sendo este número relativo às duas povoações e ao ano de 1527, não é de admitir que ele nos indique o total dos habitantes, porquanto, a não ser assim, mal se compreendria o que vem a verificar-se decorridos poucos anos. O conceito de *moradia* e de *vizinhança*, nesse tempo, embora sujeito a flutuações as mais diversas, anda quase sempre associado ao de família, como é bem sabido. E assim os habitantes de Esposende, e só esses, seriam já nada menos de 370, à data do pedido enviado a D. Sebastião, renovando diligências inicia-

das no tempo de D. João III, para que o lugar fosse elevado a vila.

Tantos podiam ser, de facto, os moradores de Esposende, ao ser redigida a sua petição. Porém, é forçoso admitir que o seu número tivesse diminuído, antes de ser recebida no lugar a carta régia de 19 de Agosto de 1572. Assim intuimos a partir da informação colhida num texto da época, merecedor de especial atenção.

Francisco Dias, procurador de el-rei na cidade do Porto, registou nas suas *Memórias*, entre outros surtos de peste que afligiram os povos durante o segundo e terceiro quartéis do século dezasseis, aquele que reponitou, em Julho de 1565, em Azurara, e que foi *apegado* de uma nau vinda da Inglaterra, durando bem cinco meses e vitimando trezentas pessoas, embora tivessem acudido de pronto ao lugar, para tentarem debelá-lo, um físico e um cirurgião. Três anos depois, consoante a lição das *Memórias* a que aludimos, novo surto reponitou, agora em Esposende, onde, no mês de Maio desse ano de 1568, *morreu muita gente*.

Alastrou, então, por outras terras, próximas ou distantes, como pré-anúncio da *peste grande* do ano seguinte. Espalhou o temor e obrigou a própria Câmara do Porto a cuidar da vigilância da cidade e sua guarda, para impedir o contágio, de passo que não se furtava a socorrer, quanto em si cabia, os lugares empestados. Ao reponitar o mês de Agosto, as terras atingidas eram já regressadas à vida normal, gozando de boa saúde os seus moradores. E então vem de Sintra, lavrada a 28 desse mês, uma carta régia, pela qual o monarca exprime contentamento e testemunha reconhecimento ao juiz, vereadores e procuradores da cidade do Porto por tudo quanto haviam feito, agradecendo-lhes, outrossim, as *lembranças* que haviam remetido à Corte, sobre o que importava prover acerca da guarda dos lugares do reino, quando dos surtos pestíferos.

No dizer do procurador Francisco Dias, como vimos, *morreu muita gente* em Esposende, no mês de Maio de 1568. Também não seriam em número diminuto as vítimas da *peste grande* de 1569, como o não foram em qualquer outro dos lugares do Entre Douro e Minho, nomeadamente nos mais abertos ao contágio, através da navegação ou porque situados junto dos caminhos que irradiavam para o interior.

Obedientes à boa lei da metodologia, em ordem a avançarmos para a dedução fundamentada na expressão de rigor, bem desejávamos que nos fosse ofertado, sem mais, um número, logo a permitir o confronto com outros números. Queríamos saber quantos, efectivamente, morreram, nomeadamente em 1568, e quantos nasceram nesse mesmo ano, bem como em anos anteriores e posteriores. Aprofundando averiguações e a recorrer sempre,

de todas as fontes, a uma que oferece mais abundante, variada e segura informação, qual seja a dos registos paroquiais, podíamos então avançar para cálculos de número e qualidade dos moradores de Esposende, por esse tempo. Quantos eram e como viviam, onde e quais as ocupações em que labutavam. Por infelicidade nossa, não remontam a época tão recuada os subsídios do género, para o caso particular. Temos de recorrer, em consequência, a certa informação de alguma maneira imprecisa, posto que eloquente o bastante na forma como a redigiu o procurador Francisco Dias, apenas dominado, certamente, pela impressão dolorosa que lhe causou a notícia do acontecimento. *Morreu muita gente ...* E de tantas que foram as vítimas, logo se deu a registar o facto nas suas curiosas e despretensiosas *Memórias*.

A curva demográfica não acusa, nos anos próximos, ascensão surpreendente, de acordo com os saldos que é possível apurar para outras localidades. E se razões de natureza muito particular, que serão apontadas adiante, podem ajudar a explicar ou a bem compreender a situação, nem por isso nos é consentido deduzir e concluir que Esposende, então já vila e com o seu termo, sofresse paralização ou simples retardamento na evolução que os seus moradores, por certo, desejavam, bem como os moradores das terras próximas que acudiam aqui por seus negócios ou outra razão.

Para Carvalho da Costa, a vigararia de Santa Maria dos Anjos, erecta de S. Miguel das Marinhas, teria, no seu tempo, ou seja ainda no século dezassete, trezentos vizinhos, com cem, de que constava a vila. Não é bem explícita a indicação, uma vez que se pretende apartar, como parece, a vila da paróquia. Porém, uma outra indicação, mas essa já do século dezoito, diz que Esposende teria, então, 183 fogos — o que corresponde, como vamos ver, a 358 almas.

Recorrendo ao cadastro da Província do Minho preparado por Custódio José Gomes de Vilas-Boas ao findar o século dezoito, aí vamos encontrar a informação que nos habilita a saber do que sucedera no decurso de dois séculos. A vila contava, à volta de 1801, 225 fogos e um total de 803 almas, havendo oito clérigos entre os homens maiores de 14 anos. Tanto corresponde a dizer que a média dos moradores de cada fogo deixa apurar o multiplicador de 3,6 — aliás comum a toda a região — para o cálculo da população efectiva baseado no número de moradias. E foi esse o multiplicador de que nos servimos há pouco para calcular a povoação de Esposende no século dezoito.

4. No decurso de dois anos, contados a partir de 1531, Dom Edme de Saulieu, Abade de Claraval, empreende larga jornada por terras de Espanha e de Portugal. Pertencia à sua

comitiva Frei Claude de Bronseval, monge cisterciense, a quem ficamos a dever a anotação miúda de tudo quanto ocorreu durante as caminhadas lentas e os repousos intervalares, de par com toda a observação, plena de interesse, despertada ao favor do convívio dos homens ou das galas da paisagem, dos usos e costumes como da fecundidade das terras. E assim escreveu as páginas opulentas da sua *Peregrinatio Hispanica*.

Anota o memorialista que na festa dos Apóstolos S. Pedro e S. Paulo do ano de 1532, descendo a faixa atlântica, depois de terem atravessado o rio Minho e demorado em Caminha, chegaram a Viana do Castelo Monsenhor Saulieu e os seus companheiros. Havia milhados caminhos limitados a nascente por *montes excelsos et infecundos* — aludindo assim à Serra de Arga. E as mesmas terras, liminarmente classificadas de estéreis, vinham a dilatar-se para o sul do rio Lima, ao que depois, e de novo, refere e acentua o memorialista.

Montes excelsos et infecundos era o que a natureza oferecia à contemplação de quem se aventurava à estrada costeira e depois de transpor a raia fluvial do Norte ou quando a encaminhar-se para lá. E não seria outra a mancha paisagística, mais para o Sul?

Podemos formular a interrogação, de pronto, ao favor do confronto que nos tenta e quando lembrados do que acontece em nossos dias. Todavia, importa reconhecer que o autor da *Peregrinação Hispânica* terá deparado com outra realidade, qual era a dos seus dias, escrevendo, outrossim, sob o domínio das contrariedades da jornada.

O memorialista, com efeito, anota um acidente ocorrido logo à saída de Viana: a montada a seu cuidado atolou-se no lodo e correu sério perigo, resultando do facto um considerável atraso. Reiniciando a caminhada, esperava Bronseval encontrar o Dom Abade hospedado em Belinho, o que denota, de alguma maneira, que o itinerário da jornada havia sido delineado de acordo com estudo prévio das terras a incluir na caminhada de cada dia, implicando, por isso, o conhecimento dessas mesmas terras, obtido, sem dúvida, na leitura dos anteriores *Itinerários* de outros caminhadores. Porém, não foi em Belinho, como esperava, que o Dom Abade pôde aposentar-se, nem tão pouco em S. Bartolomeu do Mar: num e outro lugar, os seus moradores, muito embora, e acaso, o desejassem fazer, não puderam ofertar-lhes aposentadoria, ou, sequer, abrigo para os cavalos.

Afastando-se um pouco da costa e prosseguindo a caminhada, encontraram, aqui e além, casas isoladas, mas não o abrigo desejado. Descia a noite, quando uma pobre mulher, finalmente, acolheu os viandantes e deu abrigo às suas montadas. E se não foi servida qualquer refeição a Monsenhor e à sua comi-

tiva, não faltou um leito para o primeiro, improvisado sobre uma arca, recolhendo-se os seus companheiros, sem despirem os fatos da jornada, no cabanal dos porcos e das ovelhas, também destinado a abrigo das montadas.

O Dom Abade de Claraval celebrou missa, na manhã seguinte, numa pequena *capela campestre*, assistido por alguns dos seus homens, enquanto os outros cuidavam das bagagens e dos animais. A estrada velha, como é dado verificar no excelente mapa de Entre Douro e Minho delineado por Custódio José Gomes de Vilas-Boas, depois de deixar Belinho e rompendo a direito para a Barca do Lago, atravessava terras de S. Bartolomeu do Mar e das Marinhas, correndo não longe da igreja primitiva da Gandra, que terá sido a raiz da actual, adulterada por sucessivas reformas, ou se erguia por ali perto. De culto muito reduzido, uma vez que a paróquia andava então anexada a S. Miguel das Marinhas, bem devia assemelhar-se a uma *capela campestre*. Teria sido nela, interrogamos, que o Dom Abade Geral de Clairvaux celebrou a sua missa? E porque não, interrogamos ainda, na velha ermida da Senhora do Lago, antecessora, presumivelmente, daquela outra, e já essa bem antiga, que veio a sofrer uma radical transformação em nossos dias?

Queremos admitir que o culto medieval da Senhora do Lago, com suas romagens continuadas e até hoje mantidas, seja o de Santa Maria do Lago, memorado no *Cancioneiro* medieval da nossa Biblioteca Nacional. Um velho trovador, Fernão do Lago, — e também não repugna admitir, portanto, que natural do lugar e desde sempre de nome inscrito no rol dos trovadores galáico-portugueses — bem testemunha esse culto, na conhecida *cantiga de amigo* que assim começa:

*De ir a Sancta Maria do Lagu ey gram sabor,
E pero non hirey alá se ante i non for,
Irmana, o meu amigo.*

*De ir a Sancta Maria do Lagu he mi gram bem,
E pero non hirey ala se ant i non ven,
Irmana, o meu amigo.*

Reiniciando a jornada, o Dom Abade de Claraval e os companheiros não demoraram a atravessar o rio no preciso lugar de todos os itinerários que remontavam à alta Idade Média. A estrada velha ia direita a Rates, entroncando aí com outra de acesso a Barcelos. Bronseval gaba a tranquilidade do Cávado, nestes precisos termos: *un fleuv lent, mais très profond et tranquille*.

As terras, no seu dizer, já nas planuras cortadas pela carreteira, já nas elevações das proximidades, continuavam a exhibir-se na sua aridez. Quanto aos seus moradores, ele o afirma, seriam muito rústicos e ignorantes. Apenas conheciam os montes e o mar que lhes

ficava próximo e denotavam despreocupação quanto às coisas divinas, de par com certo interesse pelos negócios terrestres.

O testemunho que nos legou Bronseval na sua *Peregrinação Hispânica* deixa transparecer, sem dúvida, um juízo apressado, enquanto denota, neste e outros passos, alguma animosidade. Mas no debuxo do quadro em que ele integrou, associando-os, a terra e o homem, colhe-se proveitosa lição, ao menos em ordem a um confronto com outro testemunho, que foi redigido quase três séculos depois, porém esse de autor altamente responsável, porque era cultivado como poucos. E só obedeceu ao propósito de estabelecer tal confronto a referência detida que aqui deixamos ao texto do memorialista francês, em ordem a obtermos, depois, uma conclusão esclarecedora, relativamente à luta travada pelo homem do alfoz de Esposende para levar de vencida o desafio que lhe é lançado pela terra que lhe coube em partilha.

Evocarei, neste passo, uma memória redigida por Custódio José Gomes de Vilas-Boas, infeliz oficial de Engenharia que foi vítima de gesto violento da população enraivecida, depois de haver prestado à sua Pátria os mais assinalados serviços — como bem referiu, há anos, o Dr. Bernardino Amândio e como também me foi dado assinalar, há pouco, num volume que lhe dediquei: infeliz oficial, avançamos desde já, que concebeu e começou a executar, com apoio régio, o audacioso plano do encanamento do rio Cávado, no propósito de o tornar navegável, transformando-o assim na via fluvial que facilitasse o acesso ao interior da província, e, com ele, o transporte de produtos, importados ou para exportar — restituindo ao porto de Esposende a importância que havia tido no século dezasseis.

Incumbido, em 1803, de promover e animar, nas terras do Norte, a plantação de amoreiras e «mais árvores de alto festo», o Visconde de Balsemão, fixando-se na sua casa do Porto, daí expede cartas para os corregedores das diferentes comarcas, consultando-os, de acordo com instruções anteriormente transmitidas e outras que então remeteu, sobre o objecto do encargo que lhe havia sido cometido. Para além dos corregedores, consultou ainda o Capitão-Engenheiro do Encanamento do Rio Cávado, bem como, a título de conselheiro no domínio da jurisprudência aplicável, o Juiz de Fora de Esposende.

A consulta, de pronto se verifica, era feita a título de excepção, podendo admitir-se que a tivesse determinado o propósito de averiguar, de maneira indirecta, algo do que era passado com as obras de encanamento do rio. Porém a mesma excepção é bem manifesta, sobretudo, no questionário enviado pelo Visconde de Balsemão, quanto o veio a ser, depois, no relatório que redigiu Custódio José Gomes de Vilas-Boas.

Pretendia-se saber, a pretexto de que importava cuidar do restabelecimento dos bosques, qual era a cultura dominante no termo de Esposende, se as matas pertenciam *in solidum* ao Estado ou eram de particulares, quais as árvores mais comuns, se o abate de árvores era feito no tempo competente e precedendo licença do magistrado, qual o cuidado que havia na replantação e limpeza das matas e se outros terrenos podiam ser aplicados à sua cultura, de que maneira eram amanhadas as terras para a plantação de árvores e se estas eram criadas em viveiros. Pretendia também saber o Visconde de Balsemão qual era o consumo anual das lenhas, quantas embarcações se construíam anualmente e respectiva tonelagem, qualidade do comércio local, tanto de importação como de exportação, se havia, no termo da vila, alguma fábrica estabelecida e se a abertura da barra havia influído no comércio interno dos povos, aumentando o consumo das madeiras.

A memória que Custódio José Gomes de Vilas-Boas redigiu no mês de Junho de 1803 assemelha-se a monografia não muito afastada, na forma e no conteúdo da exposição, das coordenadas que vieram a ser definidas, muito mais tarde, para um trabalho de tal natureza. É, por isso, e para além de estudo atento, rico de pormenores, da vila e termo de Esposende, em muitos ou todos os seus aspectos económicos e sociais, uma memória modelar e precursora: se tanto lhe confere especial qualidade, certo é que também concorre para que rendamos ao seu autor as homenagens que lhe são devidas.

A árvore mais cultivada, di-lo a memória, era, como em nossos dias, o pinheiro. Nas sete pequenas freguesias do termo da vila — Gândara, Gemeses, Palmeira, Curvos, Vila Chã, S. Bartolomeu do Mar e Marinhas — sobressaiam os pinhais da Quinta da Torre e outro em S. Bartolomeu do Mar, pertencente aos moradores da freguesia por divisão de leiras. As outras matas não mereciam tal designação, de tão diminutas que eram. E a cultura do pinheiro, por causas diversas, ainda não havia atingido o desenvolvimento que a própria Economia aconselhava: já os lavradores se descuidavam, quando roçavam os matos, cortando as árvores novas, já os gados as destruíam, quando não semeadas ou plantadas em terras defendidas com vedações, uma vez que antiga postura da Câmara consentia que eles andassem à solta, sem pastor ou guardador.

As árvores abatidas, quando destinadas a tabuado de solho e de construção, não eram todas consumidas de acordo com as necessidades locais: negociantes da vila exportavam madeira de pinho, quer dos pinhais do termo, quer de outros de freguesias vizinhas.

Tudo isto queria indicar que devia ser intensificada a cultura do pinheiro — acentua

Custódio José Gomes Vilas-Boas. E logo acrescenta que depois de defendida com tapamento, podia ser semeada, com tal fim, a *junca que corre ao oeste das freguesias das Marinhas e S. Bartolomeu, no comprimento de uma légua.*

Para além das matas de pinheiros, havia também outras, mas pequenas, de *carvalho de perpé*, em S. Cláudio, Palmeira e Gemeses. Nas restantes freguesias, pela sua situação, tornava-se dificultosa, quando não impossível, a cultura de tal árvore, assim como dos castanheiros, que também eram raros.

Os géneros cultivados no termo da vila eram estes: milho, trigo, centeio, cevada e feijão, dos grãos, bem como algum vinho de enforcado, pouco azeite e também o linho chamado *galego*. A terra não era lavrada de charua, mas de arado. Aos estrumes de mato adicionava-se, por vezes, o sargaço. O milho, sendo o grão mais cultivado, obrigava, no mínimo, a duas sachas, intervaladas pela monda. Mas terras havia, mais sujeitas a ervas daninhas, onde era preciso sachar mais uma ou duas vezes. Obrigando, embora, a tantas canseiras, a cultura do milho era a dominante e também a mais compensadora: produzia, em regra, vinte por um, enquanto os outros grãos não iam além de sete ou oito.

A colheita do cereal obedecia a velhos costumes que contavam séculos e que seriam mantidos até o dia de hoje. Desfolhava-se o milho à mão e a debulha das espigas, depois de bem secas, fazia-se com o *ordinário trilho de mangoais*. O trigo, o centeio e a cevada, depois de ceifados, permaneciam algum tempo em medas, acomodando-se depois nas eiras em camadas sobrepostas, para serem malhados. O cereal era todo limpo ao vento, lançando-o no ar, manualmente, com pás ou cestos.

Custódio José Gomes de Vilas-Boas regressa, depois, na sua *Memória*, ao problema da florestação, de passo que reclama determinações no propósito de conseguir que o abate de árvores se faça apenas na época própria e quando autorizado. Insiste em que toda a costa — e não só a parte situada dentro dos limites do termo da vila — devia ser semeada: apenas dessa maneira, acrescenta, se conseguia impedir o movimento das areias, que diàriamente invadiam os campos, tornando-os improdutivos.

A madeira das árvores abatidas era quase toda consumida nos próprios lugares da sua produção e também nos estaleiros da vila e de Fão: estes adquiriam em cada ano de 800.000 rs. a um conto de réis, para a construção, no mesmo período, de uma média de cinco «hiates de 50 a 80 toneladas de cinquenta almudes» e de seis até oito lanchas de pesca, estas de três até seis toneladas.

Pela barra, exportava-se madeira de solho, de doze palmos, barrotes, caibros, vigas, remos, faxina e forro, bem como louça grossa, feijão e algum milho, nos anos abundantes.

A importação era de sal, cal, breu, alcatrão, sail, pau campexe, esparto, sardinhas galegas, mós, trigo, cortiça para as redes, massame, pixe, cobertores, polvos, pedras de amolar, carvão de pedra e vidros.

Obtida melhor direcção e maior fundo para a barra, tanto contribuiu para que fosse visível a afluência de embarcações e logo *vivificado o comércio*. E naquele ano de 1803 a exportação era já — também palavras suas — *muito maior do que havia sido* em qualquer outro a partir de 1797, data do início das obras da barra, integradas no audacioso plano de encanamento e navegação do rio Cávado, desde a sua foz até ao vau do Bico, que foi elaborado pelo próprio autor da memória, Custódio José Gomes de Vilas-Boas e que mereceu aprovação régia, pelo alvará de 20 de Fevereiro de 1795. Quanto ao pormenor das obras projectadas e então em curso, exprime-se eloquentemente a planta que elaborou, em 1800, o seu director — e que é também num dos seus pormenores, ao que supomos, a planta mais antiga da vila de Esposende, aí bem definida como aglomerado urbano.

A *memória* do oficial do Corpo de Engenheiros Vilas-Boas, de passo que visa constituir-se em resposta ao que lhe foi perguntado sobre a situação económica, particularmente no domínio da agricultura, da vila e termo de Esposende, não deixa de denotar outras preocupações da parte do seu autor, porém essas relacionadas de perto com a situação geral, ao tempo, do Entre Douro e Minho. As mesmas preocupações que o lançaram no campo do exame directo e o encaminharam também para o recurso a um inquerito, em ordem a detectar, em todo o pormenor, quanto era passível de tratamento adequado para logo se saber da verdadeira situação da província, no domínio económico, social ou qualquer outro. Surgiria, assim, a *Descrição Geográfica e Económica* por ele concebida mas não elaborada — consequência imediata da trágica morte, a 18 de Março de 1809, do seu autor, vítima da inveja e do despeito de todos aqueles que nesse tempo, como em qualquer outro, não toleram a simples actividade, e muito menos o êxito, do seu próximo, por tudo isso vir a constituir-se em acicate cravado na incapacidade que os assinala. Não foi redigida ou acabada a *Descrição* de Vilas-Boas e nem sequer, por nosso mal, foram salvos os estudos ou elementos de informação recolhidos para essa obra, pois todo esse espólio inestimável, ao que admitimos, terá sido destruído com a Casa do Rego, incendiada nos dias perturbados, de ódios a refervilhar, que foram vividos dos fins de Março de 1809.

Não mais, e por esse tempo, alguém pensou em retomar o estudo de Custódio José Gomes de Vilas-Boas, para restituir ao porto fluvial de Esposende as possibilidades de acesso e o movimento que o caracterizavam nos me-

dos do século dezasseis. Só em nossos dias veio a debruçar-se um pouco sobre o problema, em um dos raros momentos que a actividade de cientista lhe consentia, o sempre lembrado e ilustre esposendense Prof. Doutor Manuel Barros. Entretanto, e nessa época de depressão que veio a encadear-se nos males a que o País andou sujeito quando das invasões francesas, acentuara-se o declínio das actividades relacionadas com o mar, da parte dos moradores de Esposende. Em 1821, Adrien Balbi, no seu bem conhecido *Ensaio estatístico*, referindo-se a uma população de 820 almas, regista que a sua ocupação principal era a pesca. Para o efeito, abrigavam-se no Cávado 43 barcos.

A natureza parecia levar o homem de vencida, no desafio a que o havia chamado: areias soltas ao longo de todo o seu curso, assoreavam, sem conta, peso ou medida, e havia séculos, o rio Cávado. Permitam uma reflexão sobre esta causa distante e próxima do estranhalmente da barra.

Quem se debruçar atentamente sobre a carta geológica do estuário do rio Cávado, ainda que leigo nos domínios da ciência que permitiu delinear-la, não deixará de ficar surpreendido com a lição que ela oferece, como ponto de partida para deduções que também são consentidas a um investigador do campo da História.

Um topónimo, *Barca do Lago*, recorda, na perenidade dos tempos, uma vasta área algum dia coberta pelas águas do próprio rio. E tê-lo-ia sido, de verdade? Esta a primeira interrogação a fazer.

Sem dúvida que o foi. Esbatendo-se de encontro a afloramentos de xistos ou a entremeá-los, quer em Fonte Boa, quer em Rio Tinto, há aluviões actuais. Caminhando para a foz, como ensinam os técnicos, encontram-se «depósitos modernos relativamente espessos». Afunilou-se o leito do rio, no primeiro ponto, surgindo diante da povoação, de altitude a oscilar entre 15 e os 25 metros, um depósito de praia antiga ou terraço fluvial. No termo de leito do rio, progressivamente, veio a acentuar-se, dia a dia, o assoreamento. Com ele, o cabedelo da foz quase estrangulou a corrente. Conhecedores do facto, bem depressa nos acode a dedução para que ele nos encaminha. E a mesma dedução ajuda a compreender aquilo que nos dizem alguns autores que viveram e escreveram nos fins do século dezasseis e princípios do imediato ou que, por essa altura, desenharam cartas de navegação e outras.

Escrevia Carvalho da Costa, já antes citado, na sua *Corografia* (edição de 1706), que o rio Cávado, posto fosse de *bastante quantidade de águas* (palavras suas), *pelas muitas areias e má entrada que no mar tinha*, não era acessível a grandes embarcações. Com maior rigor técnico e na sua *Arte de Navegar*

(edição de 1710), o cosmógrafo Manuel Pimentel, traçando o roteiro das costas da Península e inserindo nele um pequeno capítulo intitulado *Esposende, Fão e os Cavalos de Fão*, aí anotou que a barra onde desagua o Rio Cávado era *incapaz de embarcações grandes, porque de maré cheia não tem mais de duas braças escassas de água*.

A situação remontava aos fins do século dezasseis, de acordo com o testemunho indiscutível que nos é oferecido por mapas e cartas de navegação. E o que nos deixa deveras surprezoso é o curto espaço de tempo que decorre entre uma época de prosperidade e outra, bem o podemos intuir, de angústia, — esse limitado período em que ao mal das pestes vem a somar-se, de pronto, e aceleradamente, o outro mal do assoreamento da barra do rio Cávado.

Fernando Álvaro Seco, no esboço da carta de Portugal integrada num atlas que desenhou no período de 1580-1585, indica ainda essa barra, é certo, porém já não aponta aí, como faz em relação a outros abrigos, quaisquer indicações de interesse para a navegação. E um estrangeiro, Lucas Waghenaer, ao editar, em 1580, o seu album de cartas de marear, indica apenas, naquela em que desenha largo trecho da costa norte de Portugal, os portos naturais da foz dos rios Lima, Ave, Douro e Vouga.

Podíamos admitir que a omissão, da parte deste cartógrafo estrangeiro, correspondesse apenas ao facto de não ser de considerar, em seu juízo, e também como porto fluvial, o do rio Cávado, devido ao reduzido número de barcos que desde sempre teriam demandado. Porém, a documentação relativa a um período anterior, como se viu, demonstra o contrário. Não referenciando esse porto natural, Waghenaer obedecia apenas, sem dúvida, à preocupação de ministrar informações seguras a todos os mareantes. Procederam de maneira idêntica, daí para o futuro, outros autores, entre eles alguns portugueses.

Não é outra a conclusão a que chegamos, por exemplo, depois de consultar a segunda carta da *Descrição dos portos marítimos do reino de Portugal*, preparada, em 1648, pelo cosmógrafo-mor João Teixeira. Aparece aí a demonstração das barras de Caminha, Viana e Vila do Conde — mas não merece a de Esposende esse mesmo cuidado. Indicando-a, na legenda, como *Barra de Fão*, imediatamente lhe acrescenta: *para Barcos*. A observação ou prevenção, sendo caso insólito nessa carta, de pronto nos esclarece quanto à verdadeira situação do porto fluvial de Esposende.

Esta a situação em pleno século dezassete, projectando no tempo, e deveras ampliada, a que surge nos últimos anos da centúria anterior. Correndo perigos, admite-se que os mareantes de Esposende vencessem também o desafio da barra do seu rio, ao menos com barcos de reduzido porte e ao serviço de cabo-

tagem. Para além desses, só os barcos de pesca demandavam a barra com certa regularidade. É o que apuramos das memórias do Engenheiro Vilas-Boas e da anotação de Balbi.

5. A vila de Esposende e o seu termo — Gândara, Gemeses, Palmeira, Curvos, Vila Chã, Mar e Marinhas — viveram dias os mais difíceis, na charneira de dois séculos e quando repontavam *tempos novos*, com toda a sua implicação de ordem política e social e logo, conseqüentemente, também de natureza económica. Haviam de acusar sérias repercussões no limitado espaço do alfoz, se não fora a real capacidade de adaptação que permite resistir: adaptação que há-de ser, necessariamente, a integração do homem no meio em que está fixado.

A vila e o termo, ao findar o século dezoito, contavam 3 088 moradores, repartidos por 684 fogos: 2 163 homens e mulheres maiores de 14 anos, 925 rapazes e raparigas de idade inferior. Uma reitoria, a de Marinhas; duas abadias, Gemeses e Vila Chã; e cinco vigararias, que eram a própria vila, Gândara, Palmeira, Curvos e Mar, rendiam, de díizimos, três contos seiscentos e cinquenta mil réis. A terra não era de todo sáfara e já um técnico escreveu certo dia, porém só atento às realidades evidenciadas numa época bem chegada a nós, que de outra se não sabe onde seja mais rendável uma das culturas tradicionais e preferidas da lavoura do nosso Entre Douro e Minho, ou seja a do milho. A produção, todavia, só aumenta quando há forte estímulo a concorrer para tanto. Quase de todo fechada a barra do Cávado, não era ao favor do escoamento de produtos por essa via que o mesmo estímulo devia acudir. E outras actividades complementares do amanho dos campos, quando não absorventes de todas as horas de trabalho e em qualquer período do ano, até essas, pouco a pouco, também acusaram males de origem idêntica.

Em 1795, quando foi projectada e logo iniciada a obra de encanamento do rio Cávado, é de admitir que tenha despontado uma esperança para o homem do alfoz de Esposende: se não demoraram, a propósito, queixas ou protestos, não foi do termo da vila, mas sim de terras próximas, que eles partiram. Com essas obras e para ocorrer às despesas, iniciou-se, de imediato, a cobrança de um imposto especial. As obras foram interrompidas, e para sempre, a bem dizer, com a morte violenta, em 1809, de quem as estudou e dirigia. Porém o imposto continuou a ser cobrado — e ainda o era na segunda metade do século passado. Chamavam-lhe o *imposto do encanamento*. Porém o povo, e então o homem de Esposende a somar-se ao homem das terras vizinhas, sentia-se ludibriado e vá de chamar-lhe, com mais propriedade, o *imposto do enganamento*. É que esse e outros dinheiros públicos, na al-

tura, bem longe de aplicados de acordo com as determinantes da sua cobrança, vinham depressa a escoar-se pelas malhas de toda a aventura política e lá iam correr os seus fados, consoante a necessidade dos caudilhos.

Também os números, nesta emergência, bem nos ajudam a compreender qual era a situação real com que se debatiam os moradores de Esposende. A média anual de entradas e saídas de navios, por exemplo, baixa para 92, na década de 1851 a 1860, e não ultrapassa os 61, entre 1881 e 1890. Embora activa, nos estaleiros das duas margens, a arte da construção naval deixa de lançar barcos à água em subido número ou de apreciável tonelagem.

Na ponta final da depressão acentuada a partir do último quartel do século dezasseis, o movimento do porto é reduzido ao ponto de quase não ter expressão dimensionável num plano de aproveitamento ou integração de todas as potencialidades. E fica esquecido, abandonado às areias arrastadas pelas águas do Cávado e em obediência a um processo que, detectável desde há milénos, não é particular deste rio, mas sim comum a muitos outros. O mareante de Esposende começa então a demandar novos caminhos, uma ou outra vez ainda embarcado, porém mais inclinado à emigração. Apostados em vencer toda a dificuldade ou mais apegados à família e à terra, contentes com a sua mediania, ficaram os pescadores com a sua arte da pesca artesanal.

Debuxado este quadro, que era o de ontem, alguém podia interrogar-se: a terra era pobre ou era rica?

Como já ensinava Krebs, o conceito de terra pobre ou rica é tão subjectivo e tão relativo como o conceito de povo culto. Nem todo o homem acusa com igual intensidade a acção exercida pelo meio em que vive: as condições naturais, como quer a Geografia Humana, não são idênticas para todos os homens.

Porém a maneira de sentir e de querer, repetindo-se num espaço e a todo o tempo, pode levar de vencida as fases de desenvolvimento e constituir-se em conjunto peculiar que venha a ser hereditário: aquela maneira de sentir e de querer a que também Krebs designa como *idiosincrasia*. Precisamente aqui, e aplicando a lei geral a um caso particular, não será ousado concluir assim: é essa a maneira de sentir e de querer do homem de Esposende.

A terra o modelou, de passo que a ele próprio veio a caber-lhe afeição-la em todo o acidente: no mar ou no rio, na praia e nas dunas, nas leiras da terra baixa e nas fraldas da serrania. Prossegue a luta, sem desânimo, de acordo com novas técnicas, com outras exigências, mais em paralelo com a realidade dos tempos novos. Ao fim e ao cabo, a vitória caberá ao homem.

Porto, Agosto, 1972.

CASTELOS...

... TAMBÉM O MEU CASTELO ERGUI UM DIA
JUNTO AO MAR, SOBRE LÍMPIDAS AREIAS;
— CASTELO DA ILUSÃO, DA FANTASIA;
DOS MEUS CARMES, EM DOCES MELOPEIAS ...

NELE ESCUTAVA O CANTO DAS SEREIAS
DAS ONDAS O DESLISE E A MAREZIA;
E OS MEUS SONHOS, DO AMOR AS EPOPEIAS,
NAS NOITES DE LUAR ENTRETECIA!...

MAS VEIO UM ANO, E OUTRO, O DESABRIDO
E IMPETUOSO EOLO; E, AO SEU FUSTIGO,
ELE CEDEU. ENCONTRO-O DERRUÍDO!...

¡QUE IMPREVIDÊNCIA E QUE LOUCURA, AMIGO,
IMPERARAM EM MIM, P'RA TER ERGUIDO
SOBRE AREIA O MEU IDEAL ABRIGO!

ÁLVARO DE VILLAS-BOAS PINHEIRO

CULTURA E PROGRESSO

	ANTAS	APÓLIA	BELINHO	CURVOS	ESPOSENDE	FÃO	FONTE BOA	FORJAES	GANDRA	GEMESES	MAR	MARINHAS	PALMEIRA	RIO TINTO	VILA CHÁ	
<i>Seminários</i>	8	—	8	3	2	1	1	20	2	1	8	32	—	2	6	
<i>Estudantes no (ou em)</i>	<i>Telescola</i>	35	22	—	6	—	14	15	—	3	—	—	—	4	—	
	<i>Ciclo Preparatório</i>	2	16	10	1	39	26	7	—	11	8	17	33	5	—	12
	<i>Liceu</i>	10	7	1	7	24	10	3	20	2	1	—	4	1	—	11
	<i>Colégios</i>	5	2	2	6	27	32	1	12	3	3	5	19	8	1	11
	<i>Magistério</i>	—	—	1	3	2	—	1	6	—	—	3	3	1	—	1
	<i>Institutos</i>	—	—	—	—	1	1	—	2	—	—	—	2	—	1	2
	<i>Universidade</i>	1	1	—	5	16	12	2	8	—	—	6	5	—	—	2
	<i>Enfermagem</i>	—	—	—	—	2	1	—	4	—	—	—	—	1	—	—
<i>Sacerdotes</i>	6	1	2	4	—	5	2	9	1	—	4	18	—	—	6	
<i>Com cursos universitários</i>	4	1	—	4	10	15	—	1	—	1	5	12	—	—	1	
<i>Professores(as), Primários</i>	3	2	1	6	39	28	2	12	4	2	8	13	4	—	2	
<i>Automóveis ligeiros particulares</i>	10	24	20	14	94	65	15	47	11	16	20	52	13	7	20	
<i>Automóveis ligeiros de aluguer</i>	—	—	1	—	7	4	—	1	—	—	—	1	—	—	—	
<i>Furgonetes</i>	3	7	6	1	16	6	2	7	3	2	3	12	—	4	6	
<i>Camiões</i>	3	10	4	1	7	1	2	8	1	2	5	17	5	—	4	
<i>Tractores e motocultivadoras</i>	5	5	3	4	4	3	21	5	24	6	2	14	6	10	7	
<i>Motorizadas</i>	25	60	150	48	37	55	112	250	38	24	50	180	60	38	107	
<i>Mercearias</i>	10	14	10	3	13	11	4	11	4	5	5	21	6	2	6	
<i>Cafés</i>	2	6	3	—	5	7	1	3	—	—	1	4	1	—	1	
<i>Restaurantes e Pensões</i>	1	4	1	—	3	7	—	1	1	—	—	1	—	—	—	
<i>Farmácias</i>	—	1	—	—	2	1	—	1	—	—	—	—	—	—	—	
<i>Outras casas comerciais</i>	5	6	3	2	28	16	3	7	—	3	3	5	—	—	1	

Agradecimento

Cooperaram estreitamente na confecção deste Livro-Programa todos os articulistas mencionados nos respectivos trabalhos, ligados a Esposende pelo sangue ou pelo coração. Outros, prestaram a sua valiosa colaboração, emprestando gravuras, fornecendo dados, garantindo anúncios, recolhendo publicidade, dactilografando textos, ou lendo um documento de El-Rei D. Sebastião.

A todos, incluindo também o pessoal da Tipografia, é devida uma palavra especial de profundo agradecimento.

Pretendeu-se inserir nesta publicação uma ligeira perspectiva de Esposende, a nível concelhio, sobre múltiplos aspectos: histórico, cultural, comercial, industrial, progresso técnico, turístico, paisagístico, etc. Para tal fim, deveriam ter colaborado neste trabalho outras pessoas que, pelos melhores conhecimentos e pela maior competência, com certeza muito enriqueceriam esta leve realização e iliminariam as deficiências que a acompanham.

Fez-se o que era possível tendo em conta tantas e tão sérias limitações de tempo, talento e recursos materiais.

Aceitar-se-ão as críticas, mesmo que se refiram a defeitos irresponsáveis. Contudo, sempre estivemos plenamente abertos a todas as sugestões e colaboração, sem prescindir de ninguém.

Não pretendíamos elaborar uma monografia completa deste concelho de Esposende, porém, o que está feito, será julgado no presente e no futuro.

Que os vindouros, ao celebrarem o V Centenário da vila e concelho de Esposende, façam mais e melhor.

O responsável pela coordenação:
P.^o MANUEL BAPTISTA DE SOUSA

ÍNDICE

	Pág.
Comissão de Honra	3
Comissão Executiva	5
Saudação a Esposende — pelo Sr. Governador Civil	7
Esposende e o seu tempo — pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal	9
Carta Régia de D. Sebastião, elevando Esposende a Vila	11
Documento de El-Rei D. Sebastião	13
No IV Centenário — pelo Dr. Manuel Sobral Torres	15
Memória de Esposende — por Agustina Bessa-Luís	19
Passeio Turístico — por Boanerges Cunha	23
Resumo Histórico, Vila e Concelho — pelo Coordenador	27
Em Suave-Mar — Poesia de Boanerges Cunha	31
Prof. Dr. Manuel Pereira de Barros	33
Doutor Tiago Augusto de Almeida	35
Fão	37
Notas sobre Ofir e a sua lenda	39
Um Poeta Esposendense, Alvaro Pinheiro — por M. de Boaventura ...	41
Programa das Comemorações Centenárias	44
Hino de Sampaio — por Manuel de Boaventura	47
Resumo das freguesias do concelho	49 a 77
Neve encastoada no Azul — por Manuel de Boaventura	81
O último Capitão-mor das Ordenanças de Esposende e outros conter- râneos do seu tempo — por João do Minho	83
Futebol, Esposende Sport Clube — por João Vilarinho	108
Esposende: A Terra e o Homem — por António Cruz, professor da Universidade do Porto	109
Castelos ... — Poesia de Alvaro de Vilas-Boas Pinheiro	119
Cultura e Progresso — pelo Coordenador	120
Agradecimento	121



TIPOGRAFIA CAMÕES

FUNDADA EM 1908

J. BAPTISTA DE LIMA JÚNIOR, HERDEIROS, LIMITADA

RUA JOSÉ MALGUEIRA, 43

TELEF. 62831

PÓVOA DE VARSIM

19 de Agosto de 1972

«EXISTE UM QUADRO BIBLICO FORMOSO EM QUE SUSANA, CASTA COMO O CETIM NEVADO DAS CAMÉLIAS, ENTRA NO BANHO, SEM SUSPEITAR QUE A ESTAO VENDO. POIS ESSA IMPRESSÃO CASTA DE FRESCURA, ESSA TÍMIDA COR MODESTA DE NEVE ENCASTOADA NO AZUL, SENTE-A, QUEM PELA VEZ PRIMEIRA SURPREENDE A DELICIOSA FILHA DO CÁVADO SORRINDO PARA O SEU ETERNO E CIUMENTO NOIVO — O MAR».

JOSÉ AUGUSTO VIEIRA

in *Minho Pitagoras*





BMMB



34740014741

VILA E CONCELHO DE ESPOSENDE